

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

Sede: Rua João Mendonça, 529 – 4464-501 Senhora da Hora

Capital Social 1.000.000.000 Euros

**Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o
número único de matrícula e identificação 501 532 927**

RELATÓRIO E CONTAS

31 DE DEZEMBRO DE 2013

Relatório de Gestão

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

Sonae Investimentos, SGPS, SA é a empresa do grupo Sonae que agrega a atividade core do grupo, o retalho.

1 ATIVIDADE AO LONGO DO ANO

Ao longo de 2013, a Sonae Investimentos, SGPS, SA realizou um volume de negócios consolidado de 4.671 milhões de Euro - o que representa um acréscimo de 3% face ao ano anterior. Neste mesmo período, o "cash-flow" operacional consolidado da Empresa atingiu 357 milhões de euros. Este valor representa um rácio sobre as vendas líquidas totais de 7,6%, mais 0,5 p.p. que no ano anterior.

Na evolução da atividade da Empresa destacamos os seguintes aspetos:

O volume de negócios das **insígnias de base alimentar** alcançou um total de 3.415 milhões euros, 4,1% acima de 2012. Este aumento reflete não só a expansão seletiva da sua área de vendas (incluindo 17 novas lojas Continente), mas também o crescimento de 1,4% nas vendas no universo comparável de lojas. Este crescimento é ainda mais notável se considerarmos o ambiente macroeconómico e o processo de ajustamento aos quais Portugal ainda se encontra exposto, com o PIB a descer 1,4%. No 4T13, as vendas no universo comparável de lojas da Sonae MC aumentaram em 1,1%, o que adicionado à abertura de 7 lojas Continente levou a um aumento do volume de negócios de 5,5% quando comparado com o 4T12.

Deste modo, estima-se que durante este período a Sonae MC tenha continuado a fortalecer a sua quota de mercado no setor de retalho alimentar em Portugal¹, com base:

- i) Na melhoria contínua da qualidade dos produtos, com o Continente a ser eleito em 2013 como marca de confiança pelo 11.º ano consecutivo. Em 2014, já recebemos este reconhecimento referente ao 12º ano.
- ii) Na estratégia de disponibilizar aos clientes uma ampla gama de produtos, o que nos permite reagir rapidamente a mudanças nos hábitos dos clientes (tanto na fase "trading down" como "trading up"). Tal foi alcançado pelo facto de se ter a maior variedade de referências de marca própria, assim como outras marcas de fornecedores. O portefólio de marcas próprias Continente manteve-se em 2013 em aproximadamente 31% do volume de negócios nas categorias de bens de grande consumo (FMCG).

¹ Por exemplo, o inquérito Homescan da A.C.Nielsen até 29 de Dezembro: +0.4pp na quota de mercado para a Sonae MC

- iii) No crescimento de 8% das vendas online face ao mesmo período do ano anterior, sustentado pela nova plataforma de comércio eletrónico.
- iv) Na abertura seletiva de lojas, conforme detalhado nas páginas seguintes deste documento.

No segmento de negócio em análise o “Underlying” EBITDA aumentou para 258 milhões de euros, alcançando uma margem de EBITDA de 7,6%, apesar do ambiente altamente competitivo que nos levou a um forte esforço promocional, particularmente no último trimestre do ano, causando uma deflação interna de 0,8% e um efeito negativo no EBITDA. Esta atividade promocional continuou a ser impulsionada pelo cartão de fidelização do Continente (que representou mais de 90% das vendas durante o período). Esta rentabilidade é apenas possível com um rigoroso controlo de custos e ganhos adicionais na produtividade, sustentado pelos programas de melhoria contínua implementados com toda a dedicação das nossas equipas.

No que respeita ao volume de negócios das insígnias de **retalho especializado**, alcançou um volume de negócios de 1.210 milhões de euros. Apesar da redução de 13 mil m² quadrados e do impacto negativo da evolução macroeconómica nos níveis de consumo, particularmente nos produtos mais discricionários, o desempenho das vendas foi ligeiramente superior ao do ano passado. Os níveis de consumo privado em Portugal e Espanha continuaram a sofrer um impacto negativo, motivado pelos processos de ajustamento económico. No entanto, no caso de Portugal, estima-se que a taxa de declínio do consumo seja menor que em 2012². No quarto trimestre de 2013, o volume de negócios da Sonae SR em Portugal cresceu 9% comparativamente com o mesmo período do ano anterior (crescendo 5% no universo comparável de lojas), o que foi o resultado da combinação de alguns fatores: 1) melhores sinais da evolução do PIB na segunda metade do ano; 2) o reembolso do subsídio de férias aos funcionários públicos; 3) medidas implementadas para reposicionar as 4 principais marcas da Sonae SR e 4) o fortalecimento das posições de liderança da Worten³ e da Sport Zone, em conjunto com o crescimento de dois dígitos no volume de negócios da MO.

Internacionalmente, o volume de negócios aumentou 5% no universo comparável de lojas. O desempenho positivo do mercado internacional foi impulsionado 1) pelas vendas através dos segmentos de grossistas e franquizados, e 2) pelo ajustamento dos modelos de negócio e propostas de valor de todas as marcas, com um foco especial no mercado espanhol (o 4T13 foi o 3º trimestre consecutivo de crescimento positivo no universo comparável de lojas da Sport Zone em Espanha). Estes resultados podem ser percecionados como uma inversão da tendência negativa de mercado das categorias mais discricionárias.

Este segmento de negócio viu o “Underlying” EBITDA aumentar 24 milhões de euros para 1 milhão euros positivo em 2013, algo notável particularmente tendo em conta a crise que a Península Ibérica continua a enfrentar. O EBITDA no 4T13 recuperou 17 milhões de euros, quando comparado com o 4T12, alcançando 16 milhões de euros. Este foi o resultado de uma evolução de vendas mais forte, em combinação com as medidas de recuperação implementadas, particularmente nos novos conceitos Worten e Sport Zone em Espanha, a renovação da marca MO, com uma coleção totalmente renovada, e as melhorias de produtos da Zippy. Também vale a pena destacar a implementação bem-sucedida da estratégia Omnicanal da Worten, onde se estão a integrar negócios online com o da loja, nomeadamente com a possibilidade de ter quiosques na loja para aceder à gama online ou usar o serviço (de reserva) e levantar o produto na loja.

² Fonte Banco de Portugal: Boletim Económico - Inverno de 2013

³ Fonte: GfK, evolução até ao final de novembro de 2013 – ganhos estimados de quota de mercado de 1pp

A rentabilidade do segmento de **propriedades de retalho** reflete sobretudo rendas internas, alinhadas com as taxas de capitalização do mercado. O “Underlying” EBITDA atingiu 115 milhões de euros.

Ao longo do ano em apreço, o resultado líquido consolidado direto da Sonae Investimentos, SGPS, SA totalizou 88 milhões de euros.

Os resultados financeiros passaram de 76 milhões de euros negativos em 2012 para 67 milhões de euros negativos, em 2013 com a redução do montante de dívida média a mais do que compensar o aumento da taxa de juro global efetiva da dívida.

Resultados indiretos incluíram movimentos “non-cash”, nomeadamente as imparidades relacionadas com as avaliações de propriedades de retalho registadas no 3T13, assim como uma identificação de novos conceitos nos formatos do retalho especializado que acarretaram fortes investimentos e amortizações aceleradas.

O Resultado líquido consolidado do exercício atribuível a Acionistas da Empresa-mãe ascendeu a 84 milhões de euros negativos, que compara com 9 milhões de euros auferidos no ano anterior.

2 INVESTIMENTO

A Sonae Investimentos concretizou ao longo de 2013 um investimento global de 153 milhões de euros. Este valor destinou-se à concretização do plano de expansão da Empresa, permitindo-lhe finalizar o ano com um portfolio de 1.016 unidades e uma área de venda instalada de 1.034 mil m² (+1% sobre a base de final do ano precedente).

- O investimento dos negócios de **retalho alimentar** ascendeu a 103 milhões de euros. Os principais destinos do montante investido foram a abertura de 1 Continente, 11 Continente Modelo (incluindo a compra de 8 lojas Sá na Madeira) e 5 Continente Bom Dia, bem como a remodelação seletiva de unidades de retalho, por forma a garantir que estas se mantêm como referências nas respetivas zonas de implementação.
- O investimento do **retalho especializado** atingiu os 32 milhões de euros, incluindo a consolidação da rede de lojas da Sonae SR nos mercados internacionais, sendo que o conjunto das suas insígnias detinha, no final de 2012, um total de 167 lojas fora de Portugal, incluindo 47 sob regime de franchising.
- O montante investido pelo segmento de **propriedades de retalho** alcançou os 19 milhões de euros, 3 milhões de euros acima do valor de 2012, claro indicador da estratégia de *capital light* que tem vindo a ser seguida (locação operacional em vez de detenção de propriedade) para novas áreas de venda de retalho.

3 PERSPETIVAS

O cenário económico mundial apresenta-se mais auspicioso para 2014, esperando-se uma aceleração do crescimento para 3,7%⁴ em 2014, o maior ritmo de expansão desde 2011. O crescimento assenta sobretudo na melhoria das expectativas em todos os blocos económicos, sobretudo nas economias desenvolvidas e, em particular, na Zona Euro que depois de dois anos de recessão deverá voltar a

⁴ FMI, World Economic Outlook, Janeiro 2014

crescer no próximo ano, ainda que de forma ténue (aproximadamente 1%⁴). Nas economias emergentes, o crescimento da procura externa por parte dos mercados mais desenvolvidos será o principal motor do crescimento, embora as fragilidades internas permaneçam uma preocupação.

Em Portugal, na sequência do desempenho acima das previsões em 2013, o “outlook” da economia foi revisto em alta, estimando-se uma expansão da atividade económica de, respetivamente, 0,7%⁵ e 1,5%⁵ para 2014 e 2015. Antecipa-se que as exportações continuem a ser, à semelhança dos últimos anos, o principal motor do crescimento, mas a procura interna deverá voltar a ter uma contribuição positiva.

O ano de 2014 continuará a ter o mesmo tipo de fatores de risco dos últimos anos, incluindo a conjuntura externa, a evolução da crise da dívida da zona euro e o grau de compromisso das autoridades portuguesas com o Programa de Assistência Económica e Financeira. Neste contexto, subsistem diversas incertezas, quer sobre o efetivo empenho das autoridades no cumprimento das metas orçamentais, quer quanto à sua capacidade em implementar as medidas planeadas, quer ainda sobre o grau de autonomia no financiamento da República.

Em Espanha, perspetiva-se um ritmo de expansão moderado da economia espanhola nos próximos anos (0,7%⁶ e 1,0%⁶, respetivamente em 2014 e 2015), justificada pela necessidade de continuar a corrigir desequilíbrios o que limitará o crescimento da procura interna. Não obstante, espera-se uma ligeira retoma do consumo com o aumento da confiança das famílias sobretudo associado à estabilização do mercado de trabalho, ao cenário benigno da inflação e manutenção das taxas de juro a níveis baixos. Esperando-se que o sector externo continue a ser o principal propulsor da economia, produzindo efeitos de arrastamento no investimento especialmente na componente de maquinaria. No que respeita aos próximos meses, e apesar dos esforços de reforma realizados e dos resultados já alcançados, os desafios permanecem elevados, nomeadamente ao nível do sistema financeiro e das finanças públicas.

Em suma, as expectativas de crescimento nos países ibéricos assentam numa recuperação ainda que limitada da procura interna, dependente do sucesso dos ajustamentos e reformas em curso. Mas o sector externo continuará a ser, sem dúvida, o principal motor destas economias e, portanto, a sua performance dependerá em muito da recuperação atividade económica global e, em particular, da consolidação da retoma na zona euro.

4 GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Os princípios gerais de gestão de riscos financeiros da Empresa encontram-se descritos em detalhe na Nota 3 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

⁵ FMI 10ª Avaliação do PAEF Fevereiro 2014

⁶ Economist Intelligence Unit, Fevereiro 2014

5 REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Remuneração do Conselho de Administração

Remuneração paga e atribuída

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados pela Sociedade ou pelas sociedades do Grupo.

Remuneração do Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta por um montante anual fixo, baseada na situação da sociedade e nas práticas de mercado.

O valor de remuneração fixa anual dos membros deste órgão foi o seguinte:

| Membro do Conselho Fiscal | 2012 | 2013 |
|---|---------------|---------------|
| UHY & Associados representados por António Francisco Barbosa dos Santos | 8.000 | 8.000 |
| Óscar José Alçada da Quinta | 7.800 | 7.010 |
| Arlindo Dias Duarte da Silva | 7.800 | 7.010 |
| Total | 23.600 | 22.020 |

Remuneração do Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas da Sonae Investimentos e Auditor é a Deloitte. Os valores de faturação à Sonae Investimentos em 2012 e 2013, incluindo filiais, são os que a seguir se discriminam:

| | 2012 | | 2013 | |
|--|----------------|-------------|----------------|-------------|
| Auditoria e revisão legal de contas | 294.907 | 65% | 291.570 | 57% |
| Outros serviços de garantia de fiabilidade | 35.216 | 8% | 44.748 | 9% |
| Outros serviços | 125.883 | 28% | 178.409 | 34% |
| Total | 456.006 | 100% | 514.727 | 100% |

O peso dos honorários relativos a serviços de auditoria e outros serviços de garantia de fiabilidade diminuiu 7pp em 2013, representando 66% dos honorários totais. Os outros serviços representam 34% dos honorários totais e foram objeto de apreciação pelo Conselho Fiscal.

Os honorários de outros serviços incluíram em 2013: serviços de consultoria prestados a diversas subsidiárias da Sonae Investimentos.

Em 2013, os honorários pagos pela Sonae Investimentos, em Portugal, às empresas da rede Deloitte representaram menos de 1% do total da faturação anual da Deloitte, em Portugal.

O sistema de qualidade do Auditor Externo controla e monitoriza os riscos potenciais de perda de independência ou de eventuais conflitos de interesse existentes com a Sonae.

O Conselho Fiscal recebe anualmente, nos termos do artigo 62º-B do Decreto-Lei nº 487/99, de 16 de Novembro (aditada esta disposição pelo Decreto-Lei nº 224/2008, de 20 de Novembro), a declaração de independência do auditor, onde são descritos os serviços prestados por este e por outras

entidades da mesma rede, respetivas remunerações pagas, eventuais ameaças à sua independência e as medidas de salvaguarda para fazer face às mesmas.

Remuneração dos Membros da Mesa da Assembleia Geral de Acionistas

A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral de Acionistas é constituída por um montante fixo, nos termos seguintes:

| Mesa da Assembleia Geral | 2012 | 2013 |
|--------------------------|--------------|--------------|
| Presidente | 3.750 | 3.750 |
| Secretária | 1.500 | 1.500 |
| Total | 5.250 | 5.250 |

6 AÇÕES PRÓPRIAS

Durante o presente exercício a Sonae – Specialized Retail, SGPS, SA, alienou a totalidade das ações que detinha da Sonae Investimentos, num total de 100.000.000 ações, à Sonae MC – Modelo Continente, SGPS, SA, pelo valor unitário de 3,20 euros.

A 31 de dezembro de 2013 a Sonae Investimentos, SGPS, SA detinha, através da sua participada Sonae MC – Modelo Continente, SGPS, SA, 100.000.000 de ações representativas do seu capital social.

7 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS DA EMPRESA SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

O resultado líquido do exercício da empresa Sonae Investimentos, SGPS, S.A., a título individual, foi de 11.906.939,26 euros, relativamente ao qual o Conselho de Administração propõe a seguinte distribuição:

| | |
|---------------|----------------------------|
| Reserva Legal | 595.346,96 euros |
| Dividendos | 11.311.592,30 euros |
| Total | 11.906.939,26 euros |

O Conselho de Administração propõe ainda à Assembleia Geral de Acionistas da Sonae Investimentos, SGPS,S.A, a distribuição de 40.000.000 euros, a título de dividendos, sendo, para tanto, afetado o valor de 28.688.407,70 euros de Reservas Livres, excluindo-se da distribuição de dividendos, as ações que à data da sua distribuição tenham sido adquiridas (ou sejam) detidas pela sociedade ou por qualquer uma das sociedades dela dependentes.

8 AGRADECIMENTOS

Um agradecimento a todos os clientes, fornecedores, instituições financeiras e acionistas pelo apoio e preferências demonstrados. Aos auditores e revisores oficiais de contas é também devido o reconhecimento pela cooperação evidenciada ao longo do período. Finalmente, uma palavra de especial reconhecimento a todos os colaboradores da Sonae Investimentos pelo entusiasmo, dedicação e competência uma vez mais demonstrados.

Matosinhos, 17 de março de 2014

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (Presidente)

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Glossário

Volume de negócios (vn)

vendas de mercadorias e produtos + prestações de serviços.

EBITDA

total de proveitos diretos - total de gastos diretos – reversão de perdas de imparidade diretos+ resultados pelo método de equivalência patrimonial;

“Underlying” EBITDA

total de proveitos diretos - total de gastos – reversão de perdas de imparidade;

EBIT Direto

EBT direto - resultado financeiro;

EBT direto

Resultado direto antes de interesses sem controlo e impostos;

Resultado direto

Resultado do período, excluindo contributos para os resultados indiretos;

Resultados indiretos

Inclui resultados relativos a: (i) imparidades em ativos imobiliários de retalho, (ii) reduções no goodwill, (iii) provisões (líquidas de impostos) para possíveis passivos futuros, e imparidades relacionadas com investimentos financeiros não-core, negócios, ativos que foram descontinuados (ou em processo de ser descontinuados/reposicionados); (iv) resultados de avaliações com base na metodologia “mark-to-market” de outros investimentos correntes que serão vendidos ou trocados num futuro próximo; e (v) outros temas não relevantes;

Investimento (CAPEX)

Investimento bruto em ativos fixos tangíveis, intangíveis e investimentos em aquisições;

Fundo de manei

clientes (valor a receber resultante de vendas decorrentes do curso normal das atividades do Grupo) - fornecedores (valor a pagar resultante de aquisições decorrentes do curso normal das atividades do Grupo) + existências (mercadorias registadas ao custo de aquisição, deduzido do valor de descontos de quantidade e das perdas por imparidade) + outros ativos e passivos (Estado e outros entes públicos + empresas associadas + acréscimos e diferimentos + impostos diferidos + provisões para riscos e encargos + fornecedores de imobilizado + devedores e credores diversos).

Capital investido Líquido

Dívida líquida+ Capital próprio;

ANEXOS

Declaração nos termos do Artº 245, 1, al. c) do Código de Valores Mobiliários

Os signatários individualmente declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento foram elaborados em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (“IFRS”) tal como adoptadas pela União Europeia, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do emitente e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do emitente e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Matosinhos, 17 de março de 2014

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (Presidente)

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e Artigo 14º nº7 do Regulamento da CMVM nº 05/2008

Divulgação do número de ações e outros valores mobiliários emitidos pela Sociedade que sejam detidos por membros dos órgãos de administração e de fiscalização ou por dirigentes, bem como por pessoas com estes estreitamente relacionadas nos termos do artigo 248º B do Código dos Valores Mobiliários, e descritivo das transações efetuadas sobre os referidos valores mobiliários no decurso do exercício em análise:

| Data | Aquisições | | Alienações | | Saldo em 31.12.2013 |
|--|------------|-------------|------------|-------------|------------------------|
| | Quantidade | Valor Md. € | Quantidade | Valor Md. € | Quantidade |
| Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério (*) (**) | | | | | |
| Sonae, SGPS, SA (3) | | | | | 763.150 (a) |
| Ações adquiridas em cumprimento da política de remuneração variável anual e de médio prazo | | | | | |
| 08.03.2013 | 178.588 | 0,000 | | | |
| Obrigações Continente - 7% - 2015 | | | | | 700.000 (b) |
| Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (*) (**) (***) (****) | | | | | |
| Efanor Investimentos, SGPS, SA (1) | | | | | 1 |
| Migracom, SGPS, SA (9) | | | | | 1.969.996 |
| Sonae, SGPS, SA (3) | | | | | 488.530 (c) |
| Ações adquiridas em cumprimento da política de remuneração variável anual e de médio prazo | | | | | |
| 25.06.2013 | 28.479 | 0,000 | | | |
| Venda | | | | | |
| 26.06.2013 | | | 28.479 | 0,699 | |
| Ações adquiridas em cumprimento da política de remuneração variável anual e de médio prazo | | | | | |
| 04.12.2013 | 485.707 | 0,000 | | | |
| Arlindo Dias Duarte Silva (*****) | | | | | |
| Obrigações Continente - 7% - 2015 | | | | | 5.000 (d) |

| Data | Aquisições | | Alienações | | Saldo em 31.12.2013 |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|------------------------|
| | Quantidade | Valor Md. € | Quantidade | Valor Md. € | Quantidade |
| (1) Efanor Investimentos, SGPS, SA | | | | | |
| Sonae, SGPS, SA (3) | | | | | 200.100.000 |
| Pareuro, BV (2) | | | | | 5.583.100 |
| (2) Pareuro, BV | | | | | |
| Sonae, SGPS, SA (3) | | | | | 849.533.095 |
| (3) Sonae, SGPS, SA | | | | | |
| Sonae Investments, BV (5) | | | | | 2.894.000 |
| Sonae Investimentos, SGPS, SA (4) | | | | | 768.555.810 |
| (4) Sonae Investimentos, SGPS, SA | | | | | |
| Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA (8) | | | | | 362.937.063 |
| Sonae-Specialized Retail, SGPS, SA (7) | | | | | 210.000.000 |
| (5) Sonae Investments BV | | | | | |
| Sonae Investimentos, SGPS, SA (4) | | | | | 131.419.190 |
| Libra Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda (6) | | | | | 5.000 |
| (6) Libra Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda | | | | | |
| Sonae Investimentos, SGPS, SA (4) | | | | | 25.000 |
| (7) Sonae-Specialized Retail, SGPS, SA | | | | | |
| Sonae Investimentos, SGPS, SA (4) | | | | | 0 |
| Venda | | | | | |
| 05.12.2013 | | | 100.000.000 | 3,200 | |
| Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA (8) | | | | | 502.062.937 |
| (8) Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA | | | | | |
| Sonae Investimentos, SGPS, SA (4) | | | | | 100.000.000 |
| Compra | | | | | |
| 05.12.2013 | 100.000.000 | 3,200 | | | |
| (9) Migracom, SGPS, SA | | | | | |
| Sonae, SGPS, SA (3) | | | | | 2.936.683 |
| Compra | | | | | |
| 26.06.2013 | 28.479 | 0,699 | | | |
| Imparfin, SGPS, SA (10) | | | | | 150.000 |
| (10) Imparfin, SGPS, SA | | | | | |
| Sonae, SGPS, SA (3) | | | | | 4.105.280 |
| Obrigações Continente - 7% - 2015 | | | | | 5.000 |

(*) administrador da sociedade

(**) administrador da Sonae SGPS, SA (sociedade direta e indiretamente dominante) (3)

(***) administrador da sociedade Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)

(****) administrador da sociedade Imparfin, SGPS, SA (10)

(*****) membro do conselho fiscal da sociedade

(a) das quais 125.000 ações são detidas pelo cônjuge

(b) das quais 150.000 são detidas pelo cônjuge e 400.000 são detidas por sociedade da qual este dirigente é administrador único

(c) das quais 530 ações são detidas por descendente a cargo

(d) detidas conjuntamente com o cônjuge

Artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais

Número de ações detidas por acionistas com mais de 10%, 33% e 50% do capital social da Sonae Investimentos, SGPS, SA:

Número de ações a 31.dezembro.2013

| | |
|---|-------------|
| Sonae, SGPS, SA | 768.555.810 |
| Sonae Investments, BV | 131.419.190 |
| Libra Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda | 25.000 |
| Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA | 100.000.000 |

Participações qualificadas

Acionistas que detêm mais que 2% do capital social da Sonae Investimentos, SGPS, SA, com indicação do número de ações detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculados nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, em cumprimento do artigo 8.º nº 1, al. b), do Regulamento da CMVM n.º 05/2008:

| Acionista | Nº de ações | % Capital social | % Direitos de voto |
|--|----------------------|-------------------------|---------------------------|
| Efanor Investimentos, SGPS, SA (i) | | | |
| Através da Sonae, SGPS, SA | 768.555.810 | 76,8556% | 85,3951% |
| Através da Sonae Investments, BV | 131.419.190 | 13,1419% | 14,6021% |
| Através da Libra Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda | 25.000 | 0,0025% | 0,0028% |
| Através da Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA (ii) | 100.000.000 | 10,0000% | - |
| Total imputável | 1.000.000.000 | 100,0000% | 100,0000% |

(i) Belmiro Mendes de Azevedo é, nos termos da al.b) do nº1 do Artº 20º e do nº1 do Artº 21º do CVM, o "*ultimate beneficial owner*", porquanto detém cerca de 99% do capital social e dos direitos de voto da Efanor Investimentos SGPS, SA e esta, por sua vez domina integralmente a Pareuro BV.

(ii) Consideradas ações próprias nos termos do Código das Sociedades Comerciais, dado que a Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA é detida direta e indiretamente a 100% pela Sonae Investimentos, SGPS, SA.

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

Governo das Sociedades

Informação anual sobre as práticas da Sonae Investimentos, SGPS, S.A., sobre o Governo da Sociedade, produzida nos termos do disposto no número 4 do artigo 245ºA do Código dos Valores Mobiliários e artºs 2º e 3º da Lei 28/2009 de 19 de Junho.

Ponto 1 - Participações qualificadas no capital social da sociedade

| Acionista | Nº de ações | % Capital social | % Direitos de voto |
|--|----------------------|------------------|--------------------|
| Efanor Investimentos, SGPS, SA (i) | | | |
| Através da Sonae, SGPS, SA | 768.555.810 | 76,8556% | 85,3951% |
| Através da Sonae Investments, BV | 131.419.190 | 13,1419% | 14,6021% |
| Através da Libra Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda | 25.000 | 0,0025% | 0,0028% |
| Através da Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA (ii) | 100.000.000 | 10,0000% | - |
| Total imputável | 1.000.000.000 | 100,0000% | 100,0000% |

(i) Belmiro Mendes de Azevedo é, nos termos da al.b) do nº1 do Artº 20º e do nº1 do Artº 21º do CVM, o "*ultimate beneficial owner*", porquanto detém cerca de 99% do capital social e dos direitos de voto da Efanor Investimentos SGPS, SA e esta, por sua vez domina integralmente a Pareuro BV.

(ii) Consideradas ações próprias nos termos do Código das Sociedades Comerciais, dado que a Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA é detida direta e indiretamente a 100% pela Sonae Investimentos, SGPS, SA.

Ponto 2 - Identificação de acionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos

Não existem acionistas com direitos especiais.

Ponto 3 – Existência de restrições em matéria de direito de voto

Conforme prevê o contrato social (sendo, na omissão, aplicável as regras previstas na lei):

A Assembleia Geral é constituída somente pelos acionistas com direito a voto, possuidores de ações ou títulos de subscrição que, até cinco dias úteis antes da realização da assembleia, comprovem junto da sociedade a sua titularidade, nos termos estabelecidos na lei. A presença nas assembleias gerais de acionistas titulares de ações preferenciais sem voto e a sua participação na discussão dos assuntos da ordem do dia depende da autorização da Assembleia Geral.

A cada ação corresponde um voto.

Os acionistas que sejam pessoas singulares poderão fazer-se representar nas reuniões da Assembleia, mediante carta dirigida ao Presidente da Mesa que indique o nome, domicílio do representante e a data da Assembleia.

As pessoas coletivas far-se-ão representar pela pessoa que para o efeito designarem através de carta cuja autenticidade será apreciada pelo Presidente da Mesa.

Se a sociedade for considerada “sociedade com o capital aberto ao investimento do público”, os acionistas poderão votar por correspondência, no que se refere exclusivamente à alteração do contrato social e à eleição dos órgãos sociais.

Só serão considerados os votos por correspondência, desde que recebidos na sede da sociedade, por meio de carta registada com aviso de receção, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com pelo menos três dias de antecedência em relação à data da Assembleia, sem prejuízo da obrigatoriedade da prova da qualidade de acionista.

A declaração de voto deverá ser assinada pelo titular das ações ou pelo seu representante legal, devendo o acionista, se pessoa singular, acompanhar a declaração de cópia autenticada do seu bilhete de identidade, se pessoa coletiva deverá a assinatura ser reconhecida notarialmente na qualidade e com poderes para o ato.

Só serão consideradas válidas as declarações de voto de onde conste de forma expressa e inequívoca:

- a) a indicação do ponto ou pontos da ordem de trabalhos a que respeita;
- b) a proposta concreta a que se destina, com indicação do ou dos proponentes;
- c) a indicação precisa e incondicional do sentido de voto para cada proposta.

Não obstante, o disposto na alínea b) anteriormente referida é permitido a um acionista que envie declaração de voto relativamente a certa proposta declarar que vota contra as demais propostas no mesmo ponto da ordem de trabalhos, sem outras especificações.

Entender-se-á que os acionistas que enviem declarações de voto por correspondência se abstêm na votação das propostas que não sejam objeto dessas declarações.

Os votos exercidos por correspondência valem como votos negativos relativamente a propostas de deliberação apresentadas posteriormente à data em que esses mesmos votos tenham sido emitidos.

Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou ao seu substituto, verificar da conformidade das declarações de voto por correspondência, valendo como não emitidos os votos correspondentes às declarações não aceites.

Compete à sociedade assegurar a confidencialidade dos votos exercidos por correspondência até ao momento da votação.

A Assembleia poderá deliberar em primeira convocação desde que se achem presentes ou representados acionistas que representem mais de cinquenta por cento do capital social.

Ponto 4 – Regras aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do órgão de administração e à alteração dos estatutos da sociedade

O Conselho de Administração é constituído por um número par ou ímpar de membros, no mínimo de 2 e no máximo de 11, eleitos em Assembleia Geral.

Em caso de morte, renúncia ou impedimento temporário ou definitivo, de qualquer administrador, o Conselho de Administração providenciará quanto à sua substituição.

No caso da sociedade, ser uma “sociedade aberta”, concessionária do Estado ou de entidade a ele equiparada, na falta definitiva de um Administrador eleito ao abrigo do disposto no artigo 392º. do Código das Sociedades Comerciais (regras especiais de eleição), proceder-se-á a nova eleição.

Todavia, nada impede, por lei, que a substituição de administrador se efetue por deliberação da Assembleia Geral.

Conforme previsto na lei, a alteração do contrato social, depende de deliberação da Assembleia Geral.

O quórum exigido para a alteração do contrato:

a) Estatutariamente é previsto, que em primeira convocação e para deliberar sobre qualquer assunto, têm de estar presentes ou representados acionistas que representem mais de cinquenta por cento do capital social;

b) Nos termos do disposto no número 3 do artigo 383º. do Código das Sociedades Comerciais, a Assembleia, em segunda convocação, pode deliberar seja qual for o número de acionistas presentes ou representados e o capital por eles representados.

Nos termos do disposto no número 3 do artigo 386º. do Código das Sociedades Comerciais, a deliberação sobre a alteração do contrato, deve ser aprovada por 2/3 dos votos emitidos, quer a Assembleia reúna em primeira ou em segunda convocação.

Ponto 5 – Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital

O artigo quinto, número 2, do contrato social, prevê: “O capital social poderá ser elevado por novas entradas em numerário até cinco mil milhões de euros, por uma ou mais vezes, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará, nos termos legais, as condições de subscrição e as categorias de ações a emitir, de entre as já existentes”.

Tal autorização, foi renovada pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de Abril de 2012, mantendo-se em vigor pelo prazo de cinco anos, nos termos do disposto na alínea b) do número 2 do artigo 456º. do Código das Sociedades Comerciais.

Ponto 6 – Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira

A existência de um ambiente de controlo interno eficaz, particularmente no processo de reporte financeiro, é um compromisso do Conselho de Administração da Sonae Investimentos, procurando identificar e melhorar os processos mais relevantes em termos de preparação e divulgação da informação financeira, com os objetivos de transparência, consistência, simplicidade, fiabilidade e relevância. O objetivo do sistema de controlo interno é assegurar uma garantia razoável em relação à preparação das demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contabilísticos adotados, e a qualidade do reporte financeiro.

A fiabilidade da informação financeira é garantida quer através da clara separação entre quem a prepara e os seus utilizadores quer pela realização de diversos procedimentos de controlo ao longo do processo de preparação e divulgação da informação financeira.

O sistema de controlo interno no que respeita à contabilidade, preparação e divulgação de informação financeira inclui os seguintes controlos chave:

- O processo de divulgação de informação financeira está formalizado, os riscos e controlos associados estão identificados, sendo devidamente estabelecidos e aprovados os critérios para a sua preparação e divulgação, que são revistos periodicamente;
- Existem três tipos principais de controlos: controlos de alto nível (controlos ao nível da entidade), controlos dos sistemas de informação e controlos processuais. Estes controlos incluem um conjunto de procedimentos relacionados com a execução, supervisão, monitorização e melhoria de processos, com o objetivo de preparar o reporte financeiro da empresa;
- A utilização de princípios contabilísticos, que são explicados nas notas às demonstrações financeiras (consulte a Nota 2), constitui um dos pilares fundamentais do sistema de controlo;
- Os planos, procedimentos e registos das empresas do Grupo permitem uma garantia razoável que as transações são executadas apenas com uma autorização geral ou específica da gestão, e que essas transações são registadas para permitir que as demonstrações financeiras cumpram os princípios contabilísticos geralmente aceites. Assegura também que as empresas mantêm registos atualizados de ativos e que o registo dos ativos é verificado face aos ativos existentes, sendo adotadas as medidas apropriadas sempre que ocorrem diferenças;
- A informação financeira é analisada, de forma sistemática e regular, pela gestão das unidades de negócio e pelos responsáveis dos centros de resultados, garantindo uma monitorização permanente e o respetivo controlo orçamental;
- Durante o processo de preparação e revisão da informação financeira, é estabelecido previamente um cronograma, o qual é partilhado com as diferentes áreas envolvidas, e todos os documentos são revistos detalhadamente. Isto inclui a revisão dos princípios utilizados, a verificação da precisão da informação produzida e a consistência com os princípios e políticas definidas e utilizadas em períodos anteriores;
- Ao nível das empresas individuais, os registos contabilísticos e a preparação das demonstrações financeiras são assegurados pelas diferentes funções dos serviços administrativos e contabilísticos, que garantem o controlo do registo das transações dos processos de negócio e dos saldos das contas de ativos, passivos e capitais próprios. As demonstrações financeiras são elaboradas pelos Técnicos Oficiais de Contas de cada uma das empresas e revistas pelas funções de controlo de gestão e fiscal;

- As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas com periodicidade trimestral pelo departamento de consolidação de contas dos serviços administrativos do Centro Corporativo da Sonae Investimentos. Este processo constitui um nível adicional de controlo da fiabilidade da informação financeira, nomeadamente garantindo a aplicação uniforme dos princípios contabilísticos, dos procedimentos de corte de operações e o controlo dos saldos e transações entre as empresas do Grupo Sonae Investimentos e restantes empresas do Grupo Sonae;
- Os Relatórios de Gestão e de Governo da Sociedade são preparados com contribuição de equipas multidisciplinares da sociedade;
- O conjunto de documentos que constituem o relatório anual é enviado para revisão e aprovação do Conselho de Administração da Sonae Investimentos. Depois de aprovados, os documentos são enviados para o Auditor Externo, que emite a sua Certificação Legal de Contas e o Relatório de Auditoria Externa;
- O processo de preparação da informação financeira individual e consolidada e do Relatório de Gestão é supervisionado pelo Conselho Fiscal. Trimestralmente, este órgão reúne e analisa as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o Relatório de Gestão. Com periodicidade anual, o Revisor Oficial de Contas apresenta, diretamente ao Conselho Fiscal, um sumário das principais conclusões do exame efetuado à informação financeira;
- Todos aqueles que estão envolvidos no processo de análise financeira da Sociedade integram a lista de pessoas com acesso a informação privilegiada, estando especialmente informados sobre o conteúdo das suas obrigações bem como sobre as sanções decorrentes do uso indevido da referida informação;
- As regras internas aplicáveis à divulgação da informação financeira visam garantir a sua tempestividade e impedir a assimetria do mercado no seu conhecimento.

Entre as causas de risco que podem afetar materialmente o reporte contabilístico e financeiro, evidenciamos as seguintes:

- Estimativas contabilísticas – As estimativas contabilísticas mais significativas são descritas na Nota 2.19 e em outras notas do anexo às demonstrações financeiras consolidadas. As estimativas foram baseadas na melhor informação disponível durante a preparação das demonstrações financeiras, e no melhor conhecimento e experiência de eventos passados e/ou presentes;
- Saldo e as transações com partes relacionadas – Os saldos e transações mais significativos com partes relacionadas são divulgados nos anexos às demonstrações financeiras. Estas estão associadas sobretudo a atividades operacionais do Grupo, bem como à concessão e obtenção de empréstimos, efetuados a preços de mercado.

Informação mais específica sobre como estas e outras causas de risco foram mitigadas, está disponível no anexo às demonstrações financeiras.

A Sonae Investimentos adota várias ações relacionadas com a melhoria contínua do Sistema de Controlo de Riscos Financeiros, incluindo:

- Melhoria da documentação sobre controlos – No seguimento das ações desenvolvidas no passado, durante 2013 a Sonae Investimentos continuou a melhorar a documentação e a sistematização dos riscos e o sistema de controlo interno relacionado com a preparação da informação financeira. Estas ações incluem a identificação das causas dos riscos (risco inerente), a identificação dos processos com maior materialidade, a documentação de

- controles e a análise final (risco residual) após a implementação de potenciais melhorias nos controles;
- Análise de conformidade – A função legal, em cooperação com os departamentos Administrativo, de Relação com Investidores, de Auditoria Interna e de Gestão de Risco e, de acordo com o necessário, outros departamentos, coordena uma análise periódica da conformidade com os requisitos legais e regulamentos relativamente aos processos de governo subjacentes e informação financeira correspondente, que são comunicados no Relatório de Gestão e no Relatório de Governo da Sociedade.

Ponto 7 – Política de Remuneração dos Órgãos Sociais

Por deliberação da Assembleia Geral Anual, realizada no dia 24 de Abril de 2013, foi aprovada a política de remuneração dos órgãos sociais, subordinada aos seguintes princípios:

A. Princípios da Política de Remuneração e Incentivos:

A política de remuneração e incentivos aplicável aos órgãos sociais e quadros diretivos adere às grandes linhas e aos princípios enformadores da política de remuneração e incentivos aprovada pelos órgãos competentes da Sonae, SGPS, S.A., sendo baseada no pressuposto de que a iniciativa, a competência e o empenho são os fundamentos essenciais de um bom desempenho e que este deve estar alinhado com os interesses de médio e longo prazo da sociedade, visando a sua sustentabilidade.

Na determinação da política retributiva são tomadas como elemento comparativo para a fixação de remuneração, por um lado, as referências de mercado fornecidas pelos diversos estudos disponíveis em Portugal e nos demais mercados europeus.

Os planos retributivos são definidos tendo por referência estudos de mercado relativos aos “Top Executives” Portugal e Europa e posicionam-se na mediana do mercado para a remuneração fixa e no terceiro quartil para a remuneração total em circunstâncias comparáveis.

A componente fixa da remuneração está alinhada, nos seus limites, com os standards do mercado, os quais são aferidos pela equivalente praticada nas sociedades comparáveis.

A componente dos incentivos, de caráter casuístico e não vinculativo para as sociedades dominadas, está sujeita a limites máximos percentuais e obedece a critérios de desempenho pré-estabelecidos e mensuráveis - indicadores de desempenho - comprometidos com cada um dos potenciais beneficiários em cada exercício social.

B. Em concretização dos princípios formulados, a remuneração e compensação dos órgãos sociais e quadros diretivos da Sonae Investimentos e respetivas sociedades dominadas, obedece às seguintes regras, a serem individualmente aplicadas considerando a estrutura de governo de cada sociedade:

Administradores executivos

Os planos retributivos individuais são definidos em função dos níveis de responsabilidade de cada “AE” e serão revistos anualmente. A cada AE é atribuída uma classificação designada internamente por Grupo Funcional. Os AE estão classificados nos grupos funcionais “Group Senior Executive” (G1) e “Senior Executive” (G2). As classificações funcionais estão estruturadas tendo por base o modelo internacional Hay de classificação de funções corporativas, com o objetivo de facilitar comparações de mercado e promover a equidade interna.

A política integra concretamente (i) uma remuneração fixa tendo por referência o período de um ano civil, sendo estes valores pagos em prestações mensais e (ii) Incentivos de curto e de médio prazo cuja atribuição não constitui uma obrigação das sociedades dominadas e que obedecem às seguintes regras:

- i) O Incentivo de Curto Prazo visa recompensar a concretização de objetivos definidos anualmente, que se encontram associados aos “Key Performance Indicators of Business Activity” (Business KPIs) e aos “Personal Key Performance Indicators” (KPIs Individuais). Os Business KPIs representam 70% é determinado pelos KPIs de negócio, económicos e financeiros. Trata-se de indicadores objetivos que se encontram divididos em KPIs coletivos e departamentais. Os KPIs coletivos consistem em indicadores económicos e financeiros definidos com base no orçamento, no desempenho de cada unidade de negócio, assim como no desempenho consolidado da Sociedade. Os restantes 30% derivam de KPIs Individuais, que combinam indicadores objetivos e subjetivos. Os valores apurados resultam do desempenho real (resultados do negócio/ contributos individuais) e poderão variar entre 0% e 140% do prémio objetivo fixado. Este Incentivo será determinado por referência ao desempenho do ano imediatamente anterior e será liquidado no primeiro trimestre do ano civil em que seja atribuído, sendo essa liquidação realizada com estrita observância do normativo legal e em modalidades que melhor correspondam às condições concretas de cada sociedade, nomeadamente através de participação nos resultados, quando assim deliberado em Assembleia Geral.
- ii) O Incentivo Variável de Médio Prazo tem por objetivo o reforço da ligação dos AE ao desempenho das respetivas sociedades, alinhando os seus interesses com os dos acionistas e aumentando a consciencialização da importância da sua performance para o sucesso global. Os valores do Incentivo de Médio Prazo são definidos anualmente, representando para os AE um valor equivalente a 100% do Incentivo de Curto Prazo atribuído. Este valor em euros será dividido pelo preço médio de cotação, para apuramento de um número de ações a que corresponde. O valor convertido em ações será ajustado para quaisquer variações ocorridas no capital social ou dividendos (Total Share Returns) durante um período de diferimento de 3 anos. Na data do vencimento, as ações serão entregues sem qualquer custo, mantendo a sociedade a opção pela entrega, em sua substituição, de um valor correspondente em dinheiro. O Incentivo Variável de Médio Prazo, será aferido até abril do ano seguinte ao da avaliação do desempenho, sendo liquidado no terceiro ano a contar da data dessa atribuição, sob a forma de alienação gratuita ou desconto na aquisição das ações atribuídas, respeitando, nesta última modalidade, o princípio de neutralidade de impactos para a sociedade e para o beneficiário do plano, em consonância com o Plano de Atribuição de Ações e respetivo Regulamento vigente para o grupo de sociedades dominado pela Sonae, SGPS, S.A.

Administradores não executivos

Não é atribuída remuneração ou incentivos aos administradores não executivos.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal da sociedade é composta exclusivamente, por uma componente fixa na qual se inclui um subsídio de responsabilidade anual, estabelecida de acordo com as práticas comparáveis do mercado.

Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas da sociedade é remunerado de acordo com a tabela de honorários padrão tendo por referência a prática do mercado, sobre a supervisão do Conselho Fiscal.

Quadros Diretivos

Aos quadros diretivos elegíveis é aplicável, com as devidas adaptações, os princípios descritos para a remuneração e incentivos dos administradores executivos.

C. Mais é deliberado relativamente à Sonae Investimentos que:

- i) Aos administradores da Sonae Investimentos não é atribuída qualquer remuneração fixa ou incentivos.
- ii) A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia-Geral desta sociedade é composta por uma quantia fixa que foi determinada em função das características da sociedade e das práticas de mercado.”

Matosinhos, 17 de março de 2014

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (Presidente)

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Demonstrações financeiras
Consolidadas

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Montantes expressos em euros)

| ATIVO | Notas | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 |
|--|------------|----------------------|----------------------|
| ATIVOS NÃO CORRENTES: | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 8 | 1.820.583.824 | 2.025.784.857 |
| Ativos intangíveis | 9 | 163.731.471 | 154.622.623 |
| Goodwill | 10 | 498.186.402 | 499.234.487 |
| Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas | 5 | 51.797.067 | 60.819.852 |
| Outros investimentos | 6 e 7 | 13.401.237 | 34.605.498 |
| Ativos por impostos diferidos | 18 | 117.412.133 | 123.115.350 |
| Outros ativos não correntes | 7 e 12 | 23.103.739 | 34.429.814 |
| Total de ativos não correntes | | 2.688.215.873 | 2.932.612.481 |
| ATIVOS CORRENTES: | | | |
| Inventários | 13 | 588.396.336 | 524.684.028 |
| Clientes | 7 e 14 | 43.070.196 | 31.088.175 |
| Outras dívidas de terceiros | 7 e 15 | 90.687.013 | 51.947.177 |
| Estado e outros entes públicos | 16 | 63.196.961 | 63.826.930 |
| Outros ativos correntes | 17 | 58.912.883 | 64.165.275 |
| Investimentos | 7 e 11 | 42.105 | 892.728 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 7 e 19 | 71.510.332 | 162.194.406 |
| Total de ativos correntes | | 915.815.826 | 898.798.719 |
| Ativos não correntes detidos para venda | | - | 720.338 |
| TOTAL DO ATIVO | | 3.604.031.699 | 3.832.131.538 |
| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | | | |
| CAPITAL PRÓPRIO: | | | |
| Capital social | 20 | 1.000.000.000 | 1.000.000.000 |
| Ações próprias | 20 | (320.000.000) | (320.000.000) |
| Reservas legais | | 140.642.469 | 140.357.809 |
| Reservas e resultados transitados | | (114.375.665) | (77.416.945) |
| Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas da empresa-mãe | | (84.265.323) | 9.310.582 |
| Total do capital próprio atribuível aos acionistas da empresa-mãe | | 622.001.481 | 752.251.446 |
| Interesses sem controlo | 21 | 84.312.167 | 85.691.823 |
| TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO | | 706.313.648 | 837.943.269 |
| PASSIVO: | | | |
| PASSIVO NÃO CORRENTE: | | | |
| Empréstimos bancários | 7 e 22 | 114.694.578 | 218.458.349 |
| Empréstimos obrigacionistas | 7 e 22 | 646.307.863 | 532.738.392 |
| Credores por locações financeiras | 7, 22 e 23 | 7.630.324 | 9.942.240 |
| Outros empréstimos | 7 e 22 | 53.936 | 90.166 |
| Outros passivos não correntes | 7 e 25 | 444.708.892 | 429.509.652 |
| Passivos por impostos diferidos | 18 | 116.937.919 | 130.113.975 |
| Provisões | 30 | 29.588.227 | 46.471.233 |
| Total de passivos não correntes | | 1.359.921.739 | 1.367.324.007 |
| PASSIVO CORRENTE: | | | |
| Empréstimos bancários | 7 e 22 | 56.774.364 | 55.175.849 |
| Empréstimos obrigacionistas | 7 e 22 | 9.990.122 | 170.900.782 |
| Credores por locações financeiras | 7, 22 e 23 | 4.185.507 | 3.383.796 |
| Outros empréstimos | 7 e 22 | 1.448.609 | 986.997 |
| Fornecedores | 7 e 27 | 1.143.639.351 | 1.090.451.413 |
| Outras dívidas a terceiros | 7 e 28 | 90.860.537 | 92.477.002 |
| Estado e outros entes públicos | 16 | 49.720.914 | 47.866.681 |
| Outros passivos correntes | 29 | 178.458.919 | 163.393.412 |
| Provisões | 30 | 2.717.989 | 2.228.330 |
| Total de passivos correntes | | 1.537.796.312 | 1.626.864.262 |
| TOTAL DO PASSIVO | | 2.897.718.051 | 2.994.188.269 |
| TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO | | 3.604.031.699 | 3.832.131.538 |

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Montantes expressos em euros)

| | Notas | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 |
|--|-------|------------------|------------------|
| Vendas | 33 | 4.627.967.634 | 4.496.799.850 |
| Prestações de serviços | 33 | 42.578.232 | 34.866.216 |
| Rendimentos ou perdas relativos a investimentos | 34 | 83.036 | (896.208) |
| Rendimentos e ganhos financeiros | 35 | 5.865.448 | 6.268.194 |
| Outros rendimentos | 36 | 442.428.755 | 428.589.697 |
| Custo das vendas | 13 | (3.583.196.593) | (3.499.250.155) |
| Variação da produção | | 181.680 | (666.354) |
| Fornecimentos e serviços externos | 37 | (559.554.581) | (568.055.578) |
| Gastos com o pessoal | 38 | (552.778.429) | (539.382.172) |
| Amortizações e depreciações | 8 e 9 | (176.833.990) | (183.719.428) |
| Provisões e perdas por imparidade | 30 | (182.585.781) | (25.663.160) |
| Gastos e perdas financeiras | 35 | (73.240.790) | (82.586.817) |
| Outros gastos | 39 | (59.610.246) | (34.281.691) |
| Rendimentos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos e associadas | 5 | (2.894.152) | 1.014.532 |
| Resultado antes de impostos | | (71.589.777) | 33.036.926 |
| Imposto sobre o rendimento | 40 | (10.841.985) | (23.750.914) |
| Resultado líquido consolidado do exercício | | (82.431.762) | 9.286.012 |
| Atribuível a: | | | |
| Acionistas da empresa-mãe | | (84.265.323) | 9.310.582 |
| Interesses sem controlo | 21 | 1.833.561 | (24.570) |
| Resultados por ação | | | |
| Básico | 42 | (0,093628) | 0,010345 |
| Diluído | 42 | (0,093628) | 0,010345 |

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012*(Montantes expressos em euros)*

| | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 |
|--|------------------|------------------|
| Resultado líquido consolidado do exercício | (82.431.762) | 9.286.012 |
| Items de outro rendimento integral que poderão ser subsequentemente reclassificados para a demonstração dos resultados: | | |
| Variação nas reservas de conversão cambial | 392.504 | (125.867) |
| Participação em outro rendimento integral, líquido de imposto, relativo a associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial (Nota 5) | (6.114.301) | 2.324.633 |
| Variação do justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa | (185.434) | (2.681.189) |
| Imposto relativo às componente do outro rendimento integral | 74.162 | 706.717 |
| Outro rendimento integral do exercício | (5.833.069) | 224.294 |
| Total rendimento integral consolidado do exercício | (88.264.831) | 9.510.306 |
| Atribuível a: | | |
| Acionistas da empresa-mãe | (90.090.326) | 9.603.041 |
| Interesses sem controlo | 1.825.495 | (92.735) |

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Montantes expressos em euros)

| | Atribuível aos acionistas da empresa-mãe | | | | | | | | | | | |
|---|--|----------------|-----------------|-----------------------------------|-----------------------|---|--|---------------|--------------------------------|--------------|-----------------------------------|--------------------------|
| | Capital social | Ações próprias | Reservas legais | Reservas e resultados transitados | | | Outras reservas e resultados transitados | Total | Resultado líquido do exercício | Total | Interesses sem controlo (Nota 21) | Total do capital próprio |
| | | | | Reservas de conversão cambial | Reservas de cobertura | Reservas nos termos do artº 324º do CSC | | | | | | |
| Saldo em 1 de janeiro de 2012 | 1.000.000.000 | (320.000.000) | 139.614.881 | 336.811 | 1.595.205 | 320.000.000 | (443.083.227) | (121.151.211) | 63.798.214 | 762.261.884 | 75.700.031 | 837.961.915 |
| Total do rendimento integral consolidado do exercício | - | - | - | (125.867) | (1.906.307) | - | 2.324.633 | 292.459 | 9.310.582 | 9.603.041 | (92.735) | 9.510.306 |
| Aplicação do resultado líquido consolidado de 2011 | | | | | | | | | | | | |
| Transferência para reserva legal e resultados transitados | - | - | 742.928 | - | - | - | 63.055.286 | 63.055.286 | (63.798.214) | - | - | - |
| Dividendos distribuídos | - | - | - | - | - | - | (20.000.000) | (20.000.000) | - | (20.000.000) | (157.074) | (20.157.074) |
| Distribuição de rendimentos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (6.015.675) | (6.015.675) |
| Outros | - | - | - | - | - | - | 386.521 | 386.521 | - | 386.521 | 16.257.276 | 16.643.797 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2012 | 1.000.000.000 | (320.000.000) | 140.357.809 | 210.944 | (311.102) | 320.000.000 | (397.316.787) | (77.416.945) | 9.310.582 | 752.251.446 | 85.691.823 | 837.943.269 |
| Saldo em 1 de janeiro de 2013 | 1.000.000.000 | (320.000.000) | 140.357.809 | 210.944 | (311.102) | 320.000.000 | (397.316.787) | (77.416.945) | 9.310.582 | 752.251.446 | 85.691.823 | 837.943.269 |
| Total do rendimento integral consolidado do exercício | - | - | - | 417.629 | (128.331) | - | (6.114.301) | (5.825.003) | (84.265.323) | (90.090.326) | 1.825.495 | (88.264.831) |
| Aplicação do resultado líquido consolidado de 2012 | | | | | | | | | | | | |
| Transferência para reserva legal e resultados transitados | - | - | 284.660 | - | - | - | 9.025.922 | 9.025.922 | (9.310.582) | - | - | - |
| Dividendos distribuídos | - | - | - | - | - | - | (40.000.000) | (40.000.000) | - | (40.000.000) | (190.744) | (40.190.744) |
| Distribuição de rendimentos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (4.620.415) | (4.620.415) |
| Outros | - | - | - | - | - | - | (159.639) | (159.639) | - | (159.639) | 1.606.008 | 1.446.369 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2013 | 1.000.000.000 | (320.000.000) | 140.642.469 | 628.573 | (439.433) | 320.000.000 | (434.564.805) | (114.375.665) | (84.265.323) | 622.001.481 | 84.312.167 | 706.313.648 |

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012*(Montantes expressos em euros)*

| | Notas | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 |
|---|-------|------------------------|------------------------|
| ATIVIDADES OPERACIONAIS | | | |
| Recebimentos de clientes | | 4.648.133.068 | 4.534.683.803 |
| Pagamentos a fornecedores | | (3.748.317.814) | (3.548.977.855) |
| Pagamentos ao pessoal | | (544.956.191) | (540.060.743) |
| Fluxos gerados pelas operações | | <u>354.859.063</u> | <u>445.645.205</u> |
| Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento | | (18.078.144) | (23.696.065) |
| Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional | 15 | (21.243.312) | 4.304.369 |
| Fluxos das atividades operacionais (1) | | <u>315.537.607</u> | <u>426.253.509</u> |
| ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Investimentos financeiros | 43 | 1.695.498 | 2.294.971 |
| Ativos fixos tangíveis | | 9.234.977 | 1.711.291 |
| Ativos intangíveis | | 625 | 43.796 |
| Juros e rendimentos similares | | 2.631.213 | 2.801.012 |
| Empréstimos concedidos | | 19.448.722 | 12.703.190 |
| Dividendos | | 110.867 | 304.131 |
| | | <u>33.121.902</u> | <u>19.858.391</u> |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Investimentos financeiros | | (14.938) | (13.094) |
| Ativos fixos tangíveis | | (127.609.002) | (92.916.312) |
| Ativos intangíveis | | (36.252.775) | (19.919.041) |
| Empréstimos concedidos | | (10.096.722) | (16.203.189) |
| | | <u>(173.973.437)</u> | <u>(129.051.636)</u> |
| Fluxos das atividades de investimento (2) | | <u>(140.851.535)</u> | <u>(109.193.245)</u> |
| ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | | |
| Recebimentos respeitantes a: | | | |
| Empréstimos obtidos | | 3.703.291.238 | 4.271.692.904 |
| Aumento de capital, prestações suplementares e prémios de emissão | | 254.886 | 15.882.000 |
| Cobertura de prejuízos | | 399.810 | - |
| Outros | | 127.782 | - |
| | | <u>3.704.073.716</u> | <u>4.287.574.904</u> |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Empréstimos obtidos | | (3.838.865.755) | (4.592.221.541) |
| Juros e gastos similares | | (71.284.854) | (84.100.080) |
| Dividendos | | (44.800.915) | (26.104.565) |
| Outros | | (1.543.204) | (2.527.668) |
| | | <u>(3.956.494.728)</u> | <u>(4.704.953.854)</u> |
| Fluxos das atividades de financiamento (3) | | <u>(252.421.012)</u> | <u>(417.378.950)</u> |
| Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3) | | <u>(77.734.940)</u> | <u>(100.318.686)</u> |
| Efeito das diferenças de câmbio | | 139.712 | (213.901) |
| Caixa e seus equivalentes no início do exercício | 19 | 148.982.442 | 249.087.227 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do exercício | 19 | <u>71.107.790</u> | <u>148.982.442</u> |

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A Sonae Investimentos, SGPS, S.A., tem a sua sede na Rua João Mendonça nº 529, 4464-501 Senhora da Hora, Portugal, sendo a empresa-mãe de um universo de empresas conforme indicado nas Notas 4 a 6 como Grupo Sonae Investimentos (“Sonae Investimentos”), cujas atividades principais se encontram descritas no Relatório de Gestão e na Nota 44.

2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas são as seguintes:

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adotadas pela União Europeia em vigor para o exercício económico iniciado a 1 de janeiro de 2013. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (“SIC”), que tenham sido adotadas pela União Europeia à data de publicação de contas.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, suas subsidiárias e empreendimentos conjuntos, ajustados no processo de consolidação, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, exceto para determinados instrumentos financeiros que se encontram registados pelo justo valor.

Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras consolidadas anexas:

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, algumas das quais entraram em vigor durante o exercício de 2013:

| Com aplicação obrigatória no exercício iniciado a 1 de janeiro de 2013: | Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após) |
|--|---|
| IFRS 13 - (Mensuração ao Justo Valor) | 01 jan 2013 |
| IAS 19 - Alterações (Benefícios dos Empregados) | 01 jan 2013 |
| IAS 1 - Alterações (Apresentação de itens em Outros Resultados Integrais) | 01 jul 2012 |
| IFRS 7 - Alterações (Divulgações de instrumentos financeiros- compensação entre Ativos e Passivos Financeiros) | 01 jan 2013 |
| IFRIC 20 - Interpretação (Custos da remoção do terreno de cobertura na fase produtiva de uma mina de superfície) | 01 jan 2013 |
| IFRS 1 - Alterações (Empréstimos do Governo) | 01 jan 2013 |
| Melhorias de algumas IFRS (2009-2011) | 01 jan 2013 |

A entrada em vigor durante 2013 das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas não provocou impactos significativos nas demonstrações financeiras anexas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia e têm aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

| Com aplicação obrigatória após o exercício de 2013: | Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após) |
|--|---|
| IFRS 10 - (Demonstrações Financeiras Consolidadas) (*) | 01 jan 2014 |
| IFRS 11 - (Acordos Conjuntos) (*) | 01 jan 2014 |
| IFRS 12 - (Divulgações sobre participações noutras Entidades) (*) | 01 jan 2014 |
| IAS 27 - (Demonstrações Financeiras Separadas- revista em 2011) (*) | 01 jan 2014 |
| IAS 28 - (Investimentos em Associadas e Joint Ventures) (*) | 01 jan 2014 |
| Emendas às normas IFRS 10, IFRS12, e IAS 27 (Entidades de Investimento) | 01 jan 2014 |
| IAS 32- Emenda (Compensação entre Ativos e Passivos Financeiros) | 01 jan 2014 |
| Emenda ao IAS 36 (Divulgações sobre o valor recuperável de Ativos não Financeiros) | 01 jan 2014 |
| Emenda ao IAS 39 (Reformulação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura) | 01 jan 2014 |

(*) De acordo com o regulamento comunitário que aprova a adoção das IFRS 10, 11 e 12 e as emendas às IAS 27 e IAS 28, as entidades deverão adotar estas normas nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014. A adoção antecipada é contudo permitida;

O Grupo não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 em virtude da sua aplicação não ser obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas, nomeadamente em virtude do Grupo mensurar os investimentos em empreendimentos conjuntos aplicando o método da equivalência patrimonial.

2.2 Princípios de consolidação

São os seguintes os métodos de consolidação adotados pela Sonae Investimentos:

a) Investimentos financeiros em empresas da Sonae Investimentos

As participações financeiras em empresas nas quais a Sonae Investimentos detenha, direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pela Sonae Investimentos), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração dos resultados consolidada, respetivamente, na rubrica interesses sem controlo. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras pelo método de consolidação integral encontram-se detalhadas na nota 4.

O rendimento integral da subsidiária é atribuído aos proprietários da Sonae Investimentos e aos interesses sem controlo, mesmo que a situação resulte num saldo deficitário ao nível dos interesses sem controlo.

Os ativos e passivos de cada filial são identificados ao seu justo valor na data de aquisição ou assunção de controlo podendo tal mensuração ser concluída no prazo de doze meses após a data de aquisição. Qualquer excesso do preço de aquisição acrescido do justo valor de eventuais interesses previamente detidos e do valor dos interesses sem controlo face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecido como goodwill (Nota 2.2.c)). Caso o diferencial entre o preço de aquisição acrescido do justo valor de eventuais interesses previamente detidos e do valor dos interesses sem controlo e o justo valor de ativos e passivos líquidos identificáveis adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como rendimento do exercício na rubrica "Outros rendimentos" após reconfirmação do justo valor atribuído aos ativos líquidos. A Sonae Investimentos optará numa base casuística, pelo cálculo do valor dos interesses sem controlo, (i) de acordo com a sua proporção do justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos, ou (ii) de acordo com o justo valor dos interesses dos mesmos.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data de tomada de controlo até à data da cedência de controlo.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pela Sonae Investimentos. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas da Sonae Investimentos são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que a Sonae Investimentos detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

b) Investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente e empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente são registados pelo método de equivalência patrimonial. A classificação de investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinado com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde a Sonae Investimentos exerce uma influência significativa mas não detém quer o controlo quer o controlo conjunto das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa - geralmente investimentos representando entre 20% e 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição ajustado pelo valor correspondente à participação da Sonae Investimentos no rendimento integral (incluindo o resultado líquido do exercício) das empresas controladas conjuntamente e das associadas por contrapartida de outro rendimento integral da Sonae Investimentos ou de ganhos ou perdas do exercício conforme aplicável e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o preço de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis das empresas controladas conjuntamente e das associadas na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como goodwill e mantidas no valor de investimento financeiro em empresas controladas conjuntamente e associadas (Nota 2.2.c)). Se essas diferenças forem negativas são registadas como rendimentos do exercício na rubrica "Rendimentos ou perdas relativos a empresas controladas conjuntamente e associadas" após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas e empresas controladas conjuntamente quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir, são objeto de reversão.

Quando a proporção da Sonae Investimentos nos prejuízos acumulados da associada e empresas controladas conjuntamente excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, exceto quando a Sonae Investimentos tenha assumido compromissos para com a participada.

Os ganhos não realizados em transações com empresas controladas conjuntamente e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Sonae Investimentos nas referidas entidades por contrapartida do investimento nessa mesma entidade. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

Os investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente e associadas encontram-se detalhados na Nota 5.

c) Goodwill

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos em empresas da Sonae Investimentos, empresas controladas conjuntamente e associadas acrescido do valor dos interesses sem controlo (no caso de filiais), do justo valor de eventuais interesses detidos previamente à data da concentração e o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis dessas empresas à data da concentração de atividades empresariais, quando positivas são registadas na rubrica Goodwill (Nota 10) ou mantidas na rubrica “Investimentos em empresas controladas conjuntamente e associadas” (Nota 5). As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos em filiais sediadas no estrangeiro cuja moeda funcional não é o Euro, o valor dos interesses sem controlo (no caso de filiais) e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas filiais à data da sua aquisição, encontram-se registadas na moeda funcional dessas filiais, sendo convertidas para a moeda funcional e de reporte da Sonae Investimentos (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data da demonstração da posição financeira. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica Reservas de conversão.

O valor dos pagamentos contingentes futuros, que existam, é reconhecido como passivo no momento da concentração empresarial de acordo com o seu justo valor, sendo que qualquer alteração ao valor reconhecido inicialmente é registada em contrapartida do valor de Goodwill, mas apenas se ocorrer dentro do período de remensuração (12 meses após a data de aquisição) e se estiver relacionada com eventos anteriores à data de aquisição, caso contrário deverá ser registada por contrapartida de resultados.

Transações de compra de interesses em entidades já controladas e transações de venda de interesses em entidades sem que tal resulte em perda de controlo são tratadas como transações entre detentores de capital afetando apenas as rubricas de capital próprio sem que exista impacto em Goodwill ou em resultados.

No momento em que uma transação de venda gerar uma perda de controlo, deverão ser desreconhecidos os ativos e passivos da entidade, e qualquer interesse retido na entidade alienada deverá ser remensurado ao justo valor, e a eventual perda ou ganho apurada com a alienação é registada em resultados.

O valor do Goodwill não é amortizado, sendo testado anualmente ou sempre que existam indícios de imparidade, para verificar se existem perdas por imparidade a ser reconhecidas. A quantia recuperável é determinada com base nos planos de negócio utilizados pela gestão da Sonae Investimentos ou por relatórios de avaliação elaborados por entidades independentes, nomeadamente no que respeita a operações imobiliárias e respetivos ativos. As perdas por imparidade do Goodwill constatadas no exercício são registadas na demonstração dos resultados do exercício na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”.

As perdas por imparidade relativas ao Goodwill não podem ser revertidas.

O Goodwill, se negativo, é reconhecido como rendimento na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis.

d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data da demonstração da posição financeira e os rendimentos e gastos, bem como, os fluxos de caixa são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante, gerada após 1 de Janeiro de 2004, é registada no capital próprio na rubrica de “Reserva de Conversão” incluída na rubrica “Outras Reservas e Resultados Transitados”. As

diferenças cambiais geradas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de “Resultados Transitados”.

O Goodwill e os ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como ativos e passivos dessa entidade e transpostos para euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do exercício.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada (total ou parcialmente), a quota-parte correspondente da diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação, no caso de existir perda de controlo ou transferida para interesses sem controlo no caso de não haver perda de controlo.

As cotações utilizadas na conversão para euros das contas das filiais, empresas controladas conjuntamente e empresas associadas estrangeiras foram as seguintes:

| | 31 dezembro 2013 | | 31 dezembro 2012 | |
|-----------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | Final do exercício | Média do exercício | Final do exercício | Média do exercício |
| Real Brasileiro | 0,30697 | 0,35076 | 0,36988 | 0,39996 |
| Lira Turca | 0,33778 | 0,39651 | 0,42461 | 0,43242 |

2.3 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registados ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração consolidada dos resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Provisões e perdas de imparidade" da demonstração consolidada dos resultados.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

| | Anos |
|--------------------------------|---------|
| Edifícios e outras construções | 10 a 50 |
| Equipamento básico | 10 a 20 |
| Equipamento de transporte | 4 a 5 |
| Ferramentas e utensílios | 4 a 8 |
| Equipamento administrativo | 3 a 10 |
| Outras imobilizações corpóreas | 4 a 8 |

As despesas com reparação e manutenção de ativos fixos tangíveis são consideradas como gasto no exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos fixos ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

2.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido das amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Sonae Investimentos, sejam controláveis pela Sonae Investimentos e se possa medir fiavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais a Sonae Investimentos demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gastos do exercício em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de Software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Sonae Investimentos. Nestas situações estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

Os encargos incorridos com a aquisição de carteira de clientes (valor atribuído no âmbito da alocação do preço de compra em concentrações de atividades empresariais) são registados como ativos intangíveis e

amortizados pelo método das quotas constantes, durante o período médio estimado de retenção dos clientes que a compõem.

As marcas e patentes com vida útil definida são registadas ao seu custo de aquisição e são amortizados a taxas constantes durante o seu período de vida útil estimado. Nos casos de marcas e patentes sem vida útil definida não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual, ou sempre que existam indícios de imparidade.

As amortizações são calculadas, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde a um período compreendido entre 3 a 7 anos e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração consolidada dos resultados.

2.5 Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A análise de transferência de riscos e benefícios inerentes à posse do ativo toma em consideração diversos fatores, nomeadamente, se a posse está ou não contratualmente condicionada a assumir a propriedade do bem, o valor de pagamentos mínimos a efetuar ao abrigo do contrato, a natureza do ativo sob locação e a duração do contrato tendo em consideração a possibilidade de renovação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

a) Situações em que a Sonae Investimentos age como Locatário

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou se inferior ao valor presente dos pagamentos mínimos a efetuar até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

b) Situações em que o Grupo age como Locador

Na situação em que a Sonae Investimentos age como locador ao abrigo de contratos de locação operacional, o valor dos bens afetos são mantidos na demonstração da posição financeira da Sonae Investimentos e os proveitos são reconhecidos de forma linear durante o período de contrato de locação.

2.6 Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Sonae Investimentos irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os gastos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos, são incluídos na rubrica “Outros passivos não correntes” e são creditados na demonstração dos resultados, em quotas constantes, durante o período estimado de vida útil dos ativos adquiridos.

2.7 Imparidade dos ativos não correntes, exceto Goodwill

São efetuados testes de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração consolidada dos resultados na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Nas situações em que a utilização do ativo irá ser espetavelmente descontinuada (lojas em remodelação ou em encerramento) o Grupo procede a uma atualização dos períodos de amortização após considerar o impacto de tal descontinuação de utilização em termos de análise de imparidade, nomeadamente sobre o valor líquido contabilístico dos ativos a abater.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

2.8 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos, ou projetos imobiliários classificados em inventários, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando aqueles ativos estão disponíveis para utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

2.9 Inventários

As mercadorias encontram-se registadas ao custo de aquisição deduzido do valor dos descontos de quantidade respetivos, concedidos ou a conceder pelos fornecedores ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando como método de custeio o custo médio.

As diferenças entre o custo e o respetivo valor de realização dos inventários, no caso de este ser inferior ao custo, são registadas como custos em “Custo das vendas” bem como as reversões de imparidade.

2.10 Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, a Sonae Investimentos tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pela Sonae Investimentos sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

2.11 Instrumentos financeiros

A Sonae Investimentos classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a Demonstração da posição financeira consolidada conforme identificado na Nota 7.

a) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até ao vencimento;
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados;
- Investimentos disponíveis para venda;

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como Investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Sonae Investimentos tem intenção e capacidade de os manter até essa data.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados incluem os investimentos detidos para negociação que a Sonae Investimentos adquire tendo em vista a sua alienação num curto período de tempo, sendo classificados na demonstração da posição financeira consolidada como Investimentos correntes.

A Sonae Investimentos classifica como investimentos disponíveis para venda os que não são enquadráveis como investimentos mensurados ao justo valor através de resultados nem como investimentos detidos até à maturidade. Estes ativos são classificados como ativos não correntes, exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é, usualmente, o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação, excetuando os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados, em que os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos disponíveis para venda que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de “Reservas de justo valor” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

No caso de investimentos em partes de capital classificados como disponíveis para venda considera-se que um investimento se encontra em imparidade quando ocorre um declínio significativo ou prolongado do seu justo valor abaixo do seu custo de aquisição.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados(as) nas rubricas de “Rendimentos e Ganhos financeiros” ou “Gastos e Perdas financeiras” da demonstração consolidada dos resultados.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efetiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

b) Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos e contas a receber não correntes são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de eventuais perdas de imparidade.

Os rendimentos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, exceto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes investimentos financeiros surgem quando a Sonae Investimentos fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os empréstimos e contas a receber são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, os quais se classificam como não correntes. Estes ativos financeiros estão incluídos nas classes identificadas na Nota 7.

c) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de "Clientes" e as "Outras dívidas de terceiros" são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas na demonstração da posição financeira consolidada deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Perdas por imparidade em contas a receber", por forma refletir o seu valor realizável líquido. Estas rubricas quando correntes não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, cada empresa da Sonae tem em consideração informação de mercado que demonstre que:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verifiquem atrasos significativos nos pagamentos por parte da contraparte;
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou reestruturação financeira.

Para determinadas categorias de ativos financeiros para as quais não é possível determinar a imparidade em termos individuais, esta é calculada em termos coletivos. Evidência objetiva de imparidade para um portfólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.

d) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumem.

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos ativos da Sonae Investimentos após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

e) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, e contabilizados nas rubricas “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiras” da demonstração consolidada dos resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 2.8. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não sejam liquidados durante o exercício.

Os financiamentos sobre a forma de papel comercial são classificados como não corrente, quando têm garantias de colocação por um período superior a um ano e é intenção da Sonae Investimentos manter a utilização desta forma de financiamento por um período superior a um ano.

f) Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

g) Instrumentos derivados

A Sonae Investimentos utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, e/ou otimizar os custos de “funding”.

Os instrumentos derivados utilizados pela Sonae Investimentos definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos e de taxa de câmbio. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro e taxa de câmbio são as mais coincidentes possíveis às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas nas rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiras” da demonstração consolidada dos resultados.

Os critérios utilizados pela Sonae Investimentos para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transação a ser coberta no início da cobertura;
- A transação objeto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e que corresponde ao seu justo valor, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica “Reservas de cobertura”, sendo transferidas para as rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiras” da demonstração consolidada dos resultados no mesmo exercício em que o instrumento objeto de cobertura afeta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica “Reservas de cobertura”, são transferidas para resultados do exercício, ou adicionadas ao valor contabilístico do ativo a que as transações objeto de cobertura deram origem ou mantêm-se em capital no caso de se tratar de uma cobertura sobre uma transação altamente provável e cuja ocorrência é igualmente provável. As reavaliações subsequentes são registadas diretamente nas rubricas da demonstração consolidada dos resultados.

A Sonae Investimentos utiliza, ainda, instrumentos financeiros com objetivo de cobertura de fluxos de caixa que respeitam, essencialmente, a coberturas de taxa de câmbio (“forwards”) de empréstimos obtidos e operações comerciais. Algumas coberturas de taxa de câmbio de operações comerciais configuram relações perfeitas de cobertura e, portanto, recebem tratamento de “hedge accounting”. Em algumas situações, as coberturas de taxa de câmbio de empréstimos e as restantes coberturas das operações comerciais, dado que não configuram relações perfeitas de cobertura não recebem tratamento de “hedge accounting”, mas efetivamente permitem mitigar, de forma muito significativa, o efeito de variações cambiais dos empréstimos e saldos a receber/pagar, denominados em divisas, em relação aos quais a Sonae pretende cobrir o risco cambial.

Em situações específicas, o Grupo pode proceder à contratação de instrumentos derivados sobre taxas de câmbio de forma a efetuar a cobertura do risco associado à variação de fluxos de caixa futuros provocados pela variação daquela variável, e que poderão não se qualificar como instrumentos de cobertura de acordo com o IAS 39, sendo que nessas situações o efeito da revalorização a justo valor de tais derivados é registado na demonstração dos resultados.

Os instrumentos derivados, embora contratados com os objetivos atrás referidos (fundamentalmente “forwards” cambiais, e derivados sob a forma ou incluindo opções de taxa de juro), em relação aos quais a empresa não aplicou “hedge accounting”, são inicialmente registados pelo seu custo, que corresponde ao seu justo valor, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações, calculadas através de ferramentas informáticas específicas, afetam diretamente as rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiras” da demonstração consolidada dos resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração consolidada dos resultados.

Em situações específicas, a Sonae Investimentos pode proceder à contratação de derivados de taxa de juro com o objetivo de realizar coberturas de justo valor. Nestas situações, os derivados serão registados pelo seu justo valor através da demonstração consolidada dos resultados. Nas situações em que o instrumento objeto de cobertura não seja mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estejam mensurados ao custo amortizado), a parcela eficaz de cobertura será ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto, através da demonstração dos resultados.

h) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados(as) em “Outras reservas”, incluída em “Outras reservas e resultados transitados”.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de “Outros empréstimos”, na demonstração da posição financeira consolidada.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes ativos.

2.12 Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o ativo (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições atuais. Adicionalmente, devem estar em curso ações que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica. Os ativos não correntes (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de gastos, não sendo amortizados a partir do momento da sua classificação como disponíveis para venda.

2.13 Responsabilidades por pagamentos baseados em ações

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos os quais foram atribuídos pela Sonae Investimentos estão indexadas à evolução da cotação das ações da Sonae, SGPS, S.A. (empresa detentora da Sonae Investimentos, SGPS, S.A.) e vencem-se ao longo de um período de 3 anos após a sua atribuição.

O valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em Abril de cada ano) e posteriormente atualizado no final de cada exercício de reporte em função do número de ações atribuídas e o justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em gastos com pessoal e outros passivos correntes e não correntes, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas, no caso de atribuição de direitos sobre ações remíveis em dinheiro de acordo com o seu justo valor à data da demonstração da posição financeira. Quando não existe a opção de remição em dinheiro a responsabilidade é registada em custos com pessoal e em reservas de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas.

2.14 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

2.15 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa da Sonae Investimentos.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

2.16 Rédito e especialização dos exercícios

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados consolidada quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O reconhecimento do rédito, associado a operações de extensão de garantia, as quais são concedidas por um período de 1 a 3 anos, após a garantia legalmente obrigatória de 2 anos, pelo segmento Sonae SR, encontra-se reconhecido linearmente ao longo do período de vigência da garantia, estando o rédito associado às garantias vendidas, mas que não se encontram ativas, registado nas rubricas da Demonstração da Posição Financeira “Outros passivos não correntes” e “Outros passivos correntes” (Notas 25 e 29).

O diferimento do rédito associado aos programas de fidelização de clientes através da atribuição de descontos em futuras compras, pelas unidades de retalho, é quantificado tendo em conta a probabilidade

de exercício dos mesmos e são deduzidos à receita no momento em que estes são gerados, sendo apresentado o correspondente passivo na rubrica "Outras dívidas a terceiros".

Os dividendos são reconhecidos como rendimentos no período em que são atribuídos pelas participadas aos sócios ou acionistas.

Os gastos e rendimentos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de "Outros ativos correntes" e "Outros passivos correntes", são registados os gastos e os rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a período futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

2.17 Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As transações são registadas nas demonstrações financeiras individuais das filiais na moeda funcional da filial, utilizando as taxas em vigor na data da transação.

Todos os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das filiais são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data da demonstração da posição financeira de cada período. Ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, dessas mesmas transações, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do exercício, exceto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor são registadas diretamente em capital próprio.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio a Sonae contrata instrumentos financeiros derivados de cobertura (Nota 2.11.g)).

2.18 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

2.19 Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade do goodwill, de investimentos em associadas e em entidades conjuntamente controladas e de outros ativos fixos tangíveis e intangíveis
- c) Registo de ajustamentos aos valores do ativo e provisões e análise de passivos contingentes;
- d) Determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados;
- e) Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos;
- f) Valorização do justo valor de ativos, passivos e passivos contingentes em operações de concentrações de atividades empresariais.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas.

2.20 Informação por segmentos

A informação relativa à informação financeira ao nível dos segmentos de negócio identificados é incluída na Nota 44.

2.21 Reservas legais, outras reservas e resultados transitados

Reserva legal:

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da Reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas de cobertura:

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de “cash flow” que se consideram eficazes (Nota 2.11.g)), sendo que a mesma não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de conversão:

A rubrica de reservas de conversão corresponde ao efeito da conversão de demonstrações financeiras de entidades com moeda funcional distinta do euro, conforme referido na Nota 2.17.

Reservas de acordo com o art. 324º do Código das Sociedades Comerciais:

As reservas constituídas de acordo com o art. 324º do Código das Sociedades Comerciais (“CSC”), refletem o valor das ações próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Nos termos da legislação portuguesa o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Empresa apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia.

3 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os princípios gerais da gestão de riscos são aprovados pelo Conselho de Administração, estando a sua implementação e acompanhamento supervisionados pela Tesouraria da Sonae Investimentos.

3.1 Risco de Mercado

Revestem-se de particular importância no âmbito da gestão de risco de mercado os riscos taxa de juro e os riscos taxa de câmbio.

A Sonae Investimentos utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos de mercado a que está exposta como forma de garantir a sua cobertura, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objetivo de negociação ou especulação.

3.1.1 Risco de taxa de juro

A exposição da Sonae Investimentos à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos de longo prazo que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à Euribor.

Análise de sensibilidade:

A análise de sensibilidade taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afetam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os gastos e rendimentos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;

- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensados quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo período, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afetam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade à variação da taxa de juro com impacto no capital próprio (outras reservas);
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício;

Estima-se que a exposição a este risco à data da demonstração da posição financeira seja reduzida, de tal forma que, nos últimos 12 meses, uma subida de 75 pontos base em todas as taxas de juro do euro durante o ano de 2013 teria tido um impacto negativo nos resultados consolidados antes de impostos, não superior a 6,8 milhões de euros (7,9 milhões de euros em 2012), tomando em consideração os perfis de refixação contratados e excluindo quaisquer outros efeitos na atividade da empresa.

3.1.2 Risco de taxa de câmbio

O impacto nas demonstrações financeiras das variações nas taxas de câmbio é reduzido, na medida em que a maior parte dos fluxos operacionais são contratados em euros. A Sonae Investimentos está apenas exposta ao risco taxa de câmbio nas transações relativas a aquisições de mercadorias em mercados internacionais em USD.

A gestão do risco taxa de câmbio pretende fornecer uma base sólida à tomada de decisão de compra de mercadorias estabelecendo preços de custo conhecidos e estáveis. A cobertura do risco cambial acompanha toda a decisão de compra desde o momento da seleção dos fornecedores até à negociação formal de aquisição.

A exposição é controlada através de um programa de compra de divisas a prazo (*forwards*) com o objetivo de minorar o impacto negativo ocasionado por variações nas responsabilidades em consequência dos processos de importação em divisas distintas do euro.

A 31 de dezembro de 2013 e 2012 os valores em euros dos saldos ativos e passivos denominados em moeda estrangeira eram os seguintes:

| | Ativos | | Passivos | |
|-----------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 |
| Euro | 574.420 | 549.489 | 168.821 | 80.603 |
| Real Brasileiro | 8.792.907 | 12.040.467 | 5.628.270 | 7.032.050 |
| Libra Inglesa | - | - | 13.478 | 152.474 |
| Dólar Americano | 1.455.138 | 761.504 | 17.608.887 | 9.196.314 |
| Outras moedas | 1.197 | 7.407 | - | 2.578 |

Os montantes acima apresentados apenas incluem ativos e passivos monetários denominados em moeda diferente da moeda funcional das filiais, não representando por isso o risco de translação das demonstrações financeiras. Dada a imaterialidade da exposição ao risco cambial por via dos ativos e passivos monetários à data da demonstração da posição financeira não é apresentada análise de sensibilidade à variação de taxa de câmbio.

3.2 Risco de Liquidez

O principal objetivo da política de gestão de risco de liquidez é garantir que o grupo tem disponível, a todo o momento, os recursos financeiros necessários para fazer face às suas responsabilidades e prosseguir as estratégias delineadas honrando todos os compromissos assumidos com terceiros, quando se tornam devidos, através de uma adequada gestão do binómio custo-maturidade dos financiamentos.

A Sonae Investimentos prossegue assim uma política ativa de refinanciamento pautada pela manutenção de um nível elevado de recursos livres e imediatamente disponíveis para fazer face a necessidades de curto prazo e pelo alongamento ou manutenção da maturidade da dívida de acordo com os cash-flows previstos e a capacidade de alavancagem da sua posição financeira. Em 2013 a maturidade média da dívida da Sonae Investimentos é de aproximadamente 2,4 anos (2012: 2,5 anos).

Constituem também importantes instrumentos de resposta ao risco de liquidez, a limitação da amplitude das cláusulas contratuais capazes de despoletar o vencimento antecipado dos empréstimos. O grupo assegura ainda, no seu relacionamento com as instituições financeiras, um elevado nível de diversificação que permite agilizar a contratação de novos empréstimos e limitar o impacto negativo de eventuais descontinuações de relacionamento.

É mantida pela Sonae Investimentos uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir com os seus compromissos, sem ter que se refinar em condições desfavoráveis. A 31 de dezembro de 2013, o montante de empréstimos consolidados com vencimento em 2014 é de 71 milhões de euros (230 milhões de euros com vencimento para 2013) e em 31 de dezembro de 2013 a Sonae Investimentos tinha linhas de crédito consolidadas disponíveis no valor de 328 milhões de euros (189 milhões de euros em 2012) com compromisso inferior ou igual a um ano e 310 milhões de euros (400 milhões de euros em 2012) com compromisso superior a um ano. Adicionalmente a Sonae Investimentos possuía em 31 de dezembro de 2013 uma reserva de liquidez constituída por Caixa e equivalentes de caixa e Investimentos correntes de 72 milhões de euros (163 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012). Face ao anteriormente exposto a Sonae Investimentos espera satisfazer todas as suas necessidades de tesouraria com o recurso aos

fluxos da atividade operacional e das aplicações financeiras, bem como, se necessário, recorrendo a linhas de crédito disponíveis existentes.

A análise de liquidez para instrumentos financeiros é apresentada junto da nota respetiva a cada classe de passivos financeiros.

3.3 Risco de Crédito

A Sonae Investimentos está exposta ao risco de crédito no âmbito da sua atividade operacional corrente. O risco de crédito no relacionamento com os clientes é controlado através de um sistema de recolha de informação quantitativa e qualitativa prestada por entidades reconhecidas que fornecem informação de riscos, que permitem avaliar a viabilidade dos clientes e a necessidade de utilização de instrumentos que visam a redução do risco de crédito como seguros de crédito, garantias bancárias, cartas de crédito ou outros. O risco de crédito no relacionamento com fornecedores surge na sequência de adiantamentos ou de débitos de receitas comerciais e é mitigado pela expectativa de manutenção do relacionamento comercial. Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela Sonae Investimentos, estando portanto ao seu justo valor.

A Sonae Investimentos está ainda exposta ao risco de crédito nas suas relações com as instituições financeiras relativas a aplicações de fundos, garantias de colocação em instrumentos de dívida, derivados, entre outros.

O risco de crédito às instituições financeiras é limitado pela gestão de concentração de riscos e uma rigorosa seleção de contrapartes que apresentem um elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de rating tendo em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações.

4 EMPRESAS FILIAIS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas filiais incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, são as seguintes:

| FIRMA | Sede Social | Percentagem de capital detido | | | |
|--|---------------------|-------------------------------|---------|------------------|---------|
| | | 31 dezembro 2013 | | 31 dezembro 2012 | |
| | | Direto | Total* | Direto | Total* |
| Sonae Investimentos- SGPS, S.A. | Matosinhos | MÃE | MÃE | MÃE | MÃE |
| Arat Inmuebles, SA | a) Madrid (Espanha) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Azulino Imobiliária, SA | a) Maia | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |

| | | | | | | |
|----|--|-----------------------|---------|---------|---------|---------|
| | BB Food Service, SA | a) Maia | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, SA | a) Matosinhos | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Bom Momento - Restauração, SA | a) Maia | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA | a) Maia | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| 1) | Carnes do Continente - Industria e Distribuição Carnes, SA | a) Santarém | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA | a) Maia | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Citorres - Sociedade Imobiliária, SA | a) Maia | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, SA | a) Matosinhos | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Contimobe - Imobiliária de Castelo de Paiva, SA | a) Castelo de Paiva | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Continente Hipermercados, SA | a) Lisboa | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA | a) Maia | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Discovery Sports, SA | a) Matosinhos | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| 1) | Edições Book.it, SA | a) Matosinhos | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| 1) | Estevão Neves - Hipermercados da Madeira, SA | a) Funchal | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Farmácia Selecção, SA | a) Matosinhos | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Fashion Division, SA | a) Maia | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Fashion Division Canárias , SL | a) Tenerife (Espanha) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Fozimo - Sociedade Imobiliária, SA | a) Maia | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Fozmassimo - Sociedade Imobiliária, SA | a) Matosinhos | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede | a) Maia | 54,55% | 54,55% | 54,55% | 54,55% |
| | Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois | a) Maia | 99,48% | 99,48% | 99,89% | 99,89% |
| | Igimo - Sociedade Imobiliária, SA | a) Maia | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Iginha - Sociedade Imobiliária, SA | a) Matosinhos | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Imoconti - Sociedade Imobiliária, SA | a) Matosinhos | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA | a) Maia | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA | a) Matosinhos | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Imoresultado - Sociedade Imobiliária, SA | a) Maia | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |

| | | | | | | | |
|----|---|----|----------------------|---------|---------|---------|---------|
| | Imosistema - Sociedade Imobiliária, SA | a) | Maia | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Infofield - Informática, SA | a) | Maia | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Marcas MC, zRT | a) | Budapeste (Hungria) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA | a) | Maia | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Modalfa - Comércio e Serviços, SA | a) | Maia | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Modalloop – Vestuário e Calçado, SA | a) | Matosinhos | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, SA | b) | Maia | 50,00% | 50,00% | 50,00% | 50,00% |
| | Modelo Continente Hipermercados, SA | a) | Matosinhos | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Modelo Continente International Trade, SA | a) | Madrid (Espanha) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Modelo Hiper Imobiliária, SA | a) | Maia | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Modelo.com - Vendas p/Correspond., SA | a) | Maia | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| 1) | Peixes do Continente - Indústria e Distribuição de Peixes, SA | a) | Matosinhos | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Pharmacontinente - Saúde e Higiene, SA | a) | Matosinhos | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Pharmaconcept – Atividades em Saúde, SA | a) | Matosinhos | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Predicomercial - Promoção Imobiliária, SA | a) | Maia | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | SDSR – Sports Division SR, SA | a) | Matosinhos | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| 2) | SDSR – Sports Division 2, SA | a) | Matosinhos | 100,00% | 100,00% | - | - |
| | Selifa - Empreendimentos Imobiliários de Fafe, SA | a) | Maia | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA | a) | Matosinhos | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Sesaggest - Proj.Gestão Imobiliária, SA | a) | Porto | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA | a) | Gondomar | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Sociloures - Sociedade Imobiliária, SA | a) | Matosinhos | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Soflorin, BV | a) | Amesterdão (Holanda) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Sonae Capital Brasil, Lda | a) | São Paulo (Brasil) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Sonae MC – Modelo Continente, SGPS, SA | a) | Matosinhos | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Sonaecenter Serviços II, SA | a) | Maia | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Sonaegest- Sociedade Gestora de Fundos de | a) | Maia | 60,00% | 60,00% | 60,00% | 60,00% |

| | | | | | | | |
|------------------|---|----|--------------------------|---------|---------|---------|---------|
| Investimento, SA | | | | | | | |
| | Sonaerp – Retail Properties, SA | a) | Porto | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Sonae Specialized Retail, SGPS, SA | a) | Matosinhos | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Sonae Retalho Espanha - Servicios Generales, SA | a) | Madrid (Espanha) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | SIAL Participações, Ltda | a) | São Paulo (Brasil) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Sondis Imobiliária, SA | a) | Maia | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Sonvecap, BV | a) | Amesterdão (Holanda) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Sport Zone Canarias, SL | a) | Tenerife (Espanha) | 51,00% | 51,00% | 51,00% | 51,00% |
| | Sport Zone Espanha - Comércio de Articulos de Deporte, SA | a) | Madrid (Espanha) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Sport Zone Sport Maiz.Per.Satis Ith.Ve tic Ltd Sti | a) | Istambul (Turquia) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Têxtil do Marco, SA | a) | Marco de Canaveses | 92,76% | 92,76% | 92,76% | 92,76% |
| 2) | Tlantic BV | a) | Amesterdão (Holanda) | 77,66% | 77,66% | - | - |
| | Tlantic Portugal - Sistemas de Informação, SA | a) | Matosinhos | 77,76% | 77,76% | 100,00% | 100,00% |
| | Tlantic Sistemas de Informação, Ltda | a) | Porto Alegre (Brasil) | 77,66% | 77,66% | 100,00% | 100,00% |
| 1) | Todos os Dias - Com. Ret. Expl. C. Comer., SA | a) | Matosinhos | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Valor N, SA | a) | Matosinhos | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Worten Canarias, S.L. | a) | Tenerife (Espanha) | 51,00% | 51,00% | 51,00% | 51,00% |
| | Worten - Equipamento para o Lar, SA | a) | Matosinhos | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Worten Espanha Distribución, S.L. | a) | Madrid (Espanha) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Zippy – Comércio e Distribuição, SA | a) | Matosinhos | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Zippy - Comércio Y Distribución, SA | a) | Madrid (Espanha) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Zíppy Cocuk Maiz.Dag.Satis Ith.Ve Tic Ltd Sti | a) | Istambul (Turquia) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | ZYEvolution – Investig.e Desenvolvimento, SA | a) | Matosinhos | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |

*a percentagem de capital detida total representa a % total, direta e indireta detida pelo Grupo.

- a) Controlo detido por maioria de votos;
 - b) Controlo detido por maioria dos membros dos órgãos de Administração.
- 1) Filiais incorporadas por fusão na Modelo Continente Hipermercados, SA a 1 de janeiro de 2013;
 - 2) Filiais constituídas no exercício.

Estas empresas filiais foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, tendo em consideração que as subsidiárias são controladas pela Sonae Investimentos SGPS, S.A..

5 INVESTIMENTOS EM ENTIDADES CONTROLADAS CONJUNTAMENTE E ASSOCIADAS

As empresas controladas conjuntamente e associadas, suas sedes sociais, proporção do capital detido e valor da demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 são os seguintes:

| Firma | Sede Social | Percentagem de capital detido | | | | Valor na demonstração da posição financeira | |
|--|-------------|-------------------------------|--------|------------------|--------|---|-------------------|
| | | 31 dezembro 2013 | | 31 dezembro 2012 | | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 |
| | | Direto | Total* | Direto | Total* | | |
| Raso SGPS, SA (consolidado) | Lisboa | 50,00% | 50,00% | 50,00% | 50,00% | 10.150.202 | 10.716.070 |
| <i>Investimentos em empreendimentos conjuntos</i> | | | | | | 10.150.202 | 10.716.070 |
| MDS SGPS, SA (consolidado) | Maia | 46,92% | 46,92% | 46,92% | 46,92% | 40.746.920 | 49.205.951 |
| Mundo VIP | Lisboa | 33,34% | 33,34% | 33,34% | 33,34% | - | - |
| Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda | Lisboa | 25,00% | 25,00% | 25,00% | 25,00% | 899.945 | 897.831 |
| <i>Investimentos em associadas</i> | | | | | | 41.646.865 | 50.103.782 |
| Total | | | | | | 51.797.067 | 60.819.852 |

*a percentagem de capital detida total representa a % total, direta e indireta detida pelo Grupo.

As empresas controladas conjuntamente e associadas foram incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o movimento ocorrido no valor dos investimentos em empresas controladas conjuntamente e associadas, foi o seguinte:

| | 31 dezembro 2013 | | | 31 dezembro 2012 | | |
|--|--|-------------|-----------------------|--|-------------|-----------------------|
| | Valor da proporção nos capitais próprios | Goodwill | Total do investimento | Valor da proporção nos capitais próprios | Goodwill | Total do investimento |
| Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas | | | | | | |
| Saldo em 1 de Janeiro | 17.400.725 | 44.520.464 | 61.921.189 | 14.160.562 | 44.520.464 | 58.681.026 |
| Aumentos durante o exercício | 1.000.000 | - | 1.000.000 | - | - | - |
| Equivalência patrimonial: | | | | | | |
| Efeito em ganhos/perdas relativos a empreendimentos conjuntos e associadas | (2.894.152) | - | (2.894.152) | 1.014.532 | - | 1.014.532 |
| Distribuição de dividendos | (14.332) | - | (14.332) | (99.002) | - | (99.002) |
| Variação nas reservas do grupo | (6.114.301) | - | (6.114.301) | 2.324.633 | - | 2.324.633 |
| | 9.377.940 | 44.520.464 | 53.898.404 | 17.400.725 | 44.520.464 | 61.921.189 |
| Perdas por imparidade acumuladas (Nota 30) | (311.583) | (1.789.754) | (2.101.337) | 688.417 | (1.789.754) | (1.101.337) |
| | 9.066.357 | 42.730.710 | 51.797.067 | 18.089.142 | 42.730.710 | 60.819.852 |

O efeito em “Variação nas reservas do Grupo” resulta fundamentalmente do efeito da conversão cambial de empresas com moeda funcional diferente do euro e do registo a justo valor da participação na Cooper Gay Sweet & Crawford incluída na associada MDS, SGPS, SA. A referida participação foi reavaliada para o

seu justo valor em 31 de dezembro de 2013 com base numa proposta de compra vinculativa recebida de uma entidade não relacionada e conhecedora do sector, no último trimestre de 2013, a qual não foi considerada como adequada pelo Conselho de Administração da sociedade (Nível 3).

A análise de imparidade dos investimentos anteriormente referidos é efetuada com base na estimativa de justo valor da participação em análise, baseado na avaliação através do método de fluxos de caixa descontados ou com base no justo valor dos seus ativos, conforme aplicável. Tal estimativa é efetuada com base na avaliação das participações detidas pela filial em análise por recurso a modelos de fluxos de caixa descontados de forma a estimar o valor de uso dos referidos investimentos, sempre que identificados indícios de imparidade, nomeadamente em resultado da distribuição de dividendos por parte daquelas participadas.

Os montantes agregados dos principais indicadores financeiros destas entidades podem ser resumidos como segue:

| | 31 dezembro 2013 | | | | | |
|---------|------------------|------------|-------------------|----------------------|-----------------|-------------------|
| | Ativo | Passivo | Capitais Próprios | Rendimentos e ganhos | Gastos e perdas | Resultado líquido |
| Viagens | 67.413.721 | 38.709.241 | 28.704.479 | 42.891.148 | 44.041.371 | (1.150.223) |
| Seguros | 100.288.792 | 73.867.578 | 26.421.214 | 47.057.243 | 51.369.849 | (4.312.606) |
| Outros | 12.140.682 | 11.125.907 | 1.014.775 | 59.239.099 | 59.374.124 | (135.025) |
| TOTAL | 17.187.541 | 15.395.668 | 1.791.873 | 63.440.384 | 63.583.797 | (143.413) |

| | 31 dezembro 2012 | | | | | |
|---------|------------------|-------------|-------------------|----------------------|-----------------|-------------------|
| | Ativo | Passivo | Capitais Próprios | Rendimentos e ganhos | Gastos e perdas | Resultado líquido |
| Viagens | 65.247.647 | 35.392.945 | 29.854.702 | 42.764.046 | 48.411.033 | (5.646.987) |
| Seguros | 146.292.791 | 103.131.981 | 43.160.809 | 62.813.621 | 53.557.529 | 9.256.092 |
| Outros | 12.966.266 | 11.959.946 | 1.006.320 | 63.374.796 | 63.518.277 | (143.481) |
| TOTAL | 19.129.130 | 17.049.586 | 2.079.544 | 67.679.180 | 67.760.135 | (80.955) |

6 OUTROS INVESTIMENTOS NÃO CORRENTES

Os outros investimentos não correntes, suas sedes sociais, proporção de capital detido e valor da demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 são as seguintes:

| Firma | Sede Social | Percentagem de capital detido | | | | Valor na demonstração da posição financeira | |
|--|---------------|-------------------------------|--------|------------------|--------|---|-------------------|
| | | 31 dezembro 2013 | | 31 dezembro 2012 | | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 |
| | | Direto | Total | Direto | Total | | |
| Dispar - Distrib. de Participações, SGPS, SA | Lisboa | 14,28% | 14,28% | 14,28% | 14,28% | 9.976 | 9.976 |
| Insco - Insular de Hipermerc., SA | Ponta Delgada | 10,00% | 10,00% | 10,00% | 10,00% | 748.197 | 748.197 |
| Outros investimentos | | | | | | 12.643.064 | 33.847.325 |
| | | | | | | <u>13.401.237</u> | <u>34.605.498</u> |

Em outros investimentos financeiros estão registados 12.512.681 euros (33.716.476 euros em 31 de dezembro de 2012), relativos a montantes depositados numa *Escrow Account* e que se encontram aplicados em Unidades de Participação num fundo de investimento monetário de *rating* superior, que surgem como garantias das responsabilidades contratuais assumidas pela Sonae Investimentos na venda da Sonae Distribuição Brasil, S.A. e para as quais foram constituídas provisões nas situações aplicáveis (Nota 30 e 31). A redução do montante de 2012 para 2013 resulta da utilização da *Escrow Account* para

pagamentos realizados relacionados com as responsabilidades relativas a filiais da operação do Retalho no Brasil alienada (Nota 30).

Embora de acordo com os prazos definidos contratualmente a *Escrow Account* já devesse ter sido libertada pelo comprador, a mesma ainda não o foi pelo facto de existirem alguns pontos de divergência quanto à utilização da referida *Escrow Account*, nomeadamente quanto à possibilidade ou não, de retenção da *Escrow Account* para processos fiscais em curso ainda não decididos (Nota 31). É entendimento do Conselho de Administração, consubstanciado em opiniões legais de advogados brasileiros e portugueses, que a razão assiste à Sonae Investimentos.

O valor de outros investimentos inclui ainda Investimentos em empresas não cotadas e cujo justo valor não foi estimado por não ser mensurável de forma fiável, mantêm-se ao custo de aquisição deduzidos de eventuais perdas de imparidade.

7 CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na Nota 2.11, foram classificados como segue:

| Activos financeiros | Notas | Empréstimos e contas a receber | Disponíveis para venda | Derivados de cobertura (Nota 24) | Sub-total | Ativos não abrangidos pelo IFRS 7 | Total |
|----------------------------------|---------|-----------------------------------|---------------------------|--|--------------------|---|--------------------|
| A 31 de dezembro de 2013 | | | | | | | |
| Ativos não correntes | | | | | | | |
| Outros investimentos | 6 | 12.512.681 | 888.556 | - | 13.401.237 | - | 13.401.237 |
| Outros ativos não correntes | 12 | 23.066.830 | - | - | 23.066.830 | 36.909 | 23.103.739 |
| | | <u>35.579.511</u> | <u>888.556</u> | <u>-</u> | <u>36.468.067</u> | <u>36.909</u> | <u>36.504.976</u> |
| Ativos correntes | | | | | | | |
| Clientes | 14 | 43.070.196 | - | - | 43.070.196 | - | 43.070.196 |
| Outras dívidas de terceiros | 15 | 90.687.013 | - | - | 90.687.013 | - | 90.687.013 |
| Outros investimentos financeiros | 11 e 24 | 6.106 | - | 35.999 | 42.105 | - | 42.105 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 19 | 71.510.332 | - | - | 71.510.332 | - | 71.510.332 |
| | | <u>205.273.647</u> | <u>-</u> | <u>35.999</u> | <u>205.309.646</u> | <u>-</u> | <u>205.309.646</u> |
| | | <u>240.853.158</u> | <u>888.556</u> | <u>35.999</u> | <u>241.777.713</u> | <u>36.909</u> | <u>241.814.621</u> |
| A 31 de dezembro de 2012 | | | | | | | |
| Ativos não correntes | | | | | | | |
| Outros investimentos | 6 | 33.717.673 | 889.022 | - | 34.605.498 | - | 34.605.498 |
| Outros ativos não correntes | 12 | 34.338.152 | - | - | 34.338.152 | 91.662 | 34.429.814 |
| | | <u>68.055.825</u> | <u>889.022</u> | <u>-</u> | <u>68.943.650</u> | <u>91.662</u> | <u>69.035.312</u> |
| Ativos correntes | | | | | | | |
| Clientes | 14 | 31.088.175 | - | - | 31.088.175 | - | 31.088.175 |
| Outras dívidas de terceiros | 15 | 51.947.177 | - | - | 51.947.177 | - | 51.947.177 |
| Outros investimentos financeiros | 11 e 24 | 862.387 | - | 30.341 | 892.728 | - | 892.728 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 19 | 162.194.406 | - | - | 162.194.406 | - | 162.194.406 |
| | | <u>246.092.145</u> | <u>-</u> | <u>30.341</u> | <u>246.122.486</u> | <u>-</u> | <u>246.122.486</u> |
| | | <u>314.147.970</u> | <u>889.022</u> | <u>30.341</u> | <u>315.066.136</u> | <u>91.662</u> | <u>315.157.798</u> |

| Passivos financeiros | Notas | Passivos financeiros | Derivados de | Sub-total | Passivos não | Total |
|-----------------------------------|---------|----------------------|------------------|----------------------|-------------------|----------------------|
| | | registados pelo | cobertura | | abrangidos pelo | |
| | | custo amortizado | (Nota 24) | | IFRS 7 | |
| A 31 de dezembro de 2013 | | | | | | |
| Passivos não correntes | | | | | | |
| Empréstimos bancários | 22 | 114.694.578 | - | 114.694.578 | - | 114.694.578 |
| Empréstimos obrigacionistas | 22 | 646.307.863 | - | 646.307.863 | - | 646.307.863 |
| Credores por locações financeiras | 22 e 23 | 7.630.324 | - | 7.630.324 | - | 7.630.324 |
| Outros empréstimos | 22 | 53.936 | - | 53.936 | - | 53.936 |
| Outros passivos não correntes | 25 | 408.093.722 | - | 408.093.722 | 36.615.170 | 444.708.892 |
| | | <u>1.176.780.423</u> | <u>-</u> | <u>1.176.780.423</u> | <u>36.615.170</u> | <u>1.213.395.593</u> |
| Passivos correntes | | | | | | |
| Empréstimos bancários | 22 | 56.774.364 | - | 56.774.364 | - | 56.774.364 |
| Empréstimos obrigacionistas | 22 | 9.990.122 | - | 9.990.122 | - | 9.990.122 |
| Credores por locações financeiras | 22 e 23 | 4.185.507 | - | 4.185.507 | - | 4.185.507 |
| Outros empréstimos | 22 e 24 | 33.466 | 1.415.143 | 1.448.609 | - | 1.448.609 |
| Fornecedores | 27 | 1.143.639.351 | - | 1.143.639.351 | - | 1.143.639.351 |
| Outras dívidas a terceiros | 28 | 90.860.537 | - | 90.860.537 | - | 90.860.537 |
| | | <u>1.305.483.347</u> | <u>1.415.143</u> | <u>1.306.898.490</u> | <u>-</u> | <u>1.306.898.490</u> |
| | | <u>2.482.263.770</u> | <u>1.415.143</u> | <u>2.483.678.913</u> | <u>36.615.170</u> | <u>2.520.294.083</u> |
| A 31 de dezembro de 2012 | | | | | | |
| Passivos não correntes | | | | | | |
| Empréstimos bancários | 22 | 218.458.349 | - | 218.458.349 | - | 218.458.349 |
| Empréstimos obrigacionistas | 22 | 532.738.392 | - | 532.738.392 | - | 532.738.392 |
| Credores por locações financeiras | 22 e 23 | 9.942.240 | - | 9.942.240 | - | 9.942.240 |
| Outros empréstimos | 22 | 90.166 | - | 90.166 | - | 90.166 |
| Outros passivos não correntes | 25 | 408.345.653 | - | 408.345.653 | 21.163.999 | 429.509.652 |
| | | <u>1.169.574.800</u> | <u>-</u> | <u>1.169.574.800</u> | <u>21.163.999</u> | <u>1.190.738.799</u> |
| Passivos correntes | | | | | | |
| Empréstimos bancários | 22 | 55.175.849 | - | 55.175.849 | - | 55.175.849 |
| Empréstimos obrigacionistas | 22 | 170.900.782 | - | 170.900.782 | - | 170.900.782 |
| Credores por locações financeiras | 22 e 23 | 3.383.796 | - | 3.383.796 | - | 3.383.796 |
| Outros empréstimos | 22 e 24 | 33.466 | 953.531 | 986.997 | - | 986.997 |
| Fornecedores | 27 | 1.090.451.413 | - | 1.090.451.413 | - | 1.090.451.413 |
| Outras dívidas a terceiros | 28 | 92.477.002 | - | 92.477.002 | - | 92.477.002 |
| | | <u>1.412.422.308</u> | <u>953.531</u> | <u>1.413.375.839</u> | <u>-</u> | <u>1.413.375.839</u> |
| | | <u>2.581.997.108</u> | <u>953.531</u> | <u>2.582.950.639</u> | <u>21.163.999</u> | <u>2.604.114.638</u> |

Instrumentos financeiros reconhecidos a justo valor

Em 2013 o Grupo aplicou pela primeira vez a IFRS 13 – Mensuração ao justo Valor. Esta requer que o justo valor seja divulgado de acordo com a hierarquia de justo valor em que se encontra:

Nível 1: o justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo para idênticos ativos e passivos;

Nível 2: o justo valor é determinado com base em outros dados que não sejam os preços de mercado identificados no nível 1, mas que sejam possíveis de ser observáveis; e

Nível 3: o justo valor é determinado com base em modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

| | 31 dezembro 2013 | | | 31 dezembro 2012 | | |
|---|------------------|------------------|---------|------------------|----------------|---------|
| | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 |
| Ativos financeiros mensurados a justo valor | | | | | | |
| Derivados (Nota 24) | - | 35.999 | - | - | 30.341 | - |
| | - | <u>35.999</u> | - | - | <u>30.341</u> | - |
| Passivos financeiros mensurados a justo valor | | | | | | |
| Derivados (Nota 24) | - | 1.415.143 | - | - | 953.531 | - |
| | - | <u>1.415.143</u> | - | - | <u>953.531</u> | - |

8 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

| | Ativos fixos tangíveis | | | | | | Total ativos fixos tangíveis |
|--|------------------------|--------------------|------------------------|----------------------------|-------------------------------|---------------------------------|------------------------------|
| | Terrenos e edifícios | Equipamento básico | Equipamento transporte | Equipamento administrativo | Outros ativos fixos tangíveis | Ativos fixos tangíveis em curso | |
| Ativo bruto: | | | | | | | |
| Saldo inicial a 1 de janeiro de 2012 | 1.651.284.310 | 1.156.118.956 | 20.908.117 | 108.073.700 | 38.430.751 | 28.062.620 | 3.002.878.454 |
| Investimento | 3.411.111 | 2.456.323 | 43.208 | 276.516 | 35.897 | 95.767.211 | 101.990.266 |
| Desinvestimento | (2.886.204) | (41.197.931) | (917.616) | (7.331.067) | (1.329.376) | (2.834.690) | (56.496.884) |
| Variações cambiais | - | (134.837) | (5.821) | (67.925) | - | - | (208.583) |
| Transferências | 1.302.116 | 77.163.471 | 696.854 | 4.421.017 | 1.595.006 | (89.188.016) | (4.009.552) |
| Saldo inicial a 1 de janeiro de 2013 | 1.653.111.333 | 1.194.405.982 | 20.724.742 | 105.372.241 | 38.732.278 | 31.807.125 | 3.044.153.701 |
| Investimento | 2.974.773 | 1.577.629 | 59.666 | 161.116 | 50.404 | 115.008.893 | 119.832.481 |
| Desinvestimento | (7.179.448) | (55.174.279) | (1.161.950) | (10.471.441) | (1.827.394) | (778.607) | (76.593.119) |
| Variações cambiais | - | (197.046) | (7.334) | (218.736) | - | - | (423.116) |
| Transferências | 8.276.962 | 93.705.442 | 1.181.774 | 6.814.306 | 2.567.100 | (115.542.433) | (2.996.849) |
| Saldo final a 31 de dezembro de 2013 | 1.657.183.620 | 1.234.317.728 | 20.796.898 | 101.657.486 | 39.522.388 | 30.494.978 | 3.083.973.098 |
| Amortizações e perdas por imparidade acumuladas | | | | | | | |
| Saldo inicial a 1 de janeiro de 2012 | 256.086.860 | 527.857.301 | 16.793.593 | 76.578.812 | 31.463.571 | - | 908.780.137 |
| Depreciações e perdas por imparidade do exercício | 27.691.694 | 118.021.424 | 1.309.049 | 11.443.732 | 3.550.371 | - | 162.016.270 |
| Desinvestimento | (1.310.414) | (38.370.781) | (895.176) | (7.128.956) | (1.283.639) | - | (48.988.966) |
| Variações cambiais | - | (85.103) | (2.563) | (46.388) | - | - | (134.054) |
| Transferências | - | (661.856) | (322.631) | (2.239.707) | (80.349) | - | (3.304.543) |
| Saldo inicial a 1 de janeiro de 2013 | 282.468.140 | 606.760.985 | 16.882.272 | 78.607.493 | 33.649.954 | - | 1.018.368.844 |
| Depreciações | 26.439.759 | 117.295.490 | 1.217.849 | 10.073.745 | 2.657.388 | - | 157.684.231 |
| Perdas por Imparidade do exercício (Nota 30) | 100.465.106 | 53.244.344 | 32.556 | 525.201 | 117.297 | - | 154.384.504 |
| Desinvestimento | (136.883) | (50.654.616) | (1.126.655) | (9.992.770) | (1.793.518) | - | (63.704.442) |
| Variações cambiais | - | (163.239) | (1.402) | (106.247) | - | - | (270.888) |
| Transferências | (184.396) | (937.805) | (40.397) | (1.883.043) | (27.334) | - | (3.072.975) |
| Saldo final a 31 de dezembro de 2013 | 409.051.726 | 725.545.159 | 16.964.223 | 77.224.379 | 34.603.787 | - | 1.263.389.274 |
| Valor líquido | | | | | | | |
| A 31 de dezembro de 2012 | 1.370.643.193 | 587.644.997 | 3.842.470 | 26.764.748 | 5.082.324 | 31.807.125 | 2.025.784.857 |
| A 31 de dezembro de 2013 | 1.248.131.894 | 508.772.569 | 3.832.675 | 24.433.107 | 4.918.601 | 30.494.978 | 1.820.583.824 |

O investimento no exercício de 2013 inclui:

- aquisição de ativos de aproximadamente 99,6 milhões de euros, associados essencialmente a aberturas e operações de remodelação de lojas; e
- 6 milhões de euros relacionados com operações de concentração empresarial focada na Nota 10.

A rubrica de "Perdas por imparidade do exercício" em 2013 pode ser analisada como segue:

| Imparidades | 31 dezembro 2013 |
|--|--------------------|
| Mudança de "layout" e "rebranding" de: | |
| Lojas do retalho especializado | 43.746.620 |
| Lojas do retalho alimentar | 9.988.367 |
| Imparidade de imóveis | 100.465.106 |
| Outros | 184.411 |
| | <u>154.384.504</u> |

As perdas por imparidade registadas para os ativos imobiliários foram suportadas em avaliações externas efetuadas por entidade especializada independente (Jones Lang LaSalle). As referidas avaliações foram realizadas utilizando o método do rendimento, utilizando para o efeito yields compreendidas entre 7,40%

e 9,50 %, estando o justo valor do imóvel na categoria de “Nível 3”, de acordo com a classificação dada pelo IFRS 13.

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de “Ativos fixos tangíveis em curso” referem-se aos seguintes projetos:

| | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 |
|---|-------------------|-------------------|
| Remodelação e expansão de lojas em Portugal | 17.595.991 | 22.221.243 |
| Remodelação e expansão de lojas em Espanha | 1.297.219 | 842.420 |
| Projetos de lojas Modelo e Continente para as quais foram efetuados adiantamentos | 11.532.400 | 8.274.617 |
| Outros | 69.369 | 468.845 |
| | <u>30.494.978</u> | <u>31.807.125</u> |

9 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findo em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

| | Ativos intangíveis | | | | | Total ativos intangíveis |
|--|------------------------|--------------------|-------------------|---------------------------|-----------------------------|--------------------------|
| | Propriedade industrial | Software | Trespases | Outros ativos intangíveis | Ativos intangíveis em curso | |
| Ativo bruto: | | | | | | |
| Saldo inicial a 1 de janeiro de 2012 | 101.358.773 | 154.550.982 | 14.779.372 | 3.478.973 | 15.500.704 | 289.668.804 |
| Investimento | 247.675 | 13.633 | - | 49.581 | 23.290.911 | 23.601.800 |
| Desinvestimento | (222.932) | (853.427) | (746.047) | (49.581) | (718.959) | (2.590.946) |
| Variações cambiais | (3.083) | (57.944) | - | 26.199 | - | (34.828) |
| Transferências | 1.024.973 | 15.289.988 | - | (2.755.477) | (16.770.730) | (3.211.246) |
| Saldo inicial a 1 de janeiro de 2013 | 102.405.406 | 168.943.232 | 14.033.325 | 749.695 | 21.301.926 | 307.433.584 |
| Investimento | 171.850 | 327.244 | - | - | 29.228.159 | 29.727.253 |
| Desinvestimento | (140.436) | (171.600) | - | - | (243.556) | (555.592) |
| Variações cambiais | (68.840) | (124.299) | - | (30.611) | - | (223.750) |
| Transferências | 795.884 | 20.668.844 | - | - | (22.575.204) | (1.110.476) |
| Saldo final a 31 de dezembro de 2013 | <u>103.163.864</u> | <u>189.643.421</u> | <u>14.033.325</u> | <u>719.084</u> | <u>27.711.325</u> | <u>335.271.019</u> |
| Amortizações e perdas por impar. acumuladas | | | | | | |
| Saldo inicial a 1 de janeiro de 2012 | 19.148.056 | 99.332.708 | 14.375.028 | 455.346 | - | 133.311.138 |
| Amortizações do exercício | 3.305.394 | 18.337.274 | - | 60.490 | - | 21.703.158 |
| Desinvestimento | (217.696) | (799.481) | (746.047) | (49.581) | - | (1.812.805) |
| Variações cambiais | (2.101) | (25.092) | - | 1.922 | - | (25.271) |
| Transferências | 20.495 | (13.240) | - | (372.514) | - | (365.259) |
| Saldo inicial a 1 de janeiro de 2013 | 22.254.148 | 116.832.169 | 13.628.981 | 95.663 | - | 152.810.961 |
| Amortizações do exercício | 2.581.436 | 16.510.365 | - | 57.958 | - | 19.149.759 |
| Perdas por imparidade do exercício (Nota 30) | - | 186 | - | - | - | 186 |
| Desinvestimento | (139.194) | (171.600) | - | - | - | (310.794) |
| Variações cambiais | (34.884) | (45.084) | - | (13.990) | - | (93.958) |
| Transferências | (14.030) | (2.576) | - | - | - | (16.606) |
| Saldo final a 31 de dezembro de 2013 | <u>24.647.476</u> | <u>133.123.460</u> | <u>13.628.981</u> | <u>139.631</u> | <u>-</u> | <u>171.539.548</u> |
| Valor líquido | | | | | | |
| A 31 de dezembro de 2012 | <u>80.151.258</u> | <u>52.111.063</u> | <u>404.344</u> | <u>654.032</u> | <u>21.301.926</u> | <u>154.622.623</u> |
| A 31 de dezembro de 2013 | <u>78.516.388</u> | <u>56.519.961</u> | <u>404.344</u> | <u>579.453</u> | <u>27.711.325</u> | <u>163.731.471</u> |

O valor de ativos intangíveis em curso diz respeito, fundamentalmente, a projetos informáticos e desenvolvimento de software.

Adicionalmente encontrava-se ainda registado na rubrica de Propriedade industrial o custo de aquisição de um conjunto de marcas sem vida útil definida, entre as quais a marca Continente, que foi adquirida em anos anteriores, no valor de 75.000.000 euros (igual montante em 2012).

A Sonae efetua testes anuais de imparidade sobre o valor das marcas, calculando para o efeito o valor recuperável da Sonae MC, sendo este determinado com base no seu valor de uso utilizando para o efeito os últimos planos de negócios os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos. Os principais pressupostos utilizados estão divulgados na Nota 10.

Os montantes que compõem a rubrica de ativos intangíveis em curso dizem essencialmente respeito a projetos informáticos e desenvolvimento de software.

10 GOODWILL

O valor de Goodwill é alocado a cada um dos segmentos de negócios e dentro destes a cada um dos grupos homogéneos de unidades geradoras de caixa.

O valor do Goodwill é alocado a cada um dos segmentos de negócio, Retalho de base Alimentar (Sonae MC) e Retalho Especializado em Portugal (Sonae SR), e alocado a cada um dos grupos homogéneos de unidades geradoras de caixa, nomeadamente a cada uma das insígnias do segmento, e a cada um dos imóveis no caso do segmento de Imobiliário do Retalho (Sonae RP).

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o valor das diferenças de consolidação pode ser detalhado como segue:

| | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 |
|-------------------------|--------------------|--------------------|
| Sonae MC | 433.813.034 | 429.826.294 |
| Sonae SR | 60.704.202 | 62.030.352 |
| Sonae RP | 3.669.166 | 4.281.767 |
| Gestão de investimentos | - | 3.096.074 |
| | <u>498.186.402</u> | <u>499.234.487</u> |

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o movimento ocorrido na rubrica de Goodwill, bem como nas respetivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

| | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 |
|--|--------------------|--------------------|
| Valor Bruto: | | |
| Saldo inicial | 501.821.164 | 501.821.164 |
| Goodwill gerado no exercício | 3.986.740 | - |
| Saldo final | <u>505.807.904</u> | <u>501.821.164</u> |
| Perdas por imparidade acumuladas: | | |
| Saldo inicial | 2.586.677 | 2.586.677 |
| Aumentos | 5.034.825 | - |
| Saldo final | <u>7.621.502</u> | <u>2.586.677</u> |
| Valor líquido | <u>498.186.402</u> | <u>499.234.487</u> |

Em 2013 ocorreu uma operação de concentração de atividades empresariais, envolvendo 8 lojas de retalho alimentar na Região Autónoma da Madeira, anteriormente detidas pelo Grupo Jorge Sá. O impacto nas demonstrações financeiras desta operação de concentração de atividades empresariais pode ser analisado como segue:

| | À data de aquisição |
|----------------------------------|---------------------|
| Ativos fixos tangíveis (Nota 10) | 6.013.260 |
| Goodwill | 3.986.740 |
| Valor de aquisição | 10.000.000 |
| Pagamento efetuado | 5.798.180 |
| Valores pagos por conta | 3.298.216 |
| Valor em dívida | 903.604 |

São efetuados testes anuais de imparidade sobre o goodwill e sempre que existam indicações que o goodwill pode estar em imparidade. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Sonae Investimentos procedeu à análise de imparidade de Goodwill, tendo, como resultado dessa análise, reconhecido perdas de imparidade como segue:

| | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 |
|-------------------------|------------------|------------------|
| Sonae SR | 1.326.150 | - |
| Sonae RP | 612.601 | - |
| Gestão de investimentos | 3.096.074 | - |
| | 5.034.825 | - |

O valor de imparidade de goodwill da Sonae SR resulta principalmente de goodwill alocado a lojas que encerraram durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

O registo de perdas de imparidade sobre Goodwill no segmento de Gestão de Investimentos, respeita fundamentalmente ao resultado da análise de imparidade de uma insígnia de Retalho incluída no segmento de Gestão de Investimentos, que conduziu à imparidade da totalidade do goodwill alocado a essa insígnia no montante de, aproximadamente, 3 milhões de euros.

Os pressupostos fundamentais utilizados nos referidos planos de negócio estão explicitados abaixo para cada um dos negócios da Sonae Investimentos.

Para este efeito os segmentos da área do Alimentar (Sonae MC) e Retalho Especializado (Sonae SR), em Portugal, recorrem aos resultados da valorização interna das suas insígnias através de metodologias de planeamento anuais, sustentadas em planos de negócio onde se projetam os respetivos cash-flows, através da consideração de pressupostos totalmente detalhados e justificados. Estes planos contemplam um detalhe do impacto das principais ações que serão levadas a cabo por cada uma das insígnias, bem como um estudo apurado da alocação dos recursos da Empresa.

O valor recuperável das Unidades Geradoras de caixa é determinado com base no seu valor de uso tomando por base os últimos planos de negócios os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos.

As simulações são feitas com um custo médio ponderado de capital e com uma taxa de crescimento dos cash-flows na perpetuidade:

| | 31 dezembro 2013 | | | 31 dezembro 2012 | | |
|-------------------------|----------------------------------|--------------------------------------|-------------------------------------|----------------------------------|--------------------------------------|-------------------------------------|
| | Custo médio ponderado de capital | Taxas de crescimento na perpetuidade | Taxa composta de crescimento vendas | Custo médio ponderado de capital | Taxas de crescimento na perpetuidade | Taxa composta de crescimento vendas |
| Sonae MC | 9% a 10% | <= 1% | 4% | 9% a 10% | <= 1% | 3% |
| Sonae SR- Portugal | 9% a 11% | <= 1% | 6% | 9% a 11% | <= 1% | 4% |
| Gestão de Investimentos | 8% a 10% | <= 1,5% | 6% | 8% a 10% | <= 1,5% | 5% |

O valor recuperável das Unidades Geradoras de caixa para os formatos do retalho especializado em Espanha tomam por base o seu valor de uso, obtido a partir de planos de negócios com período de projeção de 10 anos, assumindo tratar-se do prazo mais realista e apropriado para a implementação da estratégia de internacionalização da Sonae no segmento de retalho especializado, tendo em consideração não só, a natureza dos produtos em questão (de carácter mais discricionário) mas também as atuais condições macro económicas e as restrições no acesso a novos financiamentos, que limitam um processo de internacionalização mais acelerado. A análise anteriormente descrita tem como objetivo demonstrar a recuperação dos ativos não correntes e ativos por impostos diferidos da Sonae SR em Espanha, dado que esta não tem qualquer valor de goodwill alocado.

11 OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 esta rubrica pode ser decomposta como segue:

| | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 |
|---|------------------|------------------|
| Outros investimentos financeiros | | |
| Saldo em 1 de janeiro | 862.387 | 3.059.199 |
| Aumentos durante o exercício | 157 | 189 |
| Diminuições durante o exercício | (856.438) | (2.197.001) |
| Saldo em 31 de dezembro | 6.106 | 862.387 |
| Perdas por imparidade acumuladas | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro | 6.106 | 862.387 |
| Instrumentos financeiros derivados | | |
| Justo valor em 1 de janeiro | 30.341 | 2.797.070 |
| Aquisições durante o exercício | 26.398 | - |
| Aumento/(diminuição) no justo valor | (20.740) | (2.766.729) |
| Justo valor em 31 de dezembro (Nota 24) | 35.999 | 30.341 |
| Total de outros investimentos financeiros (Nota 7) | 42.105 | 892.728 |

12 OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

O detalhe dos outros ativos não correntes em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é o seguinte:

| | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 |
|--|------------------|------------------|
| Empréstimos concedidos a empresas Associadas | 8.665.429 | 18.976.002 |
| Perdas de imparidade acumulada em empréstimos a associadas (Nota 30) | - | (1.000.000) |
| | 8.665.429 | 17.976.002 |
| Clientes e outros devedores | | |
| Cauções (a) | 5.725.333 | 5.919.711 |
| Depósitos judiciais (b) | 818.011 | 973.963 |
| Reconhecimento valor a receber da Wall Mart (c) | 7.858.057 | 9.468.476 |
| Valor a receber referente à venda da Modelo Cont.Seguros | 2.423.530 | 2.344.124 |
| | 25.490.360 | 36.682.276 |
| Perdas de imparidade acumulada em devedores diversos (Nota 30) | (2.423.530) | (2.344.124) |
| Total de instrumentos financeiros (Nota 7) | 23.066.830 | 34.338.152 |
| Outros ativos não correntes | 36.909 | 91.662 |
| | 23.103.739 | 34.429.814 |

Os “Empréstimos concedidos a empresas Associadas”, referem-se principalmente à MDS SGPS, SA 8.665.429 (17.971.002 euros em 31 de dezembro de 2012). Estes empréstimos vencem juros a taxas de mercado e não têm maturidade definida, por terem caráter de suprimentos. Estima-se que o seu justo valor não difira significativamente do respetivo valor da demonstração da posição financeira.

Os valores registados em “Clientes e outros devedores” não correntes, correspondem fundamentalmente a:

- Montantes relativos a cauções de contratos de locação de imóveis das lojas do Grupo em Espanha, que não se encontram vencidas a esta data;
- Montantes relativos a depósitos judiciais efetuados por uma filial brasileira, para os quais se encontram registados os correspondentes passivos na rubrica “Outros passivos não correntes” (Nota 25), estes valores não apresentam maturidade definida;
- Em resultado dos acordos celebrados em 2005, pela anterior subsidiária - Sonae Distribuição Brasil, S.A. (alienada ao Grupo Wal-Mart em 2005) com o Carrefour Comércio e Indústria Ltda, a Sonae Investimentos assumiu a responsabilidade de indemnizar o Carrefour por eventuais despesas que viessem a revelar-se necessárias para efeitos de finalização do processo de licenciamento de 10 lojas no Estado de S. Paulo que foram vendidas àquela entidade. Durante 2010, o Carrefour exerceu uma garantia bancária “on first demand” pelo valor de 25.340.145,80 Reais (aproximadamente 7,9 milhões de euros) para fazer face a supostas despesas incorridas com as referidas lojas e que alegadamente se destinaram a sanar deficiências apontadas pelas autoridades competentes para efeitos de licenciamento das lojas, sem que contudo tenha sido apresentada à Sonae Investimentos prova das referidas despesas e bem assim demonstrada a necessidade da realização das referidas despesas para efeitos de licenciamento das lojas, nos termos dos contratos celebrados. A variação no exercício é explicada pela evolução do câmbio do real face ao euro.

Com base no entendimento do Conselho de Administração e parecer dos advogados do grupo, o valor do pagamento efetuado é considerado indevido tendo o Grupo já instaurado processo judicial contra o Carrefour Comércio e Indústria Ltda, através da sociedade Wms – Supermercados do Brasil, S.A.

(anteriormente Sonae Distribuição Brasil, S.A., alienada ao Grupo Wal-Mart, como referido supra), no sentido de recuperar judicialmente tais montantes (para a Sonae Investimentos, por direito de crédito sobre a Wms), cuja probabilidade de sucesso de acordo com os advogados e de acordo com o Conselho de Administração é muito elevada atendendo ao facto da inexistência de evidência e prova da realização das despesas e sua elegibilidade nos termos do contrato, e bem assim atendendo aos prazos de prescrição definidos na lei brasileira.

De acordo com os advogados, ao valor indevidamente recebido pelo Carrefour e que foi objeto de pedido de indemnização por parte da Sonae Investimentos (25.340.145,80 Reais), acrescerão juros à taxa SELIC sendo expectativa que o processo se mantenha em curso durante um período de até 7 anos, desde o seu início em 2011.

13 INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 esta rubrica tinha a seguinte composição:

| | <u>31 dezembro 2013</u> | <u>31 dezembro 2012</u> |
|---|-------------------------|-------------------------|
| Matérias primas, subsidiárias e de consumo | 698.111 | 831.499 |
| Mercadorias | 619.624.215 | 566.507.747 |
| Produtos acabados e intermédios | 478.877 | 318.157 |
| Produtos e trabalhos em curso | <u>237.215</u> | <u>187.377</u> |
| | 621.038.418 | 567.844.780 |
| Perdas por imparidade acumuladas em inventários (Nota 30) | <u>(32.642.082)</u> | <u>(43.160.752)</u> |
| | <u>588.396.336</u> | <u>524.684.028</u> |

O custo das vendas nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2013 e 2012, foi apurado como segue:

| | <u>31 dezembro 2013</u> | <u>31 dezembro 2012</u> |
|---------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Inventários iniciais | 567.339.246 | 676.197.262 |
| Variações cambiais | (94.251) | 7.956 |
| Compras | 3.656.218.555 | 3.390.646.639 |
| Regularizações de inventários | (9.394.346) | (9.441.668) |
| Inventários finais | <u>620.322.326</u> | <u>567.339.246</u> |
| | 3.593.746.878 | 3.490.070.943 |
| Perdas por imparidade (Nota 30) | <u>(10.550.285)</u> | <u>9.179.212</u> |
| | <u>3.583.196.593</u> | <u>3.499.250.155</u> |

Os montantes inscritos na rubrica de 'Regularizações de inventários', em 31 de dezembro de 2013 e 2012, referem-se, essencialmente, a regularizações resultantes de ofertas a instituições de solidariedade social.

14 CLIENTES

O detalhe de clientes em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é o seguinte:

| | <u>31 dezembro 2013</u> | <u>31 dezembro 2012</u> |
|--|-------------------------|-------------------------|
| Clientes correntes | 43.121.487 | 31.787.666 |
| Clientes de cobrança duvidosa | <u>3.053.087</u> | <u>2.693.857</u> |
| | 46.174.574 | 34.481.523 |
| Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 30) | (3.104.378) | (3.393.348) |
| | <u>43.070.196</u> | <u>31.088.175</u> |

A rubrica de Clientes correntes inclui 14.606.205 euros (13.773.931 euros em 31 de dezembro de 2012), relativo a vendas por grosso a empresas relacionadas.

A exposição da Sonae Investimentos ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua atividade operacional. Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade que foram estimadas pela Sonae Investimentos, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas. A Sonae Investimentos entende que os valores contabilísticos das contas a receber líquidas de perdas de imparidade se aproximam do seu justo valor.

A 31 de dezembro 2013 não temos indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento relativamente aos valores incluídos em clientes não vencidos e para os quais não existe imparidade registada.

A 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a antiguidade dos saldos de clientes pode ser analisada como segue:

| | <u>Clientes</u> | |
|---------------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| | <u>31 dezembro 2013</u> | <u>31 dezembro 2012</u> |
| Não vencido | <u>17.558.563</u> | <u>11.931.338</u> |
| Vencido mas sem registo de imparidade | | |
| 0 - 90 dias | 23.537.170 | 17.055.767 |
| + 90 dias | <u>1.974.464</u> | <u>1.618.094</u> |
| Total | <u>25.511.634</u> | <u>18.673.861</u> |
| Vencido com registo de imparidade | | |
| 0 - 90 dias | 10.777 | 504.507 |
| 90 - 180 dias | 47.502 | 13.690 |
| 180 - 360 dias | 102.871 | 87.786 |
| + 360 dias | <u>2.943.228</u> | <u>3.270.341</u> |
| Total | <u>3.104.378</u> | <u>3.876.324</u> |
| | <u>46.174.574</u> | <u>34.481.523</u> |

Na determinação da recuperabilidade dos valores a receber de clientes a Sonae Investimentos analisa todas as alterações de qualidade de crédito das contrapartes desde a data da concessão do crédito até à data de reporte das demonstrações financeiras consolidadas. A Sonae Investimentos não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o risco se encontra diluído por um conjunto alargado de clientes. Consideramos que o risco de crédito não excede a imparidade criada para clientes de cobrança duvidosa.

Adicionalmente a Sonae Investimentos considera que a máxima exposição ao risco de crédito é o total de clientes evidenciado na demonstração da posição financeira consolidada.

15 OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

O detalhe das outras dívidas de terceiros em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é o seguinte:

| | <u>31 dezembro 2013</u> | <u>31 dezembro 2012</u> |
|---|-------------------------|-------------------------|
| Empréstimos concedidos e outras contas a receber de empresas relacionadas | 8.802.720 | 8.423.538 |
| Outros Devedores | | |
| Fornecedores c/c - saldos devedores | 34.253.806 | 30.578.619 |
| Regime especial de regulariz. dívidas ao fisco e à Segurança Social | 22.327.147 | 12.047.569 |
| Depósito a favor da Cosec (a) | 11.798.127 | - |
| IVA de imóveis e de descontos de talões | 2.905.723 | 1.143.779 |
| Alienação de ativos fixos tangíveis | 194.142 | 915.522 |
| Outros ativos correntes | <u>24.326.595</u> | <u>13.272.105</u> |
| | 95.805.540 | 57.957.594 |
| Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 30) | <u>(13.921.247)</u> | <u>(14.433.955)</u> |
| Total de instrumentos financeiros (Nota 7) | <u>90.687.013</u> | <u>51.947.177</u> |

- a) Valor depositado a favor da COSEC durante o exercício, tendo sido recebido em janeiro de 2014.

Os empréstimos concedidos a empresas relacionadas (sendo o valor mais significativo associado ao empréstimo concedido à Raso, SGPS, SA de 8.450.000 euros, 7.800.000 em 31 de dezembro de 2012) vencem juros a taxas de mercado e não têm uma maturidade definida, não ultrapassando contudo os doze meses.

A 31 de dezembro de 2013, o valor de Fornecedores c/c - saldos devedores está sobretudo associado à existência de receitas comerciais diversas debitadas a fornecedores e que não foram ainda deduzidas aos créditos de compras futuras.

O montante relacionado com o “Regime Especial de Regularização de Dívidas ao Fisco e Segurança Social” corresponde essencialmente a impostos pagos relativos a liquidações de impostos que já estavam na via judicial, mantendo-se os processos judiciais a continuar a sua tramitação, tendo contudo sido canceladas as garantias prestadas para os referidos processos. É entendimento do Conselho de Administração que as reclamações apresentadas terão um desfecho favorável à Sonae Investimentos razão pelo qual os mesmos não se encontram provisionados. Face a 31 de dezembro de 2012, a rubrica em causa aumentou, na medida em que o grupo optou por beneficiar do Regime Excepcional de Regularização de Dívidas Fiscais e à Segurança Social, tendo procedido ao pagamento de cerca de 17 milhões de euros (Nota 31).

A 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a antiguidade dos saldos de Outras dívidas de terceiros pode ser analisada como segue:

| | Outras dívidas de terceiros | |
|---------------------------------------|-----------------------------|------------------|
| | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 |
| Não vencido | 47.965.374 | 24.551.147 |
| Vencido mas sem registo de imparidade | | |
| 0 - 90 dias | 40.522.421 | 25.600.136 |
| + 90 dias | 2.199.218 | 2.133.647 |
| Total | 42.721.639 | 27.733.783 |
| Vencido com registo de imparidade | | |
| 0 - 180 dias | 434.163 | 1.371.983 |
| 180 - 360 dias | 751.445 | 850.540 |
| + 360 dias | 12.735.639 | 11.873.679 |
| Total | 13.921.247 | 14.096.202 |
| | 104.608.260 | 66.381.132 |

Os devedores que não estão vencidos não apresentam qualquer sinal de imparidade, o valor contabilístico dos ativos líquidos de imparidades é considerado como estando próximo do seu justo valor.

16 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe da rubrica “Estado e outros entes públicos” em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é o seguinte:

| | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 |
|---|------------------|------------------|
| Valores devedores | | |
| Imposto sobre o rendimento | 35.097.105 | 31.515.112 |
| Imposto sobre o valor acrescentado | 26.691.231 | 30.716.891 |
| Outros Impostos | 1.408.625 | 1.594.927 |
| | 63.196.961 | 63.826.930 |
| Valores credores | | |
| Imposto sobre o rendimento | 11.006.318 | 7.187.745 |
| Imposto sobre o valor acrescentado | 23.694.870 | 25.994.486 |
| Retenção na fonte - IRS trabalho dependente | 4.516.646 | 4.443.734 |
| Contribuições para a Segurança Social | 10.408.718 | 10.139.559 |
| Outros Impostos | 94.362 | 101.157 |
| | 49.720.914 | 47.866.681 |

17 OUTROS ATIVOS CORRENTES

O detalhe dos “Outros ativos correntes” em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é o seguinte:

| | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 |
|-------------------------------------|------------------|------------------|
| Receitas comerciais | 30.436.429 | 30.490.883 |
| Juros a receber | 1.585.231 | 1.141.142 |
| Comissões a receber | 2.627.215 | 1.926.548 |
| Rendas | 6.019.706 | 6.687.441 |
| Serviços de gestão de condomínios | 1.461.240 | 1.490.358 |
| Seguros | 5.778.700 | 5.076.606 |
| Indemnizações relativas a sinistros | 2.430.736 | 7.423.141 |
| Licenças software | 1.725.531 | 1.460.671 |
| Outros ativos correntes | 6.848.095 | 8.468.485 |
| | 58.912.883 | 64.165.275 |

A rubrica de “Receitas comerciais” diz respeito a campanhas promocionais levadas a cabo nas lojas, participadas pelos parceiros da Sonae Investimentos.

A rubrica de “Indemnizações relativas a sinistros” espelha a melhor estimativa da Sonae Investimentos sobre os valores a serem recuperados da instituição de seguros com que opera, relacionada com o incêndio numa das suas lojas “Continente” em Portimão. A variação de valor face a 2012 resulta do recebimento de parte da referida indemnização em 2013.

18 IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

| | Ativos por impostos diferidos | | Passivos por impostos diferidos | |
|---|-------------------------------|--------------------|---------------------------------|--------------------|
| | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 |
| Diferença entre o justo valor e o custo histórico | 5.911.741 | 3.779.408 | 21.229.003 | 30.285.857 |
| Homogeneização de amortizações | 1.371.758 | 117.928 | 65.095.329 | 71.619.715 |
| Provisões e perdas por imparidade de ativos não aceites fiscalmente | 37.206.940 | 19.872.171 | - | - |
| Anulação de ativos fixos tangíveis e intangíveis | 1.661.602 | 3.340.298 | - | - |
| Valorização de instrumentos derivados de cobertura | 210.756 | 107.198 | 60.252 | 48.946 |
| Amortização da diferença de consolidação para efeitos fiscais | - | - | 25.128.058 | 23.732.055 |
| Reavaliações de ativos fixos tangíveis | - | - | 1.534.310 | 1.727.983 |
| Prejuízos fiscais reportáveis | 61.353.838 | 93.593.647 | - | - |
| Mais / menos valias reinvestidas | - | - | 1.512.257 | 1.000.609 |
| Benefícios fiscais | 3.204.661 | - | - | - |
| Outros | 6.490.837 | 2.304.700 | 2.378.710 | 1.698.810 |
| | <u>117.412.133</u> | <u>123.115.350</u> | <u>116.937.919</u> | <u>130.113.975</u> |

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foi como segue:

| | Ativos por impostos diferidos | | Passivos por impostos diferidos | |
|---|-------------------------------|--------------------|---------------------------------|--------------------|
| | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 |
| Saldo inicial | 123.115.350 | 117.767.016 | 130.113.975 | 119.911.312 |
| Efeito em resultados (Nota 40): | | | | |
| Diferença entre o justo valor e o custo histórico | 2.293.557 | 376.452 | (8.097.209) | (747.757) |
| Homogeneização de amortizações | 1.247.614 | 14.459 | (878.387) | 5.531.889 |
| Provisões e perdas por imparid. de ativos não aceites fiscalmente | 19.373.016 | 1.142.804 | 463.067 | - |
| Anulação de ativos fixos tangíveis e intangíveis | (1.605.719) | (1.610.592) | - | - |
| Anulação de custos diferidos | - | - | (1.159.359) | 1.146.785 |
| Reavaliações de ativos tangíveis reintegráveis | - | - | (143.045) | (142.945) |
| Prejuízos fiscais reportáveis | (32.206.209) | 4.221.118 | - | - |
| Amortização das diferenças de consolidação para efeitos fiscais | - | - | 1.333.298 | 1.396.003 |
| Mais / menos valias reinvestidas | - | - | 581.432 | (205.410) |
| Efeito de alteração de taxa de imposto | (3.198.398) | 734.663 | (6.786.085) | 3.640.629 |
| Benefícios fiscais | 3.204.661 | - | - | - |
| Outros | 5.084.705 | 336.943 | 1.490.902 | 166.392 |
| | <u>(5.806.774)</u> | <u>5.215.847</u> | <u>(13.195.386)</u> | <u>10.785.586</u> |
| Efeito em reservas: | | | | |
| Valorização de instrumentos derivados de cobertura | 104.962 | 130.612 | 28.341 | (574.230) |
| Conversão cambial | - | - | (10.065) | (8.693) |
| Outros | (1.404) | 1.875 | 1.053 | - |
| | <u>103.558</u> | <u>132.487</u> | <u>19.329</u> | <u>(582.923)</u> |
| Saldo final | <u>117.412.133</u> | <u>123.115.350</u> | <u>116.937.919</u> | <u>130.113.975</u> |

A rubrica “Prejuízos fiscais reportáveis” inclui a reversão de impostos diferidos ativos no valor de 32,5 milhões de euros que tinham sido registados em períodos anteriores na Worten Espanha e Sport Zone Espanha, por se considerar que existe risco na sua recuperação num horizonte temporal razoável. Os ativos por impostos diferidos em causa apenas poderiam ser recuperados na esfera individual de cada uma das empresas. Decorrente da revisão dos planos de expansão, da operação de rebranding em curso e

a alteração de expectativas do grupo para a evolução dos negócios em causa em Espanha o grupo optou pela sua anulação.

Em 31 de dezembro de 2013, a taxa de imposto a utilizar nas empresas em Portugal, para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais é de 23%, devido à alteração de taxa de IRC de 25% para 23% a partir de 2014. No caso de diferenças temporárias positivas ou negativas com origem em empresas portuguesas a taxa a utilizar é de 24,5%, acrescida da taxa da derrama estadual nas empresas que se perspetiva o pagamento da mesma nos períodos de reversão esperada dos impostos diferidos associados. Para as empresas ou sucursais localizadas noutros países foram utilizadas as respetivas taxas aplicáveis em cada jurisdição.

De acordo com as declarações fiscais das empresas que registam ativos por impostos diferidos por prejuízos fiscais, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, utilizando para o efeito as taxas de imposto naquela data, os mesmos eram reportáveis como segue:

| | 31 dezembro 2013 | | | 31 dezembro 2012 | | |
|---|--------------------|---------------------|---------------------------|--------------------|---------------------|---------------------------|
| | Prejuízo fiscal | Ativos por impostos | Data limite de utilização | Prejuízo fiscal | Ativos por impostos | Data limite de utilização |
| Com limite de data de utilização | | | | | | |
| Gerados em 2007 | - | - | 2013 | 1.223.112 | 305.778 | 2013 |
| Gerados em 2008 | 1.219.236 | 280.424 | 2014 | 1.219.236 | 304.808 | 2014 |
| Gerados em 2009 | 2.739 | 630 | 2015 | 3.523 | 881 | 2015 |
| Gerados em 2010 | 99.670 | 22.924 | 2014 | 99.670 | 24.918 | 2014 |
| Gerados em 2011 | 271.308 | 62.401 | 2015 | 286.255 | 71.564 | 2015 |
| Gerados em 2012 | 87.055 | 20.023 | 2017 | 87.055 | 21.764 | 2017 |
| Gerados em 2013 | - | - | 2018 | - | - | |
| | <u>1.680.008</u> | <u>386.402</u> | | <u>2.918.851</u> | <u>729.713</u> | |
| Com limite de data de utilização diferente do mencionado acima (a) | 203.224.787 | 60.967.436 | | 309.546.450 | 92.863.934 | |
| | <u>204.904.795</u> | <u>61.353.838</u> | | <u>312.465.301</u> | <u>93.593.647</u> | |

- (a) Inclui a 31 de dezembro de 2013 cerca de 58 milhões de euros (76 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012) relativos a ativos por impostos diferidos cujo prazo de utilização ainda não se iniciou. A redução face ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, está associada à reversão de ativos por impostos diferidos nas operações do grupo, na área do Retalho Especializado, em Espanha.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 foram avaliados os impostos diferidos a reconhecer resultantes de prejuízos fiscais. Nos casos em que originaram ativos por impostos diferidos, os mesmos só foram registados na medida em que seja provável que ocorram lucros tributáveis no futuro que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas da Sonae Investimentos, periodicamente revistos e atualizados, e nas oportunidades de planeamento fiscal disponíveis e identificadas.

O Grupo apresenta em 31 de dezembro de 2013 um valor de 57,9 milhões de euros (57,7 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012) de ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais deste exercício e de exercícios anteriores da Sucursal em Espanha da Modelo Continente Hipermercados, S.A. e que podem, ser recuperados na esfera tributária da Sucursal em Espanha. A Sucursal da Modelo Continente Hipermercados, S.A. em Espanha era em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, entidade dominante de um consolidado fiscal em Espanha. É entendimento do Conselho de Administração, com base em planos de negócio existentes para as diversas empresas, que tais ativos por impostos diferidos são integralmente recuperáveis.

A recuperação dos ativos por impostos diferidos acima referidos relativos à operação do grupo em Espanha, estão dependentes do cumprimento efetivo dos planos de negócios a 10 anos, aprovados pelo

Conselho de Administração para aqueles mercados e para as Empresas que fazem parte do perímetro fiscal em Espanha. Estes planos foram também utilizados na análise de imparidade dos restantes ativos não correntes.

Adicionalmente a legislação espanhola permitia a dedução anual, para efeitos fiscais, de 5% do goodwill apurado na aquisição de participações financeiras em sociedades não residentes que tenham ocorrido em data anterior a 21 de Dezembro de 2007, no entanto em 2012 e 2013 esta taxa foi reduzida para 1%. O Grupo, neste âmbito, encontra-se a registar passivos por impostos diferidos relacionados com a amortização efetuada para efeitos fiscais do goodwill gerado com a compra da participação financeira na Continente Hipermercados (ex-Carrefour Portugal).

Durante o exercício de 2010 e 2011, as autoridades tributárias Espanholas, notificaram a sucursal da Modelo Continente Hipermercados da redução dos prejuízos fiscais do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e 2009 respetivamente, no montante de, aproximadamente, 23,3 milhões de euros relativos à amortização de Goodwill gerado na aquisição da Continente Hipermercados, S.A. para cada um dos exercícios em causa. Aquela Sucursal procedeu à reclamação dessa decisão junto do Tribunal Económico-Administrativo Central de Madrid em 2010 e 2011, respetivamente, entendendo que o referido processo de reclamação lhe será favorável, razão pela qual não procedeu à anulação dos ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos reconhecidos relativamente a esta matéria. Em 2012 interpôs-se recurso à Audiência Nacional em Espanha, decorrente da decisão contrária às pretensões e estimativas da Empresa, por parte do Tribunal Económico-Administrativo Central da Madrid, relativamente à notificação correspondente ao exercício de 2008. Em 31 de dezembro de 2013, o valor de prejuízos fiscais gerados com a amortização de Goodwill, incluindo os relativos a 2008, ascendem a 83,7 milhões de euros (79,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012). Relativamente a esta natureza mantêm-se constatados ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos no montante de 25,1 milhões de euros (23,7 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012).

Em 31 de dezembro de 2013 existem prejuízos fiscais reportáveis no montante de 175,9 milhões de euros (54,7 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012), cujos ativos por impostos diferidos, numa ótica de prudência, não se encontram registados.

| | 31 dezembro 2013 | | | 31 dezembro 2012 | | |
|---|--------------------|--------------------|---------------------------|-------------------|--------------------|---------------------------|
| | Prejuízo fiscal | Crédito de imposto | Data limite de utilização | Prejuízo fiscal | Crédito de imposto | Data limite de utilização |
| Com limite de data de utilização | | | | | | |
| Gerados em 2007 | - | - | 2013 | 60.805 | 15.202 | 2013 |
| Gerados em 2008 | 2.017.121 | 463.938 | 2014 | 3.135.429 | 783.858 | 2014 |
| Gerados em 2009 | 4.531.833 | 1.042.321 | 2015 | 5.302.815 | 1.325.703 | 2015 |
| Gerados em 2010 | 5.386.907 | 1.238.989 | 2014 | 5.386.907 | 1.346.727 | 2014 |
| Gerados em 2011 | 4.292.265 | 987.221 | 2015 | 4.292.265 | 1.073.066 | 2015 |
| Gerados em 2012 | 3.495.558 | 803.978 | 2017 | 3.557.841 | 889.460 | 2017 |
| Gerados em 2013 | 98.018 | 22.544 | 2018 | | | |
| | <u>19.821.702</u> | <u>4.558.991</u> | | <u>21.736.062</u> | <u>5.434.016</u> | |
| Sem limite de data de utilização | 12.858.928 | 4.372.036 | | 11.625.306 | 3.952.604 | |
| Com limite de data de utilização diferente do mencionado acima (a) | 143.265.248 | 42.977.312 | | 21.316.027 | 6.394.808 | |
| | <u>175.945.878</u> | <u>51.908.339</u> | | <u>54.677.395</u> | <u>15.781.428</u> | |

- (a) O aumento face ao período anterior está essencialmente associado à reversão de Ativos por Impostos Diferidos na operação de retalho do grupo em Espanha.

19 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

| | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 |
|--|------------------|------------------|
| Numerário | 7.497.968 | 6.964.521 |
| Depósitos bancários | 64.012.364 | 115.130.218 |
| Aplicações de tesouraria | - | 40.099.667 |
| Caixa e equivalentes de caixa na demonstração da posição financeira (Nota 7) | 71.510.332 | 162.194.406 |
| Descobertos bancários (Nota 22) | (402.542) | (13.211.964) |
| Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa | 71.107.790 | 148.982.442 |

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos na demonstração da posição financeira na rubrica de empréstimos bancários.

20 CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 1.000.000.000 ações ordinárias, sem direito a uma remuneração fixa, com o valor nominal de 1 euro cada uma.

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, o capital subscrito da sociedade era detido como segue:

| Entidade | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 |
|--|------------------|------------------|
| Sonae, SGPS, S.A. | 76,856% | 76,856% |
| Sonae Investments, BV | 13,142% | 13,142% |
| Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA | 10,000% | - |
| Sonae Specialized Retail, SGPS, SA | - | 10,000% |
| Libra Serviços, Lda | 0,002% | 0,002% |

Em 31 de dezembro de 2013, a Efanor Investimentos, SGPS, S.A. e suas filiais detinham 52,48% das ações representativas do capital social da Sonae, SGPS, S.A..

A 31 de dezembro de 2013, a Sonae Investimentos, através de subsidiária por si controlada, detem 10% de ações próprias. Na sequência da aquisição de ações da Sonae Investimentos SGPS, S.A., tornou-se indisponível, nos termos do artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais, reservas livres de montante igual ao custo de aquisição. Esta reserva só poderá ser movimentada após a extinção ou alienação das referidas ações.

21 INTERESSES SEM CONTROLO

Os movimentos desta rubrica durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram os seguintes:

| | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 |
|---|------------------|------------------|
| Saldo inicial em 1 de janeiro | 85.691.823 | 75.700.031 |
| Dividendos distribuídos | (190.744) | (157.074) |
| Distribuição de rendimentos de Fundos de Investimento | (4.620.415) | (6.015.675) |
| Aumento de capital com prémio de emissão | - | 1.166.629 |
| Variação de percentagem por alienação de ações | 1.209.335 | - |
| Entradas facultativas de capital | - | 15.000.000 |
| Outras variações | 388.607 | 22.482 |
| Resultado do exercício atribuível aos interesses sem controlo | 1.833.561 | (24.570) |
| Saldo final em 31 de dezembro | 84.312.167 | 85.691.823 |

22 EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os empréstimos tinham o seguinte detalhe:

| | 31 dezembro 2013 | | 31 dezembro 2012 | |
|---|--------------------|--------------|--------------------|--------------|
| | Montante utilizado | | Montante utilizado | |
| | Corrente | Não Corrente | Corrente | Não Corrente |
| Empréstimos bancários | | | | |
| Sonae Investimentos, SGPS,SA - papel comercial | 32,500,000 | 65,000,000 | 28,500,000 | 147,500,000 |
| Filial da Sonae Investimentos 2011/2016 | 20,000,000 | 45,000,000 | 10,000,000 | 65,000,000 |
| Outros | 3,936,459 | 4,979,752 | 3,500,038 | 6,500,345 |
| | 56,436,459 | 114,979,752 | 42,000,038 | 219,000,345 |
| Descobertos bancários (Nota 19) | 402,542 | - | 13,211,964 | - |
| Custos de montagem de financiamentos | (64,637) | (285,174) | (36,153) | (541,996) |
| Empréstimos bancários | 56,774,364 | 114,694,578 | 55,175,849 | 218,458,349 |
| Empréstimos por obrigações: | | | | |
| Obrigações Sonae SGPS/ 2007/2015 | - | 200,000,000 | - | 200,000,000 |
| Obrigações Sonae Investimentos / 2007/ 2015 | - | 155,000,000 | 155,000,000 | 155,000,000 |
| Obrigações Sonae Investimentos / 2009/ 2014 | 10,000,000 | - | 16,000,000 | 10,000,000 |
| Obrigações Sonae Investimentos / 2012/2017 | - | 170,000,000 | - | 170,000,000 |
| Obrigações Sonae Investimentos / 2013/2018 | - | 50,000,000 | - | - |
| Obrigações Sonae Investimentos / 2013- Eur 75M Floating R.Notes- 2018 | - | 75,000,000 | - | - |
| Custos de montagem de financiamentos | (9,878) | (3,692,137) | (99,218) | (2,261,608) |
| Empréstimos por obrigações | 9,990,122 | 646,307,863 | 170,900,782 | 532,738,392 |
| Outros empréstimos | 33,466 | 53,936 | 33,466 | 90,166 |
| Instrumentos derivados (Nota 24) | 1,415,143 | - | 953,531 | - |
| Outros empréstimos | 1,448,609 | 53,936 | 986,997 | 90,166 |
| Credores por locações financeiras (Nota 23) | 4,185,507 | 7,630,324 | 3,383,796 | 9,942,240 |
| | 72,398,602 | 768,686,701 | 230,447,424 | 761,229,147 |

A taxa de juro em vigor a 31 de dezembro de 2013 dos empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários era em média cerca de 2,83% (2,50% em 31 de dezembro de 2012). Os empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários estão indexados a taxas variáveis tendo como indexante a Euribor.

Estima-se que o valor contabilístico dos empréstimos não difere significativamente do seu justo valor. O justo valor dos empréstimos é determinado com base na metodologia de fluxos de caixa descontados.

O valor nominal dos empréstimos (incluindo credores por locações financeiras) e juros têm as seguintes maturidades:

| | 31 dezembro 2013 | | 31 dezembro 2012 | |
|----------|--------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | Capital | Juros | Capital | Juros |
| N+1 | 71.057.974 | 23.774.491 | 229.629.264 | 23.864.734 |
| N+2 | 418.773.255 | 21.761.877 | 58.633.624 | 20.402.608 |
| N+3 | 130.598.965 | 14.990.797 | 417.084.216 | 18.556.579 |
| N+4 | 96.377.254 | 7.773.445 | 190.541.370 | 11.241.470 |
| N+5 | 125.975.817 | 3.775.753 | 96.149.353 | 3.045.007 |
| Após N+5 | 938.721 | 12.980 | 1.624.188 | 36.717 |
| | <u>843.721.986</u> | <u>72.089.343</u> | <u>993.662.015</u> | <u>77.147.115</u> |

As maturidades acima apresentadas foram estimadas de acordo com as cláusulas contratuais dos empréstimos e tendo em consideração a expectativa da Sonae Investimentos quanto à sua data de amortização.

A 31 de dezembro de 2013 existia uma operação de financiamento com compromissos de manutenção de covenants cujas condições se encontram previamente negociadas de acordo com as práticas normais de mercado. À data do reporte não se encontra em incumprimento nenhum dos referidos compromissos e, o Conselho de Administração considera improvável a ocorrência de tais incumprimentos.

À data de 31 de dezembro de 2013 e de 2012, as linhas de crédito disponíveis são:

| | 31 dezembro 2013 | | 31 dezembro 2012 | |
|---------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|
| | Compromissos inferiores a 1 ano | Compromissos superiores a 1 ano | Compromissos inferiores a 1 ano | Compromissos superiores a 1 ano |
| Montantes de linhas disponíveis | 327.760.000 | 310.000.000 | 188.763.449 | 400.000.000 |
| Montantes de linhas contratadas | 360.260.000 | 375.000.000 | 230.260.000 | 547.500.000 |

23 CREDORES POR LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 esta rubrica tinha a seguinte composição:

| Credores por locação financeira | Pagamentos mínimos da locação financeira | | Valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira | |
|--|--|--------------------|---|-------------------|
| | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 |
| Montantes a pagar por locações financeiras: | | | | |
| N+1 | 4.693.546 | 4.086.651 | 4.185.507 | 3.383.796 |
| N+2 | 2.759.092 | 2.353.514 | 2.649.286 | 2.068.705 |
| N+3 | 2.702.487 | 2.810.048 | 2.641.513 | 2.573.476 |
| N+4 | 829.578 | 2.811.104 | 793.402 | 2.684.923 |
| N+5 | 562.935 | 829.448 | 540.951 | 793.402 |
| Após N+5 | 1.025.969 | 1.588.707 | 1.005.172 | 1.821.734 |
| | <u>12.573.607</u> | <u>14.479.472</u> | <u>11.815.831</u> | <u>13.326.036</u> |
| Juros futuros | <u>(757.776)</u> | <u>(1.153.436)</u> | | |
| | <u>11.815.831</u> | <u>13.326.036</u> | | |
| Componente de curto prazo | | | 4.185.507 | 3.383.796 |
| Credores por locações financeiras - líquidos da parcela de curto prazo | | | <u>7.630.324</u> | <u>9.942.240</u> |

Os contratos de locação financeira vencem juros a taxas de mercado e têm períodos de vida definidos, sendo usualmente garantido ao locatário o exercício de uma opção de compra sobre o bem locado.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, estima-se que o justo valor das obrigações financeiras em contratos de locação financeira corresponde, aproximadamente, ao seu valor contabilístico.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o valor líquido contabilístico, dos bens objeto de locação financeira tinha o seguinte detalhe:

| | <u>31 dezembro 2013</u> | <u>31 dezembro 2012</u> |
|--|-------------------------|-------------------------|
| Bens objeto de locação financeira | | |
| Terrenos e edifícios | 11.220.585 | 17.150.194 |
| Equipamento básico | 776.317 | 937.117 |
| Equipamento administrativo | <u>2.660.688</u> | <u>5.425.716</u> |
| Total de ativos fixos tangíveis | <u>14.657.589</u> | <u>23.513.027</u> |

Em 31 de dezembro de 2013, o valor do custo de aquisição dos ativos fixos tangíveis ascendia a 32.750.187 euros (36.552.269 euros em 31 de dezembro de 2012).

24 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Derivados de taxa de câmbio

No âmbito da política de gestão de riscos financeiros a Sonae Investimentos utiliza, fundamentalmente, derivados de taxa de câmbio de forma a efetuar cobertura de fluxos de caixa futuros, a ocorrerem nos próximos 12 meses.

Desta forma a Sonae Investimentos contratou diversos “forwards” de taxa de câmbio, de forma a gerir o risco de taxa de câmbio a que está exposta.

Em 31 de dezembro de 2013 não existem derivados de taxa de câmbio que sejam considerados de especulação. O justo valor dos instrumentos derivados de taxa de câmbio de cobertura calculados tendo por base os valores de mercado atuais de instrumentos financeiros equivalentes de taxa de câmbio é no passivo de 1.415.143 euros, e no ativo de 35.999 euros (953.531 euros no passivo e 30.341 euros no ativo em 31 de dezembro de 2012).

A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base a atualização para a data da demonstração da posição financeira do montante a ser recebido/pago na data de termo do contrato. O montante de liquidação considerado na avaliação é igual ao montante na moeda de referência multiplicado pela diferença entre a taxa de câmbio contratada e a de mercado para a data de liquidação determinada à data da avaliação.

As perdas do exercício associadas a variações de justo valor dos instrumentos derivados que não foram considerados de cobertura foram registadas diretamente na demonstração dos resultados consolidados na rubrica de “Rendimentos e Ganhos financeiros” ou “Gastos e Perdas financeiras”.

Os ganhos e perdas associados à variação do valor de mercado dos instrumentos derivados são registados na rubrica de “Reservas de cobertura”, quando considerados de cobertura de Cash Flow e na rubrica “Diferenças Cambiais Operacionais”, quando considerados de cobertura de Justo Valor. A variação do valor de mercado dos instrumentos derivados quando considerados de especulação é registada na demonstração dos resultados na rubrica de “Outros gastos”.

Derivados de taxa de juro

A 31 de dezembro de 2013, o Grupo não possuía nenhum instrumento financeiro derivado sobre taxa de juro.

25 OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a rubrica “Outros passivos não correntes” pode ser detalhada como segue:

| | <u>31 dezembro 2013</u> | <u>31 dezembro 2012</u> |
|---|-------------------------|-------------------------|
| Empresas participantes | 404.677.144 | 404.631.259 |
| Fornecedores de ativos fixos tangíveis | 1.087.500 | 1.137.500 |
| Outras dívidas a terceiros não correntes | <u>2.329.078</u> | <u>2.576.894</u> |
| Total de instrumentos financeiros (Nota 7) | 408.093.722 | 408.345.653 |
| Responsabilidades por pagamentos em ações (Nota 26) | 4.529.203 | 2.655.169 |
| Extensão de garantias a clientes (2.16) | 25.679.570 | 14.550.263 |
| Outros acréscimos e diferimentos | <u>6.406.397</u> | <u>3.958.567</u> |
| Outros passivos não correntes | <u>444.708.892</u> | <u>429.509.652</u> |

A rubrica “Empresas participantes” inclui:

- Empréstimo obrigacionista subordinado, com maturidade de 10 anos emitido em condições de mercado pela Sonae Investimentos SGPS, SA em 28 de dezembro de 2010, no montante de 400.000.000 euros correspondente a 8.000 obrigações com valor nominal de 50.000 euros cada, com taxa fixa de 7% e reembolso no final do período do empréstimo. O justo valor deste empréstimo a 31 de dezembro de 2013 é de 41.495 euros (42.606 euros em 31 de dezembro de 2012) por obrigação tendo sido determinado com base no método dos fluxos de caixa descontados;

- Empréstimos concedidos por acionistas de filiais do Grupo os quais vencem juros a taxas variáveis de mercado. O justo valor destes empréstimos é, aproximadamente, o seu valor contabilístico, sendo que não tem maturidade definida.

Em 31 de dezembro de 2013, a rubrica “Outras dívidas a terceiros não correntes” inclui 661.980 euros (797.645 euros em 2012) relativos aos montantes estimados para cumprir com as obrigações judiciais e fiscais da filial brasileira que são consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas dos processos fiscais e judiciais em curso e para os quais existiam depósitos judiciais na rubrica de Outros ativos não correntes (Nota 12), sendo que não tem maturidade definida.

A rubrica de “Outros acréscimos e diferimentos”, inclui o montante de, aproximadamente, 3,4 milhões de euros, associado à linearização de rendas em contratos de locação operacional de lojas do retalho especializado.

26 RESPONSABILIDADES POR PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

A Sonae Investimentos concedeu, em 2013 e em anos anteriores, de acordo com a política de remunerações descrita no relatório do governo da sociedade, a colaboradores do Grupo prémios de desempenho diferidos sob a forma de ações da empresa mãe Sonae SGPS, SA, a adquirir a custo zero ou

com desconto, três anos após a sua atribuição. Em qualquer dos casos a aquisição poderá efetuar-se entre a data homóloga do 3º ano após a atribuição e o final desse ano. A sociedade tem o direito de entregar, em substituição das ações, o valor equivalente em dinheiro. O exercício dos direitos só ocorre se o colaborador estiver ao serviço de empresa do Grupo Sonae na data de vencimento.

As responsabilidades com prémios de desempenho diferidos assim como o número total de ações atribuídas associadas a estes planos, em 31 de dezembro de 2013 e 2012 podem ser resumidas como segue:

| | Ano de atribuição | Ano de vencimento | Número de participantes | Número de ações | | Justo Valor | |
|---------------|-------------------|-------------------|-------------------------|-------------------|------------------|-------------------|------------------|
| | | | | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 |
| Acções | | | | | | | |
| | 2010 | 2013 | - | - | 729.799 | - | 501.372 |
| | 2011 | 2014 | 50 | 3.147.700 | 3.131.398 | 3.301.937 | 2.151.270 |
| | 2012 | 2015 | 56 | 5.062.780 | 5.079.345 | 5.310.856 | 3.489.510 |
| | 2013 | 2016 | 59 | 2.631.763 | - | 2.760.720 | - |
| Total | | | | <u>10.842.243</u> | <u>8.940.542</u> | <u>11.373.513</u> | <u>6.142.152</u> |

Os valores registados nas demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, correspondentes ao período decorrido até àquelas datas desde a atribuição de cada plano de desempenho diferido em aberto, podem ser resumidos como segue:

| | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 |
|--|------------------|------------------|
| Valor registado em gastos com pessoal do exercício | 5.255.333 | 3.417.392 |
| Registado em exercícios anteriores | 2.645.955 | (260.851) |
| | <u>7.901.288</u> | <u>3.156.541</u> |
| Registado em outros passivos não correntes (Nota 25) | 4.529.203 | 2.655.169 |
| Registado em outros passivos correntes (Nota 29) | 3.372.085 | 501.372 |
| | <u>7.901.288</u> | <u>3.156.541</u> |

Os gastos dos planos de ações são reconhecidos ao longo do período que medeia a atribuição e o exercício dos mesmos em gastos com pessoal.

27 FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

| | 31 dezembro 2013 | A pagar | |
|--|----------------------|----------------------|-----------------|
| | | até 90 dias | mais de 90 dias |
| Fornecedores conta corrente | 1,018,758,065 | 1,018,611,420 | 146,645 |
| Fornecedores, faturas em receção e conferência | 124,881,286 | 124,881,286 | - |
| | <u>1,143,639,351</u> | <u>1,143,492,706</u> | <u>146,645</u> |

| | 31 dezembro 2012 | A pagar | |
|--|----------------------|----------------------|------------------|
| | | até 90 dias | mais de 90 dias |
| Fornecedores conta corrente | 992,543,104 | 991,172,382 | 1,370,722 |
| Fornecedores, faturas em receção e conferência | 97,908,309 | 97,908,309 | - |
| | <u>1,090,451,413</u> | <u>1,089,080,691</u> | <u>1,370,722</u> |

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a rubrica de fornecedores respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das atividades da Sonae Investimentos. A Sonae Investimentos entende que o valor contabilístico destas dívidas é aproximado ao seu justo valor.

A partir do ano de 2010, foi disponibilizado a um número muito restrito de fornecedores o sistema de pagamentos através de programas de confirming, possibilitando aos fornecedores efetuar o seu desconto

em data antecipada. Em 31 de dezembro de 2013, o valor das dívidas nesta situação ascendia a 79.077.211 euros (71.680.001 euros em 31 de dezembro de 2012).

28 OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a rubrica "Outras dívidas a terceiros" pode ser detalhada como segue:

| | 31 dezembro 2013 | A pagar | | |
|--|------------------|-------------|---------------|------------------|
| | | até 90 dias | 90 a 180 dias | Mais de 180 dias |
| Fornecedores de ativos fixos tangíveis | 36.876.535 | 35.553.010 | 265.659 | 1.057.866 |
| Outras dívidas | 53.899.298 | 48.806.541 | 3.305 | 5.089.452 |
| | 90.775.833 | 84.359.551 | 268.964 | 6.147.318 |
| Empresas participadas e participantes | 84.704 | | | |
| | 90.860.537 | | | |

| | 31 dezembro 2012 | A pagar | | |
|--|------------------|-------------|---------------|------------------|
| | | até 90 dias | 90 a 180 dias | Mais de 180 dias |
| Fornecedores de ativos fixos tangíveis | 49.507.973 | 48.289.734 | 770.919 | 447.319 |
| Outras dívidas | 42.591.281 | 36.464.908 | 34.687 | 6.091.686 |
| | 92.099.254 | 84.754.642 | 805.606 | 6.539.005 |
| Empresas participadas e participantes | 377.748 | | | |
| | 92.477.002 | | | |

A rubrica Outras dívidas inclui:

- 24.881.013 euros (22.632.350 euros em 31 de dezembro de 2012) relativos a descontos atribuídos, no âmbito "Cartão Cliente", ainda não rebatidos;
- 13.229.762 euros (8.690.788 euros em 31 de dezembro de 2012) relativos a meios de pagamento em posse de clientes, nomeadamente vouchers, cheques de oferta e talões de desconto;
- 4.320.249 euros (5.208.150 euros em 31 de dezembro de 2012) relativos ao valor a pagar ao comprador da Sonae Distribuição Brasil, SA em resultado das responsabilidades assumidas com aquela entidade (Nota 31);

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, esta rubrica inclui saldos a pagar a outros credores e fornecedores de ativos fixos tangíveis e não incorporam juros. O Conselho de Administração considera que o valor contabilístico não difere significativamente do seu justo valor, e que os efeitos de atualização não são materiais.

29 OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como segue:

| | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 |
|--|--------------------|--------------------|
| Gastos com o pessoal | 93.231.418 | 88.329.450 |
| Encargos financeiros a liquidar | 3.645.639 | 4.934.351 |
| Publicidade e propaganda | 16.922.857 | 13.825.089 |
| Outros fornecimentos e serviços externos | 44.092.252 | 40.786.512 |
| Rendas fixas debitadas antecipadamente | 4.165.598 | 2.643.727 |
| IMI-Imposto municipal sobre imóveis | 2.507.148 | 3.276.643 |
| Extensão de garantias a clientes (Nota 2.16) | 3.532.918 | - |
| Responsabilidades por pagamentos baseados em ações (Nota 26) | 3.372.085 | 501.372 |
| Outros | 6.989.005 | 9.096.268 |
| | <u>178.458.919</u> | <u>163.393.412</u> |

A rubrica de “Gastos com Pessoal” diz essencialmente respeito a valores de remuneração a liquidar durante o exercício seguinte referente a valores de Férias e Subsídio de Férias.

30 PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas por imparidade acumuladas durante os exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

| Rubricas | Saldo em 1 janeiro 2013 | Aumentos | Diminuições | Saldo em 31 dezembro 2013 |
|--|----------------------------|--------------------|---------------------|---------------------------------|
| Perdas por imparidade acumuladas em investimentos (Nota 5) | 1.101.337 | 1.000.000 | - | 2.101.337 |
| Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis (Nota 8) | - | 154.384.504 | (1.064.302) | 153.320.202 |
| Perdas por imparidade em ativos intangíveis (Nota 9) | 1.496.933 | 186 | - | 1.497.119 |
| Perdas por imparidade acumuladas em outros ativos não correntes (Nota 12) | 3.344.124 | 79.406 | (1.000.000) | 2.423.530 |
| Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 14) | 3.393.348 | 610.185 | (899.155) | 3.104.378 |
| Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos correntes (Nota 15) | 14.433.955 | 5.211.385 | (5.724.093) | 13.921.247 |
| Perdas por imparidade acumuladas em inventários (Nota 13) | 43.160.752 | - | (10.518.670) | 32.642.082 |
| Provisões não correntes | 46.471.233 | 11.414.278 | (28.297.284) | 29.588.227 |
| Provisões correntes | 2.228.330 | 1.236.000 | (746.341) | 2.717.989 |
| | <u>115.630.012</u> | <u>173.935.944</u> | <u>(48.249.845)</u> | <u>241.316.111</u> |

| Rubricas | Saldo em 1 janeiro 2012 | Aumentos | Diminuições | Saldo em 31 dezembro 2012 |
|--|----------------------------|-------------------|---------------------|---------------------------------|
| Perdas por imparidade acumuladas em investimentos (Nota 5) | - | 1.101.337 | - | 1.101.337 |
| Perdas por imparidade em ativos intangíveis (Nota 9) | 1.496.933 | - | - | 1.496.933 |
| Perdas por imparidade acumuladas em outros ativos não correntes (Nota 12) | 1.450.000 | 1.894.124 | - | 3.344.124 |
| Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 14) | 4.294.755 | 1.097.614 | (1.999.021) | 3.393.348 |
| Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos correntes (Nota 15) | 20.041.011 | 7.594.587 | (13.201.643) | 14.433.955 |
| Perdas por imparidade acumuladas em inventários (Nota 13) | 33.972.326 | 9.188.426 | - | 43.160.752 |
| Provisões não correntes | 35.325.262 | 16.295.100 | (5.149.129) | 46.471.233 |
| Provisões correntes | 2.249.330 | - | (21.000) | 2.228.330 |
| | <u>98.829.617</u> | <u>37.171.188</u> | <u>(20.370.793)</u> | <u>115.630.012</u> |

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o valor do reforço de provisões e perdas de imparidade pode ser detalhado como segue:

| | <u>31 dezembro 2013</u> | <u>31 dezembro 2012</u> |
|---|-------------------------|-------------------------|
| Provisões e perdas de imparidade | 182.585.781 | 25.663.160 |
| Transferência de ativos não correntes (Nota 12) (a) | 1.000.000 | 1.101.337 |
| Goodwill (Nota 10) | (5.034.825) | - |
| Registada em custo das vendas (Nota 13) | - | 9.188.426 |
| Outros | (4.615.012) | 1.218.265 |
| | <u>173.935.944</u> | <u>37.171.188</u> |

(a) Transferência de perdas de imparidade de "Outros ativos não correntes".

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o valor de diminuição de provisões e perdas de imparidade pode ser detalhado como segue:

| | <u>31 dezembro 2013</u> | <u>31 dezembro 2012</u> |
|--|-------------------------|-------------------------|
| Reversão de provisões e de perdas por imparidade (Nota 36) | (11.359.391) | (10.455.344) |
| Utilizações diretas de imparidades para contas a receber | (1.157.319) | (7.479.661) |
| Utilização da provisão do Brasil | (19.183.612) | - |
| Utilizações e reversões registados em inventários | (10.550.285) | - |
| Transferência para investimentos | (1.000.000) | - |
| Utilizações e reversões registados em ativos fixos tangíveis | (1.064.302) | - |
| Outras responsabilidades | (3.934.936) | (2.435.788) |
| | <u>(48.249.845)</u> | <u>(20.370.793)</u> |

A rubrica provisões não correntes inclui 13.470.170 euros (24.423.571 euros em 31 de Dezembro de 2012), para fazer face a responsabilidades por contingências não correntes assumidas pela sociedade aquando da alienação da filial Sonae Distribuição Brasil, S.A. ocorrida em 2005. Esta provisão vai sendo utilizada à medida que aqueles passivos se vão materializando, estando constituída com base na melhor estimativa dos custos a incorrer com tais responsabilidades e que resultam de um conjunto significativo de processos de natureza cível e laboral e de pequeno valor. Durante o exercício o Grupo procedeu a uma alteração de estimativa com base nos resultados do último processo de conferência de valores com o comprador da antiga subsidiária no Brasil.

A rubrica de provisões não correntes e o movimento do exercício nesta mesma rubrica, inclui ainda a estimativa das responsabilidades incorridas pelo Grupo, decorrente da venda de programas de extensão de garantias nos produtos transacionados pelo segmento de negócio do Retalho Especializado no valor de

15.126.215 euros (19.316.820 euros em 31 de dezembro de 2012). Estas extensões são concedidas por um período de um a três anos, após a garantia legalmente obrigatória.

31 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Detalham-se de seguida os passivos contingentes a que o Grupo está exposto em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

- Garantias e fianças prestadas

| | <u>31 dezembro 2013</u> | <u>31 dezembro 2012</u> |
|------------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Garantias e fianças prestadas: | | |
| por processos fiscais em curso | 757.936.484 | 473.475.718 |
| por processos judiciais em curso | 140.502 | 219.222 |
| por processos autárquicos em curso | 6.284.639 | 6.095.992 |
| contratuais por bom cumprimento | 15.880.490 | 13.884.084 |
| outras garantias | 5.365.571 | 12.323.171 |

a) Processos fiscais

Detalham-se de seguida os principais processos fiscais para os quais foram prestadas garantias bancárias ou fianças:

- Processos referentes a liquidações adicionais de IVA para os quais foram prestadas garantias ou fianças no valor de 375 milhões de euros (193,9 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012) relativos aos períodos de 2004 a 2009, relativos aos segmentos Sonae MC e Sonae SR para os quais o Grupo apresentou ou pretende apresentar as respetivas impugnações. A variação no valor das garantias ou e fianças prestadas face ao exercício anterior, resulta sobretudo das liquidações sobre os exercícios de 2008 e de 2009. Os processos em questão resultam do entendimento da Administração Tributária que o Grupo deveria ter procedido à liquidação de Imposto sobre Valor Acrescentado relativamente a descontos concedidos por fornecedores e calculados com base em valores de compras que a Administração Tributária alega corresponderem a supostos serviços prestados àquelas entidades, bem como a valores relativos a regularização a favor da Empresa daquele imposto liquidado em descontos concedidos a clientes particulares sob a forma de talão;
- Fiança no valor de cerca de 60 milhões de euros, como resultado da impugnação judicial apresentada pela Empresa relativamente a correções efetuadas pela Administração Tributária ao resultado tributável do exercício findo a 31 de dezembro de 2005, correspondendo a uma cobertura prévia de prejuízos fiscais acumulados pela sociedade participada, que tendo sido levada ao custo da participação, aliás, como é entendimento já firmado pela própria Administração Fiscal, entendeu que agora e no caso concreto não devia considerar o montante do custo da participação, incluindo, portanto, a cobertura de prejuízos, quando da liquidação da sociedade participada;
- Fiança no valor de cerca de 50 milhões de euros, como resultado da impugnação judicial apresentada pela Empresa relativamente a correções efetuadas pela Administração Tributária ao resultado tributável do exercício findo a 31 de dezembro de 2002, correspondem à não aceitação por parte da Administração Fiscal o reconhecimento de perdas fiscais correspondentes à venda e posterior liquidação de uma subsidiária do Grupo;
- Processo referente a imposto de renda relativo a uma filial no Brasil das unidades de retalho no montante de 22,4 milhões de euros (65,6 milhões de reais), que se encontra a ser julgado em tribunal e relativamente aos quais foram prestadas garantias no montante de 37,5 milhões de euros (122

milhões de reais), o diferencial de valor entre o valor do processo e a garantia prestada resulta da atualização da responsabilidade.

b) Passivos contingentes relativos a processos fiscais pagos no âmbito de programas de regularização de dívidas ao fisco

No âmbito das medidas de regularização de dívidas ao fisco o Grupo ao abrigo regime de regularização de dívidas ao Fisco e Segurança Social (DL 151-A/2013 e DL 248-A) foram efetuados pagamentos de impostos no montante de cerca de 22 milhões de euros (12 milhões de euros a 31 de dezembro de 2012) tendo sido eliminadas as respetivas garantias e mantendo-se em curso os processos de impugnação judiciais associadas, tendo o valor máximo de contingência sido reduzido por via da eliminação de coimas e juros corridos até à data de pagamento.

Conforme previsto nos diplomas de suporte aos referidos programas o Grupo mantém os procedimentos judiciais tendentes a que venha a ser dada razão perante as situações em concreto.

c) Outros passivos contingentes

- Passivos contingentes relacionados com subsidiárias alienadas no Brasil

Na sequência da alienação de uma subsidiária no Brasil a Sonae garantiu ao comprador todas as perdas que aquela filial venha a suportar em resultado de decisões desfavoráveis e não passíveis de recurso relativas a processos fiscais sobre transações anteriores à data de alienação (13 de dezembro de 2005) que excedam o montante de 40 milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2013, o montante reclamado pela Administração Tributária Brasileira dos processos fiscais em curso, que os advogados da Empresa qualificam como tendo uma probabilidade de perda provável, acrescidos dos montantes pagos (28,3 milhões de euros), nomeadamente, no âmbito de programas das autoridades brasileiras competentes de recuperação de impostos estaduais ou federais, ascende em 31 de dezembro de 2013 a 37,8 milhões de euros (39,3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012). Adicionalmente, existem outros processos fiscais no valor global de 61,3 milhões de euros (61,3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012) para os quais o Conselho de Administração baseado no parecer dos advogados entende que da sua resolução é possível mas não provável a existência de perdas para aquela antiga filial;

Não foi criada qualquer provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os eventos/diferendos para os quais foram prestadas garantias por ser entendimento do Conselho de Administração que da resolução dos referidos eventos/diferendos não resultarão quaisquer passivos para a Sonae Investimentos.

32 LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2013 foi reconhecido como gasto do exercício o montante de 96.087.877 euros (92.526.430 euros em 31 de dezembro de 2012) relativo a rendas pagas a título de contratos de locação operacional, fundamentalmente relativos a imóveis, valores que não incluem rendas variáveis dada a sua imaterialidade.

Adicionalmente, à data da demonstração da posição financeira o Grupo detinha, como locatário, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação vencem como segue:

| | <u>31 dezembro 2013</u> | <u>31 dezembro 2012</u> |
|-------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Vencíveis em: | | |
| N+1 renovável automaticamente | 8.896.084 | 10.661.090 |
| N+1 | 85.576.411 | 87.479.783 |
| N+2 | 76.320.112 | 83.108.629 |
| N+3 | 69.037.970 | 71.299.599 |
| N+4 | 62.317.838 | 63.980.933 |
| N+5 | 57.119.616 | 56.466.720 |
| Após N+5 | <u>501.777.848</u> | <u>507.626.299</u> |
| | <u>861.045.879</u> | <u>880.623.053</u> |

Durante o exercício de 2013 foi reconhecido como ganho do exercício o montante de 7.669.678 euros (6.439.742 euros em 31 de dezembro de 2012) relativo a rendas recebidas a título de contratos de locação operacional, fundamentalmente relacionadas com galerias comerciais exploradas por terceiros em lojas propriedade da Sonae Investimentos.

Adicionalmente, à data da demonstração da posição financeira a Sonae Investimentos tinha celebrado, como locador, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação vencem como segue:

| | <u>31 dezembro 2013</u> | <u>31 dezembro 2012</u> |
|-------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Vencíveis em: | | |
| N+1 renovável automaticamente | 3.465.641 | 2.896.976 |
| N+1 | 3.674.722 | 3.592.921 |
| N+2 | 3.136.169 | 3.006.610 |
| N+3 | 2.524.155 | 2.159.609 |
| N+4 | 2.178.600 | 1.627.963 |
| N+5 | 1.649.953 | 1.226.365 |
| Após N+5 | <u>2.214.665</u> | <u>1.075.010</u> |
| | <u>18.843.905</u> | <u>15.585.454</u> |

33 VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As “vendas e as prestações de serviços” nos exercícios de 2013 e 2012 foram como segue:

| | <u>31 dezembro 2013</u> | <u>31 dezembro 2012</u> |
|------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Vendas de mercadorias | 4.627.967.634 | 4.496.799.850 |
| Prestações de serviços | <u>42.578.232</u> | <u>34.866.216</u> |
| | <u>4.670.545.866</u> | <u>4.531.666.066</u> |

34 GANHOS E PERDAS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Os ganhos e perdas relativos a investimentos nos exercícios de 2013 e 2012, foram como se segue:

| | <u>31 dezembro 2013</u> | <u>31 dezembro 2012</u> |
|--|-------------------------|-------------------------|
| Dividendos | 96.536 | 205.129 |
| Outros | (13.500) | - |
| Resultados obtidos na alienação de investimentos em filiais | - | - |
| Imparidade de investimentos em associadas | - | (1.101.337) |
| Imparidade de investimentos em ativos disponíveis para venda | - | - |
| Reversão (Perdas) por imparidade de investimentos | - | (1.101.337) |
| | <u>83.036</u> | <u>(896.208)</u> |

35 RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros nos exercícios de 2013 e 2012 têm a seguinte decomposição:

| | <u>31 dezembro 2013</u> | <u>31 dezembro 2012</u> |
|---|-------------------------|-------------------------|
| Gastos e perdas: | | |
| Juros suportados | | |
| relativos a descobertos e empréstimos bancários | (9.044.515) | (11.812.611) |
| relativos a obrigações não convertíveis | (16.535.181) | (21.134.856) |
| relativos a outros empréstimos | (32.444.444) | (32.533.333) |
| relativos a contratos de locação financeira | (345.473) | (246.159) |
| outros | (2.675.636) | (3.313.635) |
| | <u>(61.045.249)</u> | <u>(69.040.594)</u> |
| Diferenças de câmbio desfavoráveis | (2.489.988) | (1.815.255) |
| Encargos de emissão de dívida | (6.200.119) | (5.710.473) |
| Outros | (3.505.434) | (6.020.495) |
| | <u>(73.240.790)</u> | <u>(82.586.817)</u> |
| Rendimentos e ganhos | | |
| Juros obtidos | | |
| relativos a depósitos bancários | 694.486 | 1.375.738 |
| outros | 1.866.270 | 2.006.981 |
| | <u>2.560.756</u> | <u>3.382.719</u> |
| Diferenças de câmbio favoráveis | 3.085.587 | 2.388.112 |
| Outros proveitos e ganhos financeiras | 219.105 | 497.363 |
| | <u>5.865.448</u> | <u>6.268.194</u> |
| Resultados financeiros | <u>(67.375.342)</u> | <u>(76.318.623)</u> |

36 OUTROS RENDIMENTOS

A repartição dos outros rendimentos e ganhos nos exercícios de 2013 e 2012 é a seguinte:

| | <u>31 dezembro 2013</u> | <u>31 dezembro 2012</u> |
|---|-------------------------|-------------------------|
| Proveitos suplementares | 380.781.217 | 370.860.267 |
| Descontos de pronto pagamento obtidos | 26.352.964 | 26.106.600 |
| Diferenças cambiais | 14.969.078 | 9.114.717 |
| Trabalhos para a própria empresa | 4.856.027 | 4.289.211 |
| Ganhos na alienação de ativos | 1.141.123 | 2.652.795 |
| Reversão de perdas por imparidade e provisões (Nota 30) | 11.359.391 | 10.455.344 |
| Benefícios de penalidades contratuais | 118.769 | 147.015 |
| Subsídios à exploração | 419.044 | 271.687 |
| Outros | 2.431.140 | 4.692.060 |
| | <u>442.428.755</u> | <u>428.589.697</u> |

A rubrica de “Proveitos suplementares” diz essencialmente respeito a campanhas promocionais levadas a cabo nas lojas, comparticipadas pelos parceiros da Sonae investimento; ii) receitas obtidas de fornecedores relativas à colocação de produtos em localizações preferenciais, e iii) descontos de pronto de pagamento obtidos.

Na rubrica de Trabalhos para a própria empresa estão incluídos 4.856.027 euros (4.289.211 euros em 31 de dezembro de 2012), referentes a desenvolvimento de software efetuado por uma filial brasileira.

A rubrica “Ganhos na alienação de ativos” incluiu cerca de 2,5 milhões de euros em 2012 associados ao ganho decorrente da estimativa de indemnização do incêndio de uma loja “Continente” em Portimão (Nota 17).

37 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 é a seguinte:

| | <u>31 dezembro 2013</u> | <u>31 dezembro 2012</u> |
|---|-------------------------|-------------------------|
| Publicidade e propaganda | 102.321.626 | 109.225.866 |
| Rendas e alugueres | 130.485.134 | 133.040.282 |
| Transportes de mercadorias | 52.597.162 | 50.288.673 |
| Electricidade e combustíveis | 53.032.476 | 58.799.425 |
| Trabalhos especializados | 40.138.050 | 38.364.365 |
| Conservação e reparação | 22.939.926 | 21.998.991 |
| Custos com terminais pagamento automático | 22.901.030 | 23.644.296 |
| Subcontratos | 5.019.217 | 5.315.718 |
| Vigilância e segurança | 20.538.218 | 22.785.493 |
| Limpeza, higiene e conforto | 19.615.624 | 20.687.014 |
| Comunicação | 9.507.847 | 9.438.144 |
| Deslocações e estadas | 8.147.496 | 6.657.384 |
| Seguros | 6.871.198 | 5.398.722 |
| Materiais de consumo | 16.430.752 | 15.660.106 |
| Entregas ao domicílio | 5.395.933 | 5.749.667 |
| Outros | 43.612.891 | 41.001.433 |
| | <u>559.554.581</u> | <u>568.055.578</u> |

38 GASTOS COM O PESSOAL

A repartição dos “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é a seguinte:

| | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 |
|-----------------------------|--------------------|--------------------|
| Remunerações | 438.114.311 | 424.294.919 |
| Encargos sobre remunerações | 90.504.839 | 87.878.020 |
| Seguros | 8.629.118 | 8.014.640 |
| Gastos com ação social | 3.933.479 | 3.354.114 |
| Outros gastos com pessoal | 11.596.681 | 15.840.479 |
| | <u>552.778.429</u> | <u>539.382.172</u> |

39 OUTROS GASTOS

A repartição dos “Outros gastos” nos exercícios de 2013 e 2012 é a seguinte:

| | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|
| Diferenças cambiais | 14.760.438 | 9.134.218 |
| Donativos | 7.690.640 | 8.446.725 |
| Perdas na alienação de ativos | 4.423.142 | 1.260.463 |
| Imposto municipal sobre imóveis | 2.262.676 | 2.686.479 |
| Outros impostos | 7.992.050 | 6.749.067 |
| Dívidas incobráveis | 168.938 | 1.013.780 |
| Outros | 22.312.362 | 4.990.959 |
| | <u>59.610.246</u> | <u>34.281.691</u> |

A rubrica de “Outros” , no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, inclui cerca de 12 milhões de euros referentes à participação do Grupo no programa de promoção comercial Galp/Cartão Continente.

40 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos no exercício de 2013 e 2012 são detalhados como segue:

| | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 |
|----------------------------|-------------------|-------------------|
| Imposto corrente | 18.230.597 | 18.181.176 |
| Imposto diferido (Nota 18) | (7.388.612) | 5.569.738 |
| | <u>10.841.985</u> | <u>23.750.914</u> |

A reconciliação do resultado antes de imposto para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2013 e de 2012 pode ser analisada como segue:

| | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 |
|--|-------------------|-------------------|
| Resultado antes de impostos | (71.589.777) | 33.036.926 |
| Diferença entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas | (286.478) | (1.195.456) |
| Resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 5) | 2.894.152 | (1.014.532) |
| Donativos não previstos ou para além dos limites legais | 1.750.209 | - |
| Imparidade de Goodwill | 5.034.825 | - |
| Provisões e perdas de imparidade não aceites fiscalmente | 21.947.499 | 17.995.461 |
| Lucro tributável | (40.249.570) | 48.822.399 |
| Utilização de perdas fiscais que não deram origem a ativos por impostos diferidos | - | - |
| Reconhecimento de perdas fiscais no exercício que não deram origem a ativos por impostos diferidos | 26.001.210 | 28.846.279 |
| | (14.248.360) | 77.668.678 |
| Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal | 25,00% | 25,00% |
| | (3.562.090) | 19.417.169 |
| Efeito da existência de taxas de imposto diferentes da que vigora em Portugal | (13.035.729) | (7.553.320) |
| Efeito da anulação de impostos diferidos (Nota 18) | 32.850.671 | - |
| Efeito da constatação ou reversão de impostos diferidos | - | 1.529.317 |
| Utilização de benefícios fiscais | (7.694.392) | (2.669.211) |
| Insuficiência / (Excesso) de estimativa de imposto | (2.708.169) | 1.717.240 |
| Efeito da alteração de taxa no cálculo dos impostos diferidos | (3.587.687) | - |
| Tributação autónoma | 1.771.029 | 1.512.099 |
| Derrama | 3.925.743 | 7.249.321 |
| Outros | 2.882.609 | 2.548.299 |
| Imposto sobre o rendimento | 10.841.985 | 23.750.914 |

41 PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os saldos e transações com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

| Transações | Vendas e prestações de serviços | | Compras e serviços recebidos | |
|---|---------------------------------|-------------------|------------------------------|-------------------|
| | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 |
| Empresa - Mãe | 1.158.871 | 1.037.410 | 3.018.919 | 1.783.059 |
| Empresas controladas conjuntamente | 1.448.942 | 1.405.041 | 5.119.483 | 3.757.299 |
| Empresas associadas | 33.867.669 | 33.596.428 | 375.137 | 359.998 |
| Outras partes relacionadas ⁽¹⁾ | 64.181.251 | 60.837.478 | 61.971.666 | 71.548.720 |
| | 100.656.733 | 96.876.357 | 70.485.205 | 77.449.076 |
| Transações | Juros auferidos | | Juros suportados | |
| | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 |
| Empresa - Mãe | 6.862 | 30.671 | 30.523.295 | 30.608.959 |
| Empresas controladas conjuntamente | 420.342 | 357.634 | - | - |
| Empresas associadas | 509.156 | 1.097.928 | - | - |
| Outras partes relacionadas ⁽¹⁾ | 640 | 78.254 | 4.465.421 | 5.118.327 |
| | 937.000 | 1.564.487 | 34.988.716 | 35.727.286 |

| Saldos | Contas a receber | | Contas a pagar | |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 |
| Empresa - Mãe | 316.058 | 404.416 | 3.416.512 | 2.306.676 |
| Empresas controladas conjuntamente | 245.146 | 315.594 | 401.443 | 405.529 |
| Empresas associadas | 8.316.882 | 6.039.723 | 440.164 | 412.093 |
| Outras partes relacionadas ⁽¹⁾ | 19.270.829 | 18.464.066 | 16.666.471 | 22.117.155 |
| | <u>28.148.915</u> | <u>25.223.799</u> | <u>20.924.590</u> | <u>25.241.453</u> |

| Saldos | Empréstimos | | | |
|---|--------------------|--------------------|-------------------|-------------------|
| | Obtidos | | Concedidos | |
| | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 |
| Empresa - Mãe (Nota 25) | 400.000.000 | 400.000.000 | - | - |
| Empresas controladas conjuntamente | - | - | 8.591.454 | 7.939.822 |
| Empresas associadas | - | - | 8.868.720 | 19.451.742 |
| Outras partes relacionadas ⁽¹⁾ | 4.700.993 | 4.616.289 | - | - |
| | <u>404.700.993</u> | <u>404.616.289</u> | <u>17.460.174</u> | <u>27.391.564</u> |

1) Consideram-se “Outras partes relacionadas” as filiais ou empresas sob controlo conjunto da Efanor SGPS, SA não integradas na Sonae Investimentos, nomeadamente as empresas integradas nos Grupos Sonae, Sonae Indústria, Sonae Capital e sócios minoritários de empresas subsidiárias e filiais do Grupo.

Os montantes registados como empréstimos obtidos de “Outras partes relacionadas” correspondem a empréstimos obtidos de sócios de empresas subsidiárias os quais vencem juros à taxa de mercado.

Os montantes correspondentes a empréstimos concedidos a Empresas associadas, referem-se aos valores de suprimentos concedidos ao Mundo VIP (1.000.000 euros em 2012) e MDS, SGPS, S.A. (8.868.720 euros em 2013 e 18.451.742 euros em 2012).

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da empresa mãe e dos colaboradores com responsabilidade de direção estratégica, auferidas em todas as sociedades da Sonae Investimentos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, tem a seguinte composição:

| | 31 dezembro 2013 | | 31 dezembro 2012 | |
|---------------------------|---------------------------|-------------------------------------|---------------------------|-------------------------------------|
| | Conselho de Administração | Direcção Estratégica ^(a) | Conselho de Administração | Direcção Estratégica ^(a) |
| Benefícios de curto prazo | - | 7.332.621 | - | 6.610.085 |
| Benefícios em ações | - | 2.780.400 | - | 1.775.224 |
| | <u>-</u> | <u>10.113.021</u> | <u>-</u> | <u>8.385.309</u> |

(a) Inclui os colaboradores com responsabilidade de direção estratégica das principais sociedades da Sonae Investimentos (excluindo os membros do Conselho de Administração da Sonae Investimentos).

42 RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

| | <u>31 dezembro 2013</u> | <u>31 dezembro 2012</u> |
|---|-------------------------|-------------------------|
| Resultados | | |
| Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício) | (84.265.323) | 9.310.582 |
| Efeito das ações potenciais | - | - |
| Juro das obrigações convertíveis (líquido de imposto) | - | - |
| | <u>(84.265.323)</u> | <u>9.310.582</u> |
| Numero de ações | | |
| Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico | 900.000.000 | 900.000.000 |
| Efeito das ações potenciais decorrentes das obrigações convertíveis | - | - |
| | <u>900.000.000</u> | <u>900.000.000</u> |
| Resultado por ação (básico e diluído) | <u>(0,093628)</u> | <u>0,010345</u> |

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 não existem efeitos diluidores do número de ações em circulação.

43 RECEBIMENTOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os recebimentos de investimentos financeiros ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 podem ser analisados como segue:

| | <u>31 dezembro 2013</u> | <u>31 dezembro 2012</u> |
|---|-------------------------|-------------------------|
| Recebimentos | | |
| Aplicação financeira Bradesco Citybank | 887.022 | 2.182.230 |
| Alienação de UP's da Imosonae ao exterior | 808.476 | - |
| Outros | - | <u>112.741</u> |
| | <u>1.695.498</u> | <u>2.294.971</u> |

44 INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

No retalho a Sonae Investimentos tem três segmentos:

- a Sonae MC é a unidade de retalho alimentar, operando 465 lojas próprias e 83 lojas sob acordos de franchising e joint-ventures sob as insígnias Continente, Continente Modelo, Continente Bom Dia, Meu Super; e ainda alguns negócios adjacentes sob as insígnias Bom Bocado, Book.it e Wells.
- a Sonae SR é a unidade de retalho especializado, com presença nos mercados de eletrónica, desporto e moda operando 521 lojas e 51 lojas sob acordos de franchising, sob as insígnias Worten, Sport Zone, MO e Zippy.

- a Sonae RP é a unidade de imobiliário de retalho, gere ativamente as propriedades de imobiliário de retalho da Sonae Investimentos, compostas, principalmente, por lojas que operam sob a marca Continente e sob outras marcas da Sonae SR.

- o segmento Gestão de Investimentos inclui uma empresa que opera no retalho de produtos de bricolagem, construção e jardim (Maxmat), uma agência de viagens (Geostar) e corretores de seguros (MDS), no entanto o Grupo optou por incluir este segmento em “Outros, eliminações e ajustamentos”.

Estes segmentos foram identificados tendo em consideração o facto de serem unidades do grupo que desenvolvem atividades onde se podem identificar separadamente as receitas e as despesas, em relação às quais é produzida uma informação financeira separadamente, os seus resultados operacionais são revistos pela gestão e sobre os quais esta toma decisões.

A principal informação relativa aos segmentos de negócio existentes em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é como segue:

| Volume de negócios | 31 dezembro 2013 | Intragrupo | 31 dezembro 2012 | Intragrupo |
|------------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| Sonae MC | 3.415.473.893 | (4.566.804) | 3.281.052.311 | (3.296.830) |
| Sonae SR | 1.210.380.000 | (29.775.266) | 1.209.409.361 | (29.172.960) |
| Sonae RP | 123.971.896 | (109.508.732) | 119.889.493 | (108.478.175) |
| Outros, eliminações e ajustamentos | (79.279.923) | - | (78.685.099) | - |
| Total consolidado | 4.670.545.866 | (143.850.802) | 4.531.666.066 | (140.947.965) |

| | Amortizações e depreciações | | Provisões e perdas por imparidade | | EBIT | |
|------------------------------------|-----------------------------|--------------------|-----------------------------------|-------------------|--------------------|--------------------|
| | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 |
| Sonae MC | 84.247.677 | 85.667.321 | 1.913.099 | 5.815.517 | 174.072.149 | 160.701.736 |
| Sonae SR | 58.035.246 | 63.353.286 | 3.875.180 | 2.836.009 | (70.078.091) | (106.822.684) |
| Sonae RP | 29.978.301 | 31.152.308 | 338.359 | 35.070 | 84.631.674 | 75.988.596 |
| Outros, eliminações e ajustamentos | 4.572.766 | 3.546.513 | 5.587.044 | 1.976.565 | (8.519.562) | (3.615.891) |
| Total consolidado direto | 176.833.990 | 183.719.428 | 11.713.682 | 10.663.160 | 180.106.170 | 126.251.757 |

| | Investimento (CAPEX) | | Capital Investido | |
|------------------------------------|----------------------|--------------------|----------------------|----------------------|
| | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 |
| Sonae MC | 103.121.235 | 77.516.635 | 409.505.851 | 325.940.419 |
| Sonae SR | 32.386.892 | 33.558.073 | 100.910.578 | 258.068.203 |
| Sonae RP | 18.582.717 | 15.507.647 | 1.253.629.991 | 1.334.747.641 |
| Outros, eliminações e ajustamentos | (708.647) | (990.287) | 95.243.365 | 110.644.711 |
| Total consolidado | 153.382.198 | 125.592.068 | 1.859.289.785 | 2.029.400.975 |

A rubrica de “Outros, eliminações e ajustamentos” pode ser analisada com segue:

| | Volume de Negócios | | EBIT | |
|---|---------------------|---------------------|--------------------|--------------------|
| | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 |
| Intragrupos intersegmentos | (143.850.802) | (140.947.965) | - | - |
| Metodo equivalência patrimonial | - | - | (2.894.152) | 1.014.532 |
| Outros não individualizados como segmento | 64.570.879 | 62.262.866 | (5.625.410) | (4.630.423) |
| Eliminações e ajustamentos | (79.279.923) | (78.685.099) | (8.519.562) | (3.615.891) |

| | Investimento | | Capital Investido | |
|--|------------------|------------------|-------------------|------------------|
| | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 |
| Participações Financeiras e suprimentos a associadas | - | - | 60.462.496 | 78.795.854 |
| Outros | (708.647) | (990.287) | 34.780.869 | 31.848.857 |
| Eliminações e ajustamentos | (708.647) | (990.287) | 95.243.365 | 110.644.711 |

Glossário:

Capital investido Líquido = Dívida líquida+ Capital próprio;

Outros, eliminações e ajustamentos = Intra-grupos + ajustamentos de consolidação + contributos das empresas não incluídas nos segmentos divulgados por não se enquadrarem em nenhum segmento relatable.

Investimento (CAPEX) = Investimento bruto em ativos fixos tangíveis, intangíveis e investimentos em aquisições;

45 APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS

Ao nível do Relatório de Gestão e para efeitos de determinação de indicadores financeiros como EBIT, EBITDA e Underlying EBITDA, a demonstração de resultados consolidada está dividida entre componentes de Resultado Direto e componentes de Resultado Indireto.

Os Resultados indiretos incorporam: (i) imparidades em ativos imobiliários de retalho, (ii) reduções no goodwill, (iii) provisões (líquidas de impostos) para possíveis passivos futuros, e imparidades relacionadas com investimentos financeiros não-core, negócios, ativos que foram descontinuados (ou em processo de ser descontinuados/reposicionados); (iv) resultados de avaliações com base na metodologia “mark-to-market” de outros investimentos correntes que serão vendidos ou trocados num futuro próximo; e (v) outros temas não relevantes. O valor de EBITDA é calculado apenas na componente de Resultado direto, i.e. excluindo os contributos indiretos.

Apresenta-se de seguida a reconciliação dos dois formatos de apresentação, para a demonstração dos resultados consolidada dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

| | 31 dezembro 2013 | | | 31 dezembro 2012 | | |
|--|---------------------|----------------------|--------------------|--------------------|---------------------|--------------------|
| | Consolidado | Resultado indireto | Resultado direto | Consolidado | Resultado indireto | Resultado direto |
| Volume de negócios | 4.670.545.866 | - | 4.670.545.866 | 4.531.666.066 | - | 4.531.666.066 |
| Ganhos ou perdas relativos a investimentos | | | | | | |
| Dividendos e outros ajustamentos | 96.536 | 96.536 | - | 205.129 | 205.129 | - |
| Imparidades | - | - | - | (1.101.337) | (1.101.337) | - |
| Outros | (13.500) | - | (13.500) | - | (1.000.000) | 1.000.000 |
| Outros proveitos | | | | | | |
| Reversão de perdas por imparidade | 11.446.018 | - | 11.446.018 | 10.455.344 | - | 10.455.344 |
| Outros | 430.982.737 | (2.296.855) | 433.279.592 | 418.134.353 | - | 418.134.353 |
| Total de proveitos | 5.113.057.657 | (2.200.319) | 5.115.257.976 | 4.959.359.555 | (1.896.208) | 4.961.255.763 |
| Total de gastos | (4.754.958.169) | (11.248.187) | (4.743.709.982) | (4.627.826.200) | - | (4.627.826.200) |
| Amortizações e depreciações | (176.833.990) | - | (176.833.990) | (183.719.428) | - | (183.719.428) |
| Imparidades não recorrentes de inventários | - | - | - | (13.809.750) | - | (13.809.750) |
| Provisões e perdas por imparidade | | | | | | |
| Provisões para extensões de garantia | - | - | - | (75.245) | - | (75.245) |
| Imparidades de goodwill (Nota 10) | (5.034.825) | (5.034.825) | - | - | - | - |
| Provisões e imparidades não usuais | (155.025.977) | (155.025.977) | - | (906.000) | - | (906.000) |
| Outras | (22.524.979) | (10.811.297) | (11.713.682) | (24.681.915) | (15.000.000) | (9.681.915) |
| Resultados antes de resultados financeiros e resultados de empreendimentos conjuntos e associadas | (1.320.283) | (184.320.605) | 183.000.322 | 108.341.017 | (16.896.208) | 125.237.225 |
| Resultados financeiros | (67.375.342) | (96.536) | (67.278.806) | (76.318.623) | (205.129) | (76.113.494) |
| Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos registados pelo MEP e outros | | | | | | |
| MDS | (2.344.730) | - | (2.344.730) | 3.813.283 | - | 3.813.283 |
| Raso | (565.868) | - | (565.868) | (2.813.084) | - | (2.813.084) |
| Outros | 16.446 | - | 16.446 | 14.333 | - | 14.333 |
| Resultados antes de impostos | (71.589.777) | (184.417.141) | 112.827.364 | 33.036.926 | (17.101.337) | 50.138.263 |
| Impostos sobre o rendimento | (10.841.985) | 13.653.705 | (24.495.690) | (23.750.914) | - | (23.750.914) |
| Resultado líquido do período | (82.431.762) | (170.763.436) | 88.331.674 | 9.286.012 | (17.101.337) | 26.387.349 |
| Atribuível aos acionistas | (84.265.323) | (170.763.436) | 86.498.113 | 9.310.582 | (17.101.337) | 26.411.919 |
| Interesses sem controlo | 1.833.561 | - | 1.833.561 | (24.570) | - | (24.570) |
| "Underlying" EBITDA (b) | | | 361.911.327 | | | 323.947.261 |
| EBITDA (a) | | | 357.221.324 | | | 322.988.751 |
| EBIT Direto (c) | | | 180.106.170 | | | 126.251.757 |

- (a) EBITDA = total de proveitos diretos - total de gastos diretos – reversão de perdas de imparidade diretos+ resultados pelo método de equivalência patrimonial;
- (b) “Underlying” EBITDA = total de proveitos diretos - total de gastos – reversão de perdas de imparidade;
- (c) EBIT Direto = EBT direto - resultado financeiro;
- (d) EBT direto = Resultado direto antes de interesses sem controlo e impostos;
- (e) Resultado direto = Resultado do período, excluindo contributos para os resultados indiretos;
- (f) Resultados indiretos = Inclui resultados relativos a: (i) imparidades em ativos imobiliários de retalho, (ii) reduções no goodwill, (iii) provisões (líquidas de impostos) para possíveis passivos futuros, e imparidades relacionadas com investimentos financeiros não-core, negócios, ativos que foram descontinuados (ou em processo de ser descontinuados/reposicionados); (iv) resultados de avaliações com base na metodologia “mark-to-market” de outros investimentos correntes que serão vendidos ou trocados num futuro próximo; e (v) outros temas não relevantes;

Os resultados indiretos podem ser analisados como segue:

| Resultado indireto | 31 dezembro 2013 | 31 dezembro 2012 |
|---|----------------------|---------------------|
| Provisão para contingências no Brasil (Nota 30) | (11.414.278) | (15.000.000) |
| Mudança de "layout" e "rebranding" de (Nota 8): | | |
| Lojas do retalho especializado | (43.746.620) | - |
| Lojas do retalho alimentar | (9.988.367) | - |
| Imparidade de imóveis (Nota 8) | (100.465.106) | - |
| Imparidade de goodwill em filiais | (5.034.825) | - |
| Imparidade do investimentos financeiros e suprimentos | - | (2.101.337) |
| Outros | (114.240) | - |
| Total | <u>(170.763.436)</u> | <u>(17.101.337)</u> |

46 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 17 de março de 2014, contudo as mesmas estão ainda sujeitas à aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

O Conselho de Administração,

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (Presidente)

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

**Demonstrações financeiras
individuais**

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em euros)

| ATIVO | Notas | 31.dezembro.2013 | 31.dezembro.2012 |
|--|-------|-----------------------------|-----------------------------|
| ATIVOS NÃO CORRENTES: | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 6 | 30 | 60 |
| Ativos intangíveis | 6 | 455 | 1.225 |
| Investimentos | 5 | 2.388.661.291 | 2.653.628.614 |
| Ativos por impostos diferidos | 7 | 6.485 | 28.070 |
| Outros ativos não correntes | 4, 8 | 1.186.256.030 | 1.092.008.435 |
| Total de ativos não correntes | | <u>3.574.924.291</u> | <u>3.745.666.404</u> |
| ATIVOS CORRENTES: | | | |
| Clientes | 4, 9 | 394.432 | 1.688.043 |
| Outras dívidas de terceiros | 4, 10 | 165.613.555 | 179.156.814 |
| Estado e outros entes públicos | 11 | 34.066.038 | 30.428.987 |
| Outros ativos correntes | 4, 12 | 4.417.840 | 3.353.995 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4, 13 | 6.623.141 | 94.502.364 |
| Total de ativos correntes | | <u>211.115.006</u> | <u>309.130.203</u> |
| TOTAL DO ATIVO | | <u>3.786.039.297</u> | <u>4.054.796.607</u> |
| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | | | |
| CAPITAL PRÓPRIO: | | | |
| Capital social | 14 | 1.000.000.000 | 1.000.000.000 |
| Reservas legais | 15 | 140.642.469 | 140.357.809 |
| Reservas de justo valor, cobertura e outras reservas | 16 | 1.154.433.557 | 1.189.025.023 |
| Resultado líquido do exercício | | 11.906.939 | 5.693.194 |
| TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO | | <u>2.306.982.965</u> | <u>2.335.076.026</u> |
| PASSIVO: | | | |
| PASSIVO NÃO CORRENTE: | | | |
| Empréstimos obrigacionistas | 4, 17 | 646.307.863 | 532.738.392 |
| Empréstimos bancários | 4, 17 | 66.666.347 | 152.484.985 |
| Outros passivos não correntes | 4, 18 | 400.000.000 | 400.000.000 |
| Passivos por impostos diferidos | 7 | - | 237 |
| Total de passivos não correntes | | <u>1.112.974.210</u> | <u>1.085.223.614</u> |
| PASSIVO CORRENTE: | | | |
| Empréstimos obrigacionistas | 4, 17 | 9.990.122 | 170.900.782 |
| Empréstimos bancários | 4, 17 | 35.825.666 | 31.827.393 |
| Fornecedores | 4, 19 | 34.775 | 37.634 |
| Outras dívidas a terceiros | 4, 20 | 309.433.073 | 421.462.150 |
| Estado e outros entes públicos | 11 | 2.579.178 | 2.831.463 |
| Outros passivos correntes | 4, 21 | 8.219.308 | 7.437.545 |
| Total de passivos correntes | | <u>366.082.122</u> | <u>634.496.967</u> |
| TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO | | <u>3.786.039.297</u> | <u>4.054.796.607</u> |

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras individuais.

O Conselho de Administração

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012*(Montantes expressos em euros)*

| | Notas | 31.dezembro.2013 | 31.dezembro.2012 |
|--|--------|-------------------|------------------|
| Prestações de serviços | 25 | 870.539 | 2.018.202 |
| Ganhos ou perdas relativos a investimentos | 22, 26 | 43.924.710 | 39.372.600 |
| Rendimentos e ganhos financeiros | 27 | 45.939.541 | 50.252.857 |
| Outros rendimentos | 28 | 762.164 | 497.634 |
| Fornecimentos e serviços externos | 29 | (4.187.083) | (2.759.408) |
| Gastos com o pessoal | | (33.190) | (178.141) |
| Depreciações e amortizações | 6 | (793) | (2.457) |
| Provisões e perdas por imparidade | 22 | (88.387) | (1.894.124) |
| Gastos e perdas financeiras | 27 | (78.912.820) | (82.595.663) |
| Outros gastos e perdas | 30 | (340.039) | (441.410) |
| Resultado antes de impostos | | <u>7.934.642</u> | <u>4.270.090</u> |
| Imposto sobre o rendimento | 31 | 3.972.297 | 1.423.104 |
| Resultado líquido individual do exercício | | <u>11.906.939</u> | <u>5.693.194</u> |
| Resultados por ação (básico e diluído) | 32 | <u>0,0132</u> | <u>0,0063</u> |

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras individuais.

O Conselho de Administração

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SADEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012*(Montantes expressos em euros)*

| | <u>31.dezembro.2013</u> | <u>31.dezembro.2012</u> |
|---|-------------------------|-------------------------|
| Resultado líquido individual do exercício | 11.906.939 | 5.693.194 |
| Total rendimento integral individual do exercício | <u>11.906.939</u> | <u>5.693.194</u> |

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras individuais.

O Conselho de Administração

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em euros)

| Notas | Capital social | Reservas legais | Outras reservas e resultados transitados | | | Resultado líquido | Total |
|---|----------------|-----------------|---|-----------------|--|-------------------|---------------|
| | | | Reserva nos termos do artº 324º do Código das Sociedades Comerciais | Outras reservas | Total outras reservas e resultados transitados | | |
| Saldo em 1 de janeiro de 2012 | 1.000.000.000 | 139.614.881 | 320.000.000 | 874.909.392 | 1.194.909.392 | 14.858.559 | 2.349.382.832 |
| Total rendimento integral individual do exercício | - | - | - | - | - | 5.693.194 | 5.693.194 |
| Aplicação do resultado individual de 2011: | | | | | | | |
| Transferência para reservas | 15 | 742.928 | - | - | - | (742.928) | - |
| Dividendos distribuídos | | - | - | (5.884.369) | (5.884.369) | (14.115.631) | (20.000.000) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2012 | 1.000.000.000 | 140.357.809 | 320.000.000 | 869.025.023 | 1.189.025.023 | 5.693.194 | 2.335.076.026 |
| Saldo em 1 de janeiro de 2013 | 1.000.000.000 | 140.357.809 | 320.000.000 | 869.025.023 | 1.189.025.023 | 5.693.194 | 2.335.076.026 |
| Total rendimento integral individual do exercício | - | - | - | - | - | 11.906.939 | 11.906.939 |
| Aplicação do resultado individual de 2012: | | | | | | | |
| Transferência para reservas | 14, 15 | 284.660 | - | - | - | (284.660) | - |
| Dividendos distribuídos | 14 | - | - | (34.591.466) | (34.591.466) | (5.408.534) | (40.000.000) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2013 | 1.000.000.000 | 140.642.469 | 320.000.000 | 834.433.557 | 1.154.433.557 | 11.906.939 | 2.306.982.965 |

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras individuais.

O Conselho de Administração

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em euros)

| | Notas | 31.dezembro.2013 | 31.dezembro.2012 |
|--|-------|------------------------|------------------------|
| ATIVIDADES OPERACIONAIS: | | | |
| Recebimentos de clientes | | 2.088.593 | (736.289) |
| Pagamentos a fornecedores | | (3.043.718) | (2.658.154) |
| Pagamentos ao pessoal | | (341.006) | (325.962) |
| Fluxos gerados pelas operações | | <u>(1.296.131)</u> | <u>(3.720.405)</u> |
| (Pagamento)/recebimento de imposto sobre o rendimento | | 3.199.888 | 2.567.625 |
| Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional | | (9.966.044) | 646.653 |
| Fluxos das atividades operacionais (1) | | <u>(8.062.287)</u> | <u>(506.127)</u> |
| ATIVIDADES DE INVESTIMENTO: | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Investimentos financeiros | 33 | 191.445.350 | - |
| Ativos fixos tangíveis | | 20 | - |
| Juros e rendimentos similares | | 44.709.903 | 60.366.445 |
| Dividendos | 26 | 125.286.679 | 24.646.376 |
| Outros | 26 | 17.368.661 | 26.827.561 |
| Empréstimos concedidos | | 2.403.140.710 | 1.937.115.766 |
| | | <u>2.781.951.323</u> | <u>2.048.956.148</u> |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Investimentos financeiros | 33 | (25.208.658) | (15.610.000) |
| Ativos fixos tangíveis | | - | (492) |
| Empréstimos concedidos | | (2.476.871.261) | (1.456.599.516) |
| | | <u>(2.502.079.919)</u> | <u>(1.472.210.008)</u> |
| Fluxos das atividades de investimento (2) | | <u>279.871.404</u> | <u>576.746.140</u> |
| ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO: | | | |
| Recebimentos respeitantes a: | | | |
| Empréstimos obtidos | | 6.393.115.811 | 7.493.285.369 |
| | | <u>6.393.115.811</u> | <u>7.493.285.369</u> |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Empréstimos obtidos | | (6.632.599.171) | (8.001.157.977) |
| Juros e gastos similares | | (80.203.253) | (86.025.081) |
| Dividendos | 14 | (40.000.000) | (20.000.000) |
| | | <u>(6.752.802.424)</u> | <u>(8.107.183.058)</u> |
| Fluxos das atividades de financiamento (3) | | <u>(359.686.613)</u> | <u>(613.897.689)</u> |
| Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3) | | (87.877.496) | (37.657.676) |
| Caixa e seus equivalentes no início do exercício | 13 | 94.500.637 | 132.158.313 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do exercício | 13 | <u>6.623.141</u> | <u>94.500.637</u> |

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras individuais.

O Conselho de Administração

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, “Empresa” ou “Sonae Investimentos”, é uma sociedade anónima, que tem a sua sede social na Rua João Mendonça nº 529, 4464-501 Senhora da Hora, Matosinhos, Portugal.

A Empresa tem como atividade principal a gestão de participações sociais (Nota 5).

As demonstrações financeiras individuais são apresentadas conforme requerido pelo Código das Sociedades Comerciais. De acordo com o permitido pelo Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adotadas pela União Europeia.

São igualmente apresentadas, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas.

2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais são as seguintes:

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras individuais anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), tal como adotadas pela União Europeia. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (“SIC”), que tenham sido adotadas pela União Europeia.

As demonstrações financeiras individuais anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, exceto para alguns instrumentos financeiros que se encontram registados pelo justo valor.

Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia normas contabilísticas e interpretações, algumas das quais entraram em vigor durante o exercício de 2013, e que se encontram divulgados na Nota 2 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas. A entrada em vigor destas normas não provocou impactos nas demonstrações financeiras anexas dado não serem aplicáveis às demonstrações financeiras individuais da Empresa.

Adicionalmente existem normas aprovadas para aplicação nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, as quais a Empresa não aplicou antecipadamente e que não irão implicar alterações significativas ao nível das demonstrações financeiras da Empresa.

2.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das amortizações e das eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações do exercício são calculadas pelo método das quotas constantes em função da vida útil de cada ativo e registadas por contrapartida da rubrica amortizações e depreciações da demonstração dos resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica perdas de imparidade da demonstração dos resultados.

2.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis por esta e se possa mensurar de forma fiável o seu custo de aquisição.

As amortizações do exercício são calculadas pelo método das quotas constantes em função da vida útil de cada ativo e registadas por contrapartida da rubrica amortizações e depreciações da demonstração dos resultados.

2.4 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, utilizando para o efeito o método da taxa de juro efetiva.

2.5 Instrumentos financeiros

A Empresa classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a demonstração da posição financeira conforme identificado na Nota 4.

a) Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas

Os investimentos em partes de capital de empresas subsidiárias e associadas são mensurados de acordo com o estabelecido na IAS 27, ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

b) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

Investimentos detidos até ao vencimento

Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados

Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Empresa tem intenção e capacidade de os manter até essa data.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados incluem os investimentos detidos para negociação que a Empresa adquire tendo em vista a sua alienação num curto período de tempo. São classificados na demonstração da posição financeira como investimentos correntes.

A Empresa classifica como investimentos disponíveis para venda os que não são enquadráveis como investimentos mensurados ao justo valor através de resultados nem como investimentos detidos até à maturidade. Estes ativos são classificados como ativos não correntes, exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor naquela data. No caso dos investimentos detidos até ao vencimento e investimentos disponíveis para venda, são incluídas as despesas de transação.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos são mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de “Reserva de justo valor”, incluída na rubrica “Outras reservas” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados (as) na demonstração dos resultados do exercício, nas rubricas de ganhos ou perdas financeiras.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efetiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

c) Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos e contas a receber são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de eventuais perdas de imparidade.

Os ganhos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, exceto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes instrumentos financeiros resultam do facto da Empresa providenciar fundos ou prestar serviços às suas subsidiárias e associadas sem que tenha a intenção de transacionar esses ativos.

Os empréstimos e contas a receber são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, os quais se classificam como não correntes. Estes ativos financeiros estão incluídos nas classes identificadas na Nota 4.

d) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de perdas por imparidade em contas a receber, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial sendo que nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerado que o efeito do desconto seria imaterial.

e) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

f) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 2.7. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

g) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal uma vez que correspondem a dívidas a curto prazo, para as quais o efeito do desconto é imaterial.

h) Instrumentos derivados

A Empresa utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos não sendo utilizados derivados com o objetivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pela Empresa definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficácias de cobertura, caso existam, são registadas na rubrica de ganhos ou perdas financeiras da demonstração dos resultados.

Os critérios utilizados pela Empresa para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transação a ser coberta no início da cobertura;
- A transação objeto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, o qual corresponde ao seu justo valor, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica “Reservas de cobertura” incluída na rubrica “Reservas e resultados transitados”, sendo transferidas para resultados no mesmo exercício em que o instrumento objeto de cobertura afeta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica reservas de cobertura incluída em “Reservas e resultados transitados” são transferidas para resultados do exercício, ou adicionadas ao valor contabilístico do ativo a que as transações objeto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas diretamente nas rubricas da demonstração dos resultados.

A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros é efetuada com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados e teve por base a atualização, para a data da demonstração da posição financeira, dos fluxos de caixa futuros do “leg” fixo e do “leg” variável do instrumento derivado, através da utilização de curvas de taxa de juro retiradas da Bloomberg.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e características não estejam intimamente relacionados com os contratos de acolhimento e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração dos resultados.

Em situações específicas a Empresa poderá proceder à contratação de instrumentos derivados sobre taxas de câmbio. Nestas circunstâncias, e muito embora os mesmos sejam contratados com o objetivo de reduzir a volatilidade dos fluxos de caixa futuros em transações altamente prováveis, tais derivados são usualmente registados a justo valor através de resultados.

i) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas em outras reservas.

j) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de empréstimos bancários de curto prazo, na demonstração da posição financeira.

k) Método da taxa de juro efetiva

O método da taxa de juro efetiva é o método utilizado para cálculo do custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e para efetuar a alocação de ganhos ou perdas com juros até à maturidade do instrumento financeiro.

l) Imparidade

Os ativos financeiros, exceto os mensurados a justo valor através de resultados, são analisados à data de cada demonstração da posição financeira para verificar da existência de indícios de perdas de imparidade.

Os ativos financeiros encontram-se em situações de imparidade quando exista evidência objetiva que, como consequência de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial dos ativos, os fluxos de caixa estimados tenham sido negativamente afetados.

Para os instrumentos financeiros não negociados em mercados regulamentados, a estimativa de imparidade envolve o recurso a modelos de fluxos de caixa descontados para estimar o valor de uso do investimento. Tais modelos implicam que a Empresa estime o valor presente dos fluxos de caixa futuros que é expectável que surjam do instrumento financeiro em questão de acordo com uma taxa de desconto adequada ao risco específico do ativo.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a imparidade é calculada como a diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efetiva original.

Relativamente aos investimentos em subsidiárias (investimentos em partes de capital e empréstimos concedidos a subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas) a análise de imparidade é efetuada com base na estimativa de justo valor da filial em análise, baseado na

avaliação através do método de fluxos de caixa descontados ou com base no justo valor dos seus ativos, conforme aplicável.

Tal estimativa é efetuada com base na avaliação das participações detidas pela filial em análise por recurso a modelos de fluxos de caixa descontados de forma a estimar o valor de uso dos referidos investimentos, sempre que identificados indícios de imparidade, nomeadamente em resultado da distribuição de dividendos por parte daquelas participadas.

É entendimento do Conselho de Administração, que a metodologia acima descrita conduz a resultados fiáveis sobre a existência de eventual imparidade dos investimentos em análise, uma vez que consideram a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

Se, em data subsequente, se verificar que o montante de imparidade diminuiu e a diminuição possa ser relacionada objetivamente com determinado evento que ocorra após o reconhecimento inicial de imparidade, o valor então registado é revertido até ao limite do valor que estaria reconhecido caso não tivesse sido registada qualquer perda de imparidade.

Relativamente a ativos disponíveis para venda relativos a partes de capital, as perdas de imparidade não são revertidas. Qualquer aumento no justo valor do ativo é reconhecido em capitais próprios.

2.6 Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.7 Rédito e especialização dos exercícios

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados do período em que ocorrem.

Os dividendos são reconhecidos como ganhos no exercício em que são atribuídos aos seus sócios ou acionistas.

Os ganhos e perdas são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os ganhos e perdas cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de outros ativos correntes e outros passivos correntes são registados os ganhos e perdas imputáveis ao período corrente e cujas receitas e despesas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

2.8 Eventos subsequentes

Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

2.9 Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- a) Registo de ajustamentos aos valores do ativo e provisões;
- b) Análise de imparidade de empréstimos e de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e em associadas;

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas nas situações aplicáveis.

2.10 Responsabilidade por pagamentos baseados em ações

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução das cotações das ações da Sonae, SGPS, SA (empresa detentora da Sonae Investimentos, SGPS, SA).

O valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em março de cada ano) e posteriormente atualizado no final de cada período de reporte em função do número de ações atribuídas e o justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em custos com pessoal e outros passivos correntes, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas.

2.11 Imposto sobre o rendimento

A Sonae Investimentos encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (sociedade dominante), sendo que cada uma das sociedades abrangidas por este regime regista o imposto sobre o rendimento nas suas contas individuais por contrapartida da rubrica de empresas do grupo. Nos casos em que as filiais contribuem com prejuízos, é registado nas contas individuais o montante de imposto correspondente aos prejuízos que vierem a ser compensados pelos lucros das demais sociedades abrangidas por este regime.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor na data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no exercício da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como ganho ou perda do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

3 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os princípios gerais da gestão de riscos são aprovados pelo Conselho de Administração, estando a sua implementação e acompanhamento supervisionados pela tesouraria da empresa.

3.1 Risco de mercado

Revestem-se de particular importância no âmbito da gestão de risco de mercado os riscos de taxa de juro e os riscos de taxa de câmbio.

3.1.1. Risco de taxa de juro

A exposição da Empresa à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos de longo prazo que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à Euribor.

Análise de sensibilidade:

A análise de sensibilidade taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afetam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os custos e proveitos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;
- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensados quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo período, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;

- Alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afetam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade à variação da taxa de juro com impacto no capital próprio (outras reservas);
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício;

Estima-se que a exposição a este risco à data do balanço seja reduzida, de tal forma que, nos últimos 12 meses, uma subida de 75 pontos base em todas as taxas de juro do euro durante o ano de 2013 teria tido um impacto positivo nos resultados antes de impostos, não superior a 1,4 milhões euros (1,8 milhões euros em 2012), tomando em consideração os perfis de refixação contratados e excluindo quaisquer outros efeitos na atividade da empresa.

3.1.2. Risco de taxa de câmbio

O impacto nas demonstrações financeiras individuais das variações nas taxas de câmbio da Empresa é praticamente inexistente uma vez que a generalidade dos ativos e passivos estão denominados em euros.

3.1.3. Risco de liquidez

O principal objetivo da política de gestão de risco de liquidez é garantir que a empresa e o conjunto das empresas que domina têm disponível, a todo o momento, os recursos financeiros necessários para fazer face às suas responsabilidades e prosseguir as estratégias delineadas honrando todos os compromissos assumidos com terceiros, quando se tornam devidos, através de uma adequada gestão do seu fundo de maneio e quando necessário ao recurso a empréstimos bancários ou de acionistas.

3.2 Risco de crédito

A empresa está sobretudo exposta ao risco de crédito nas suas relações de financiamento com as empresas em que participa.

A empresa está ainda exposta ao risco de crédito nas suas relações com as instituições financeiras relativas a aplicações de fundos.

O risco de crédito às instituições financeiras é limitado pela gestão da concentração de riscos e uma rigorosa seleção de contrapartes que apresentem um elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de rating tendo em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações.

4 CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na Nota 2.5, a 31 de dezembro de 2013, foram classificados como segue:

| | | 31.dezembro.2013 | | | | |
|-----------------------------|-------------------------------|------------------|--------------------------------|----------------------|---------------------------------|----------------------|
| | | Notas | Empréstimos e contas a receber | Subtotal | Ativos fora do âmbito do IFRS 7 | Total |
| Ativos financeiros | | | | | | |
| Ativos não correntes | | | | | | |
| | Outros ativos não correntes | 8 | 1.186.256.030 | 1.186.256.030 | - | 1.186.256.030 |
| | | | <u>1.186.256.030</u> | <u>1.186.256.030</u> | <u>-</u> | <u>1.186.256.030</u> |
| Ativos correntes | | | | | | |
| | Clientes | 9 | 394.432 | 394.432 | - | 394.432 |
| | Outras dívidas de terceiros | 10 | 165.613.555 | 165.613.555 | - | 165.613.555 |
| | Outros ativos correntes | 12 | 2.353.427 | 2.353.427 | 2.064.413 | 4.417.840 |
| | Caixa e equivalentes de caixa | 13 | 6.623.141 | 6.623.141 | - | 6.623.141 |
| | | | <u>174.984.555</u> | <u>174.984.555</u> | <u>2.064.413</u> | <u>177.048.968</u> |
| | | | <u>1.361.240.585</u> | <u>1.361.240.585</u> | <u>2.064.413</u> | <u>1.363.304.998</u> |

| | | 31.dezembro.2013 | | | | |
|-------------------------------|-------------------------------|------------------|------------------------------|----------------------|-----------------------------------|----------------------|
| | | Notas | Empréstimos e contas a pagar | Subtotal | Passivos fora do âmbito do IFRS 7 | Total |
| Passivos financeiros | | | | | | |
| Passivos não correntes | | | | | | |
| | Empréstimos obrigacionistas | 17 | 646.307.863 | 646.307.863 | - | 646.307.863 |
| | Empréstimos bancários | 17 | 66.666.347 | 66.666.347 | - | 66.666.347 |
| | Outros passivos não correntes | 18 | 400.000.000 | 400.000.000 | - | 400.000.000 |
| | | | <u>1.112.974.210</u> | <u>1.112.974.210</u> | <u>-</u> | <u>1.112.974.210</u> |
| Passivos correntes | | | | | | |
| | Empréstimos obrigacionistas | 17 | 9.990.122 | 9.990.122 | - | 9.990.122 |
| | Empréstimos bancários | 17 | 35.825.666 | 35.825.666 | - | 35.825.666 |
| | Fornecedores | 19 | 34.775 | 34.775 | - | 34.775 |
| | Outras dívidas a terceiros | 20 | 309.433.073 | 309.433.073 | - | 309.433.073 |
| | Outros passivos correntes | 21 | 8.219.308 | 8.219.308 | - | 8.219.308 |
| | | | <u>363.502.944</u> | <u>363.502.944</u> | <u>-</u> | <u>363.502.944</u> |
| | | | <u>1.476.477.154</u> | <u>1.476.477.154</u> | <u>-</u> | <u>1.476.477.154</u> |

Os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na Nota 2.5, a 31 de dezembro de 2012, foram classificados como segue:

| | | 31.dezembro.2012 | | | | |
|-----------------------------|-------------------------------|------------------|--------------------------------|----------------------|---------------------------------|----------------------|
| | | Notas | Empréstimos e contas a receber | Subtotal | Ativos fora do âmbito do IFRS 7 | Total |
| Ativos financeiros | | | | | | |
| Ativos não correntes | | | | | | |
| | Outros ativos não correntes | 8 | 1.092.008.435 | 1.092.008.435 | - | 1.092.008.435 |
| | | | <u>1.092.008.435</u> | <u>1.092.008.435</u> | <u>-</u> | <u>1.092.008.435</u> |
| Ativos correntes | | | | | | |
| | Clientes | 9 | 1.688.043 | 1.688.043 | - | 1.688.043 |
| | Outras dívidas de terceiros | 10 | 179.156.814 | 179.156.814 | - | 179.156.814 |
| | Outros ativos correntes | 12 | 1.213.320 | 1.213.320 | 2.140.675 | 3.353.995 |
| | Caixa e equivalentes de caixa | 13 | 94.502.364 | 94.502.364 | - | 94.502.364 |
| | | | <u>276.560.541</u> | <u>276.560.541</u> | <u>2.140.675</u> | <u>278.701.216</u> |
| | | | <u>1.368.568.976</u> | <u>1.368.568.976</u> | <u>2.140.675</u> | <u>1.370.709.651</u> |

| Passivos financeiros | 31.dezembro.2012 | | | | |
|-------------------------------|------------------|------------------------------|----------------------|-----------------------------------|----------------------|
| | Notas | Empréstimos e contas a pagar | Subtotal | Passivos fora do âmbito do IFRS 7 | Total |
| Passivos não correntes | | | | | |
| Empréstimos obrigacionistas | 17 | 532.738.392 | 532.738.392 | - | 532.738.392 |
| Empréstimos bancários | 17 | 152.484.985 | 152.484.985 | - | 152.484.985 |
| Outros passivos não correntes | 18 | 400.000.000 | 400.000.000 | - | 400.000.000 |
| | | <u>1.085.223.377</u> | <u>1.085.223.377</u> | <u>-</u> | <u>1.085.223.377</u> |
| Passivos correntes | | | | | |
| Empréstimos obrigacionistas | 17 | 170.900.782 | 170.900.782 | - | 170.900.782 |
| Empréstimos bancários | 17 | 31.827.393 | 31.827.393 | - | 31.827.393 |
| Fornecedores | 19 | 37.634 | 37.634 | - | 37.634 |
| Outras dívidas a terceiros | 20 | 421.462.150 | 421.462.150 | - | 421.462.150 |
| Outros passivos correntes | 21 | 7.128.369 | 7.128.369 | 309.176 | 7.437.545 |
| | | <u>631.356.328</u> | <u>631.356.328</u> | <u>309.176</u> | <u>631.665.504</u> |
| | | <u>1.716.579.705</u> | <u>1.716.579.705</u> | <u>309.176</u> | <u>1.716.888.881</u> |

5 INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o detalhe dos investimentos era o seguinte:

| Empresa | % detenção | Custo de aquisição | | | | Imparidade acumulada | Valor da demonstração da posição financeira |
|--|------------|----------------------|-------------------|--------------------|----------------------|----------------------|---|
| | | Saldo inicial | Aumentos | Diminuições | Saldo final | | |
| Azulino - Imobiliária, SA | 100,00% | 498.025 | - | - | 498.025 | - | 498.025 |
| Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, SA | 100,00% | 2.265.000 | - | - | 2.265.000 | 700.000 | 1.565.000 |
| Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA | 100,00% | 1.669.375 | - | - | 1.669.375 | 1.557.375 | 112.000 |
| Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA | 100,00% | 2.394.591 | - | - | 2.394.591 | 2.394.591 | - |
| Citorres - Sociedade Imobiliária, SA | 100,00% | 477.848 | - | - | 477.848 | - | 477.848 |
| Contimobe - Imobiliária do Castelo de Paiva, SA | 100,00% | 231.318.722 | - | - | 231.318.722 | 29.818.722 | 201.500.000 |
| Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA | 100,00% | 2.390.191 | - | - | 2.390.191 | 945.191 | 1.445.000 |
| Fozimo - Sociedade Imobiliária, SA | 100,00% | 24.940 | - | - | 24.940 | - | 24.940 |
| Fozmassimo - Sociedade Imobiliária, SA | 100,00% | 6.264.902 | - | 1.220.000 (4) | 5.044.902 | 2.248.554 | 2.796.348 |
| Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosedo | 54,55% | 64.415.021 | - | - | 64.415.021 | - | 64.415.021 |
| Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois | 74,94% | 108.755.437 | 5.033 (1) | - | 108.760.470 | - | 108.760.470 |
| Igimo - Sociedade Imobiliária, SA | 100,00% | 220.000 | - | - | 220.000 | 69.338 | 150.662 |
| Iginha - Sociedade Imobiliária, SA | 100,00% | 1.359.000 | - | - | 1.359.000 | - | 1.359.000 |
| Imoconti - Sociedade Imobiliária, SA | 100,00% | 380.000 | - | - | 380.000 | - | 380.000 |
| Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA | 100,00% | 24.940 | - | - | 24.940 | - | 24.940 |
| Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA | 100,00% | 1.099.940 | 330.000 (2) | - | 1.429.940 | 506.055 | 923.885 |
| Imoresultado - Sociedade Imobiliária, SA | 100,00% | 109.736 | - | - | 109.736 | - | 109.736 |
| Imosistema - Sociedade Imobiliária, SA | 100,00% | 280.000 | - | - | 280.000 | - | 280.000 |
| MDS, SGPS, SA | 46,92% | 51.000.000 | - | - | 51.000.000 | - | 51.000.000 |
| MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA | 100,00% | 1.809.397 | - | - | 1.809.397 | 1.619.397 | 190.000 |
| Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, SA | 50,00% | 24.790.614 | - | - | 24.790.614 | 3.280.000 | 21.510.614 |
| Modelo Hiper Imobiliária, SA | 100,00% | 10.655.164 | - | - | 10.655.164 | 642.516 | 10.012.648 |
| Modelo.Com - Vendas por Correspondência, SA | 100,00% | 12.637.016 | - | - | 12.637.016 | - | 12.637.016 |
| Mundo Vip - Operadores Turísticos, SA | 33,34% | 1.101.337 | 1.000.000 (2) | - | 2.101.337 | 2.101.337 | - |
| Predicomercial - Promoção Imobiliária, SA | 100,00% | 6.372.293 | - | - | 6.372.293 | - | 6.372.293 |
| Raso, SGPS, SA | 50,00% | 24.500.000 | - | - | 24.500.000 | 9.026.000 | 15.474.000 |
| Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, SA | 100,00% | 1.513.379 | - | - | 1.513.379 | 948.379 | 565.000 |
| Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA | 100,00% | 2.130.558 | 8.500.000 (2) | - | 10.630.558 | 6.898.157 | 3.732.401 |
| Sesagest - Projectos e Gestão Imobiliária, SA | 100,00% | 36.677.088 | - | - | 36.677.088 | - | 36.677.088 |
| Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA | 100,00% | 550.000 | - | - | 550.000 | - | 550.000 |
| Sociloures - Sociedade Imobiliária, SA | 100,00% | 10.000.000 | 2.350.000 (2) | - | 12.350.000 | 10.000.000 | 2.350.000 |
| Soflorin, BV | 100,00% | 257.309.037 | - | - | 257.309.037 | 68.580.000 | 188.729.037 |
| Sonae - Specialized Retail, SGPS, SA | 100,00% | 1.050.000.000 | - | - | 1.050.000.000 | - | 1.050.000.000 |
| Sonae Capital Brasil, SA | 37,00% | 19.600.307 | - | - | 19.600.307 | 17.734.537 | 1.865.770 |
| Sonae Center Serviços II, SA | 100,00% | 58.032.319 | - | - | 58.032.319 | - | 58.032.319 |
| Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA | 41,96% | 600.000.000 | 13.348.625 (2) | 189.650.350 (4) | 423.698.275 | - | 423.698.275 |
| Sonaegest - Soc. Gest. de Fundos de Investimentos, SA | 40,00% | 384.351 | - | - | 384.351 | - | 384.351 |
| Sonaerp - Retail Properties, SA | 100,00% | 114.495.350 | - | - | 114.495.350 | - | 114.495.350 |
| Sondis Imobiliária, SA | 100,00% | 474.940 | - | - | 474.940 | - | 474.940 |
| Sonvecap, BV | 100,00% | 3.000.000 | - | - | 3.000.000 | - | 3.000.000 |
| Tlantic Portugal - Sistemas de Informação, SA | - | 1.068.316 | 675.000 (2) | 1.743.316 (3) (5) | - | - | - |
| Valor N, SA | 100,00% | 2.087.315 | - | - | 2.087.315 | - | 2.087.315 |
| Total | | <u>2.714.136.448</u> | <u>26.208.658</u> | <u>192.613.666</u> | <u>2.547.731.440</u> | <u>159.070.149</u> | <u>2.388.661.291</u> |

- (1) Aquisição;
- (2) Cobertura de prejuízos;
- (3) Alienação a partes relacionadas;
- (4) Redução capital
- (5) Reembolso de entradas facultativas capital

Durante o exercício foram registadas imparidades sobre os investimentos de partes de capital nas subsidiárias conforme discriminadas na nota 26.

| Empresa | % detenção | 31.dezembro.2012 | | | | Imparidade acumulada | Valor da demonstração da posição financeira |
|--|---------------|--------------------|----------------|-------------|---------------|-------------------------|--|
| | | Custo de aquisição | | | Saldo final | | |
| | | Saldo inicial | Aumentos | Diminuições | | | |
| Azulino - Imobiliária, SA | 100,00% | 498.025 | - | - | 498.025 | - | 498.025 |
| Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, SA | 100,00% | 2.115.000 | 150.000 (1) | - | 2.265.000 | 700.000 | 1.565.000 |
| Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA | 100,00% | 1.669.375 | - | - | 1.669.375 | 1.557.375 | 112.000 |
| Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA | 100,00% | 2.244.591 | 150.000 (2) | - | 2.394.591 | 1.094.591 | 1.300.000 |
| Citorres - Sociedade Imobiliária, SA | 100,00% | 477.848 | - | - | 477.848 | - | 477.848 |
| Contimobe - Imobiliária do Castelo de Paiva, SA | 100,00% | 231.318.722 | - | - | 231.318.722 | 29.818.722 | 201.500.000 |
| Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA | 100,00% | 2.355.191 | 35.000 (1) | - | 2.390.191 | 945.191 | 1.445.000 |
| Fozimo - Sociedade Imobiliária, SA | 100,00% | 24.940 | - | - | 24.940 | - | 24.940 |
| Fozmassimo - Sociedade Imobiliária, SA | 100,00% | 6.264.902 | - | - | 6.264.902 | 964.902 | 5.300.000 |
| Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede | 54,55% | 64.415.021 | - | - | 64.415.021 | - | 64.415.021 |
| Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois | 74,94% | 108.755.437 | - | - | 108.755.437 | - | 108.755.437 |
| Igimo - Sociedade Imobiliária, SA | 100,00% | 220.000 | - | - | 220.000 | - | 220.000 |
| Iginha - Sociedade Imobiliária, SA | 100,00% | 1.359.000 | - | - | 1.359.000 | - | 1.359.000 |
| Imoconti - Sociedade Imobiliária, SA | 100,00% | 380.000 | - | - | 380.000 | - | 380.000 |
| Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA | 100,00% | 24.940 | - | - | 24.940 | - | 24.940 |
| Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA | 100,00% | 999.940 | 100.000 (1) | - | 1.099.940 | 439.940 | 660.000 |
| Imosresultado - Sociedade Imobiliária, SA | 100,00% | 109.736 | - | - | 109.736 | - | 109.736 |
| Imosistema - Sociedade Imobiliária, SA | 100,00% | 280.000 | - | - | 280.000 | - | 280.000 |
| MDS, SGPS, SA | 46,92% | 51.000.000 | - | - | 51.000.000 | - | 51.000.000 |
| MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA | 100,00% | 1.809.397 | - | - | 1.809.397 | 1.619.397 | 190.000 |
| Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, SA | 50,00% | 9.790.614 | 15.000.000 (2) | - | 24.790.614 | - | 24.790.614 |
| Modelo Hiper Imobiliária, SA | 100,00% | 10.655.164 | - | - | 10.655.164 | - | 10.655.164 |
| Modelo.Com - Vendas por Correspondência, SA | 100,00% | 12.637.016 | - | - | 12.637.016 | - | 12.637.016 |
| Mundo Vip - Operadores Turísticos, SA | 33,34% | 1.101.337 | - | - | 1.101.337 | 1.101.337 | - |
| Predicomercial - Promoção Imobiliária, SA | 100,00% | 6.372.293 | - | - | 6.372.293 | - | 6.372.293 |
| Raso, SGPS, SA | 50,00% | 24.500.000 | - | - | 24.500.000 | 9.026.000 | 15.474.000 |
| Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, SA | 100,00% | 1.513.379 | - | - | 1.513.379 | 948.379 | 565.000 |
| Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA | 100,00% | 2.130.558 | - | - | 2.130.558 | - | 2.130.558 |
| Sesagest - Projectos e Gestão Imobiliária, SA | 100,00% | 36.677.088 | - | - | 36.677.088 | - | 36.677.088 |
| Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA | 100,00% | 550.000 | - | - | 550.000 | - | 550.000 |
| Sociloures - Sociedade Imobiliária, SA | 100,00% | 10.000.000 | - | - | 10.000.000 | - | 10.000.000 |
| Soflorin, BV | 100,00% | 257.309.037 | - | - | 257.309.037 | - | 257.309.037 |
| Sonae - Specialized Retail, SGPS, SA | 100,00% | 1.050.000.000 | - | - | 1.050.000.000 | - | 1.050.000.000 |
| Sonae Capital Brasil, SA | 37,00% | 19.600.307 | - | - | 19.600.307 | 12.292.000 | 7.308.307 |
| Sonae Center Serviços II, SA | 100,00% | 58.032.319 | - | - | 58.032.319 | - | 58.032.319 |
| Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA | 41,96% | 600.000.000 | - | - | 600.000.000 | - | 600.000.000 |
| Sonaegest - Soc. Gest. de Fundos de Investimentos, SA | 40,00% | 384.351 | - | - | 384.351 | - | 384.351 |
| Sonaerp - Retail Properties, SA | 100,00% | 114.495.350 | - | - | 114.495.350 | - | 114.495.350 |
| Sondis Imobiliária, SA | 100,00% | 474.940 | - | - | 474.940 | - | 474.940 |
| Sonvecap, BV | 100,00% | 3.000.000 | - | - | 3.000.000 | - | 3.000.000 |
| Tiatic Portugal - Sistemas de Informação, SA | 100,00% | 893.316 | 175.000 (1) | - | 1.068.316 | - | 1.068.316 |
| Valor N, SA | 100,00% | 2.087.315 | - | - | 2.087.315 | - | 2.087.315 |
| Total | | 2.698.526.448 | 15.610.000 | - | 2.714.136.448 | 60.507.834 | 2.653.628.614 |

(1) Cobertura de prejuízos;

(2) Entradas facultativas de capital

Durante o exercício de 2012 foram registadas imparidades sobre os investimentos de partes de capital nas subsidiárias conforme discriminadas na nota 26.

6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o detalhe dos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações era o seguinte:

| | Equipamento de transporte | Equipamento administrativo | Outros ativos fixos tangíveis | Ativos fixos tangíveis em curso | Total ativos fixos tangíveis |
|--------------------------------------|---------------------------|----------------------------|-------------------------------|---------------------------------|------------------------------|
| Ativo bruto | | | | | |
| Saldo inicial a 1 de janeiro de 2012 | 19.062 | 24.455 | 679 | - | 44.196 |
| Diminuições | - | (1.600) | - | - | (1.600) |
| Saldo inicial a 1 de janeiro de 2013 | 19.062 | 22.855 | 679 | - | 42.596 |
| Diminuições | - | (71) | - | - | (71) |
| Saldo final a 31 de dezembro de 2013 | 19.062 | 22.784 | 679 | - | 42.525 |
| Depreciações acumuladas | | | | | |
| Saldo inicial a 1 de janeiro de 2012 | 19.062 | 24.369 | 679 | - | 44.110 |
| Aumentos | - | 26 | - | - | 26 |
| Diminuições | - | (1.600) | - | - | (1.600) |
| Saldo inicial a 1 de janeiro de 2013 | 19.062 | 22.795 | 679 | - | 42.536 |
| Aumentos | - | 23 | - | - | 23 |
| Diminuições | - | (64) | - | - | (64) |
| Saldo final a 31 de dezembro de 2013 | 19.062 | 22.754 | 679 | - | 42.495 |
| Valor líquido | | | | | |
| A 31 de dezembro de 2012 | - | 60 | - | - | 60 |
| A 31 de dezembro de 2013 | - | 30 | - | - | 30 |

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o detalhe dos ativos intangíveis e respetivas amortizações era o seguinte:

| | Propriedade industrial | Software | Total ativos intangíveis |
|--------------------------------------|------------------------|----------|--------------------------|
| Ativo bruto | | | |
| Saldo inicial a 1 de janeiro de 2012 | 1.413.704 | 479 | 1.414.183 |
| Transferências / abates | - | (479) | (479) |
| Saldo inicial a 1 de janeiro de 2013 | 1.413.704 | - | 1.413.704 |
| Saldo final a 31 de dezembro de 2013 | 1.413.704 | - | 1.413.704 |
| Amortizações acumuladas | | | |
| Saldo inicial a 1 de janeiro de 2012 | 1.410.048 | 479 | 1.410.527 |
| Aumentos | 2.431 | - | 2.431 |
| Transferências / abates | - | (479) | (479) |
| Saldo inicial a 1 de janeiro de 2013 | 1.412.479 | - | 1.412.479 |
| Aumentos | 770 | - | 770 |
| Saldo final a 31 de dezembro de 2013 | 1.413.249 | - | 1.413.249 |
| Valor líquido | | | |
| A 31 de dezembro de 2012 | 1.225 | - | 1.225 |
| A 31 de dezembro de 2013 | 455 | - | 455 |

7 IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

| | Ativos | |
|--------|------------------|------------------|
| | 31.dezembro.2013 | 31.dezembro.2012 |
| Outros | 6.485 | 28.070 |
| | 6.485 | 28.070 |

| | Passivos | |
|---|------------------|------------------|
| | 31.dezembro.2013 | 31.dezembro.2012 |
| Diferença entre amortizações económicas e fiscais | - | 237 |
| | - | 237 |

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram é o seguinte:

| | Ativos | | Passivos | |
|-----------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31.dezembro.2013 | 31.dezembro.2012 | 31.dezembro.2013 | 31.dezembro.2012 |
| Saldo inicial | 28.070 | 82.690 | 237 | 784 |
| Efeito em resultados: | | | | |
| Outros | (21.585) | (54.620) | (237) | (547) |
| | (21.585) | (54.620) | (237) | (547) |
| | 6.485 | 28.070 | - | 237 |

8 OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o detalhe dos outros ativos não correntes era o seguinte:

| | 31.dezembro.2013 | 31.dezembro.2012 |
|----------------------------------|------------------|------------------|
| Empréstimos concedidos (Nota 35) | 1.186.256.030 | 1.092.008.435 |
| Outras dívidas de terceiros | - | - |
| | 1.186.256.030 | 1.092.008.435 |

Os empréstimos concedidos a empresas subsidiárias e associadas têm uma natureza de longo prazo, vencem juros a taxas de mercado indexadas à Euribor sendo o seu justo valor, genericamente, similar ao seu valor contabilístico.

A imparidade dos empréstimos concedidos a empresas do grupo é avaliada conforme descrito na alínea l) da nota 2.5.

No exercício de 2012 foi reconhecida uma imparidade de 1.000.000 euros sobre a totalidade do montante de empréstimos a receber da associada Mundo Vip – Operadores Turísticos, SA. Por deliberação dos acionistas daquela sociedade foi efetuada a cobertura de prejuízos por incorporação de suprimentos, pelo que foi anulada a imparidade no exercício de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os restantes empréstimos concedidos não se encontram vencidos ou em imparidade.

O valor registado na rubrica “Outras dívidas de terceiros” inclui o montante a receber relativo à alienação de uma participação financeira para a qual foi registada, durante o exercício, uma imparidade adicional no montante de 79.406 euros (894.124 euros em 2012), perfazendo um total de imparidade no montante de 2.423.530 euros (Nota 22).

9 CLIENTES

O saldo de clientes respetivamente 394.432 euros e de 1.688.043 euros em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 respeita exclusivamente a prestação de serviços a empresas do grupo.

À data da demonstração da posição financeira, não existem contas a receber vencidas e não foram registadas quaisquer perdas de imparidade, dado não existirem indicações que os clientes não cumpram as suas obrigações.

10 OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o detalhe das outras dívidas de terceiros era o seguinte:

| | <u>31.dezembro.2013</u> | <u>31.dezembro.2012</u> |
|--|-------------------------|-------------------------|
| Empréstimos de curto prazo (Nota 35) | 109.909.849 | 129.359.208 |
| Juros por liquidar | 17.840.280 | 18.415.191 |
| Impostos - RETGS | 23.264.933 | 26.447.000 |
| Regime especial regularização de dívidas fiscais e Segurança Social (DL 248-A/2002, de 14 de novembro) | 4.373.135 | 4.778.747 |
| Regime especial regularização de dívidas fiscais e Segurança Social (DL 151-A/2013, de 31 de outubro) | 2.988.618 | - |
| Outros | 7.236.740 | 156.668 |
| | <u>165.613.555</u> | <u>179.156.814</u> |

Os empréstimos concedidos vencem juros a taxas de mercado indexadas à Euribor, e têm uma maturidade inferior a 1 ano.

Do montante de 23.264.933 euros registado na rubrica impostos, 21.651.461 euros (26.447.000 euros a 31 dezembro 2012) corresponde ao imposto do exercício apurado pelas empresas tributadas de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades.

Os montantes relativos ao regime especial de regularização de dívidas fiscais e Segurança Social (DL 248-A/2002, de 14 de novembro e DL 151-A/2013, de 31 de outubro), correspondem a importâncias pagas, relativas a liquidações de impostos que já se encontram na via judicial, mantendo-se os processos judiciais a continuar a sua tramitação, tendo contudo sido canceladas as garantias prestadas para os referidos processos. É entendimento da Sonae Investimentos que o resultado das reclamações efetuadas lhe será favorável, facto pelo qual não registou qualquer ajustamento para fazer face a eventuais perdas.

A rubrica “Outros” inclui um montante 6.679.649 euros, referente a um pagamento efetuado por conta de uma subsidiária.

Não existiam ativos vencidos ou em imparidade em 31 de dezembro de 2013 e de 2012. O justo valor dos empréstimos concedidos a empresas subsidiárias é, genericamente, similar ao seu valor contabilístico.

11 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o detalhe do estado e outros entes públicos era o seguinte:

| | <u>31.dezembro.2013</u> | <u>31.dezembro.2012</u> |
|---------------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Imposto sobre o rendimento | 34.066.038 | 30.428.987 |
| Saldos devedores | <u>34.066.038</u> | <u>30.428.987</u> |
| | <u>31.dezembro.2013</u> | <u>31.dezembro.2012</u> |
| Imposto sobre o rendimento | 1.893.202 | 1.893.202 |
| Imposto sobre o valor acrescentado | 16.794 | 280.567 |
| Contribuições para a segurança social | 886 | 397 |
| Retenção de imposto sobre rendimentos | 593.297 | 588.319 |
| Outros | 74.999 | 68.978 |
| Saldos credores | <u>2.579.178</u> | <u>2.831.463</u> |

O valor na rubrica saldos devedores corresponde fundamentalmente a valores a receber de imposto sobre o rendimento, ainda não reembolsados.

12 OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o detalhe dos outros ativos correntes era o seguinte:

| | <u>31.dezembro.2013</u> | <u>31.dezembro.2012</u> |
|---|-------------------------|-------------------------|
| Juros a receber | 779.196 | 130.719 |
| Juros de mora ou indemnizatórios | 765.605 | 765.605 |
| Fianças | 688.069 | 271.996 |
| Fee's de gestão a receber | 120.557 | 45.000 |
| Devedores por acréscimos de rendimentos | <u>2.353.427</u> | <u>1.213.320</u> |
| Seguros | 209.874 | 229.343 |
| Custos com emissão de dívida | 1.854.539 | 1.905.427 |
| Outros | - | 5.905 |
| Gastos diferidos | <u>2.064.413</u> | <u>2.140.675</u> |
| | <u>4.417.840</u> | <u>3.353.995</u> |

13 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

| | <u>31.dezembro.2013</u> | <u>31.dezembro.2012</u> |
|--|-------------------------|-------------------------|
| Numerário | 550 | 550 |
| Depósitos bancários | 6.622.591 | 54.402.147 |
| Outras aplicações de tesouraria | - | 40.099.667 |
| Caixa e equivalentes de caixa no balanço | <u>6.623.141</u> | <u>94.502.364</u> |
| Descobertos bancários (Nota 17) | - | (1.727) |
| Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa | <u>6.623.141</u> | <u>94.500.637</u> |

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos na demonstração da posição financeira na rubrica de empréstimos bancários.

14 CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 1.000.000.000 ações ordinárias (1.000.000.000 em 31 de dezembro de 2012), com o valor nominal unitário de 1 euro.

Durante 2013 a subsidiária, Sonae – Specialized Retail, SGPS, SA, alienou a totalidade das ações que detinha da Sonae Investimentos, num total de 100.000.000 ações à subsidiária Sonae MC – Modelo Continente, SGPS, SA. Estas ações são consideradas ações próprias nos termos do Código das Sociedades Comerciais, encontrando-se os seus direitos suspensos.

Por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas realizada em 24 de abril de 2013, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 no montante de 5.693.194 euros, foi aplicado em reservas legais (284.660 euros) e distribuição de dividendos (5.408.534 euros). Nesta Assembleia Geral foi ainda aprovada a distribuição de reservas livres no montante de 34.591.466 euros.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o capital subscrito da sociedade era detido como segue:

| | <u>31.dezembro.2013</u> | <u>31.dezembro.2012</u> |
|---|-------------------------|-------------------------|
| Sonae, SGPS, SA | 76,8556% | 76,8556% |
| Sonae Investments BV | 13,1419% | 13,1419% |
| Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA | 10,0000% | - |
| Sonae - Specialized Retail, SGPS, SA | - | 10,0000% |
| Libra Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda | 0,0025% | 0,0025% |

Em 31 de dezembro de 2013 a Efanor Investimentos, SGPS, SA e suas filiais detinham 52,48% das ações representativas do capital social da Sonae, SGPS, SA.

15 RESERVAS LEGAIS

A sociedade constitui as suas reservas legais conforme estipulado no Código das Sociedades Comerciais. Em 2013 e 2012 transferiu, respetivamente, para esta rubrica resultados no valor de 284.660 euros e 742.928 euros.

16 RESERVAS DE JUSTO VALOR, COBERTURA E OUTRAS RESERVAS

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o detalhe de outras reservas era o seguinte:

| | <u>31.dezembro.2013</u> | <u>31.dezembro.2012</u> |
|-------------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Reserva nos termos do artº 324º CSC | 320.000.000 | 320.000.000 |
| Entradas facultativas de capital | 372.000.000 | 372.000.000 |
| Outras reservas | <u>462.433.557</u> | <u>497.025.023</u> |
| | <u>1.154.433.557</u> | <u>1.189.025.023</u> |

Na sequência da aquisição de ações da Sonae Investimentos, SGPS, SA por uma subsidiária, tornaram-se indisponíveis, nos termos do artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais, reservas livres de montante igual ao seu custo de aquisição. Esta reserva só poderá ser movimentada após a extinção ou alienação das referidas ações.

17 EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 estavam incluídos nesta rubrica os seguintes empréstimos:

| | <u>31.dezembro.2013</u> | <u>31.dezembro.2012</u> |
|---|-------------------------|-------------------------|
| Obrigações Sonae Investimentos / agosto 2007/2015 | 200.000.000 | 200.000.000 |
| Obrigações Sonae Investimentos / setembro 2007/2015 | 155.000.000 | 155.000.000 |
| Obrigações Sonae Investimentos / 2009/2014 | - | 10.000.000 |
| Obrigações Sonae Investimentos / 2012/2017 | 170.000.000 | 170.000.000 |
| Obrigações Sonae Investimentos / junho 2013/2018 | 50.000.000 | - |
| Obrigações Sonae Investimentos / dezembro 2013/2018 | 75.000.000 | - |
| Custos de emissão ainda não amortizados | <u>(3.692.137)</u> | <u>(2.261.608)</u> |
| Empréstimos obrigacionistas | <u>646.307.863</u> | <u>532.738.392</u> |
| Papel comercial | 65.000.000 | 147.500.000 |
| Outros empréstimos bancários | 1.666.667 | 5.000.000 |
| Custos de emissão ainda não amortizados | <u>(320)</u> | <u>(15.015)</u> |
| Empréstimos bancários | <u>66.666.347</u> | <u>152.484.985</u> |
| Empréstimos não correntes | <u>712.974.210</u> | <u>685.223.377</u> |
| | <u>31.dezembro.2013</u> | <u>31.dezembro.2012</u> |
| Obrigações Sonae Investimentos / 2009/2014 | 10.000.000 | 16.000.000 |
| Obrigações Sonae Investimentos / setembro 2007/2015 | - | 155.000.000 |
| Custos de emissão ainda não amortizados | <u>(9.878)</u> | <u>(99.218)</u> |
| Empréstimos obrigacionistas | <u>9.990.122</u> | <u>170.900.782</u> |
| Papel comercial | 32.500.000 | 28.500.000 |
| Outros empréstimos bancários | 3.333.333 | 3.333.333 |
| Custos de emissão ainda não amortizados | <u>(7.667)</u> | <u>(7.667)</u> |
| Descobertos bancários (nota 13) | - | 1.727 |
| Empréstimos bancários | <u>35.825.666</u> | <u>31.827.393</u> |
| Empréstimos correntes | <u>45.815.788</u> | <u>202.728.175</u> |

Estima-se que o valor contabilístico do conjunto dos empréstimos não difere significativamente do seu justo valor. O justo valor dos empréstimos é determinado com base na metodologia de fluxos de caixa descontados. Os empréstimos acima referidos vencem juros a taxas variáveis indexadas a referenciais de mercado.

Os empréstimos e juros são reembolsáveis como se segue:

| | <u>31.dezembro.2013</u> | | <u>31.dezembro.2012</u> | |
|-----------|-------------------------|-------------------|-------------------------|-------------------|
| | Capital | Juros | Capital | Juros |
| 2013 | - | - | 202.835.060 | 20.550.643 |
| 2014 | 45.833.333 | 21.343.193 | 35.833.333 | 17.210.696 |
| 2015 | 394.166.667 | 20.131.098 | 394.166.667 | 16.417.350 |
| 2016 | 102.500.000 | 14.152.177 | 162.500.000 | 10.158.633 |
| 2017 | 95.000.000 | 7.703.485 | 95.000.000 | 2.999.815 |
| Após 2017 | <u>125.000.000</u> | <u>3.745.160</u> | - | - |
| | <u>762.500.000</u> | <u>67.075.113</u> | <u>890.335.060</u> | <u>67.337.137</u> |

Os montantes de instrumentos financeiros destinados a cobrir as carências de tesouraria disponíveis a 31 de dezembro de 2013 e 2012 podem ser resumidas como se segue:

| | 31.dezembro.2013 | | 31.dezembro.2012 | |
|--------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Inferior a 1 ano | Superior a 1 ano | Inferior a 1 ano | Superior a 1 ano |
| Montante de linhas contratadas | 338.000.000 | 375.000.000 | 202.000.000 | 547.500.000 |
| Montante de linhas disponíveis | 305.500.000 | 310.000.000 | 173.500.000 | 400.000.000 |

A taxa de juro em vigor a 31 de dezembro de 2013 dos empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários era em média cerca de 2,79% (2,40% em 31 de dezembro 2012).

18 OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

A 31 de dezembro de 2013 e 2012 esta rubrica inclui um empréstimo obrigacionista subordinado, com maturidade de 10 anos emitido em condições de mercado pela Sonae Investimentos, SGPS, SA em 28 de dezembro de 2010, no montante de 400.000.000 euros, correspondendo a 8.000 obrigações com valor nominal de 50.000 euros cada, com taxa fixa e reembolso no final do período do empréstimo.

O justo valor deste empréstimo a 31 de dezembro de 2013 é de 41.495 euros (42.606 euros a 31 de dezembro 2012) por obrigação, tendo sido determinado com base no método de fluxos de caixa descontados.

19 FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a rubrica de fornecedores apresenta valores a liquidar num prazo não superior a 90 dias, resultantes de aquisições decorrentes da atividade normal da Empresa.

20 OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o detalhe das outras dívidas a terceiros era o seguinte:

| | 31.dezembro.2013 | 31.dezembro.2012 |
|--------------------------------------|--------------------|--------------------|
| Empréstimos de curto prazo (Nota 35) | 290.898.588 | 402.548.615 |
| Impostos - RETGS | 18.534.082 | 18.872.865 |
| Outros | 403 | 40.670 |
| | <u>309.433.073</u> | <u>421.462.150</u> |

Do montante de 18.534.082 euros registado na rubrica impostos, 15.377.695 euros (18.872.865 euros em 31 de dezembro de 2012) corresponde ao imposto do exercício apurado pelas empresas tributadas de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades.

21 OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o detalhe dos outros passivos correntes era o seguinte:

| | <u>31.dezembro.2013</u> | <u>31.dezembro.2012</u> |
|---|-------------------------|-------------------------|
| Responsabilidade por bónus de desempenho diferido | - | 309.176 |
| Juros a liquidar | 5.682.153 | 5.643.276 |
| Fianças | 2.243.020 | 1.130.783 |
| Outros | <u>294.135</u> | <u>354.310</u> |
| Credores por acréscimos de gastos | <u>8.219.308</u> | <u>7.437.545</u> |

22 PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Em 31 de dezembro de 2013 o movimento ocorrido na rubrica provisões e perdas por imparidade acumuladas foi como se segue:

| | <u>Saldo inicial</u> | <u>Aumentos</u> | <u>Transferências</u> | <u>Saldo final</u> |
|---|----------------------|-----------------|-----------------------|--------------------|
| Imparidade em investimentos (Notas 5 e 26) | 60.507.834 | 97.562.315 | 1.000.000 | 159.070.149 |
| Imparidade em outros ativos não correntes (Nota 8 e 26) | 3.344.124 | 79.406 | (1.000.000) | 2.423.530 |
| Imparidade em outros ativos correntes | - | 8.981 | - | 8.981 |

O aumento registado na rubrica imparidade em investimentos encontra-se refletido na demonstração dos resultados na rubrica ganhos ou perdas relativos a investimentos.

23 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o valor das garantias emitidas a favor de terceiros era o seguinte:

| | <u>31.dezembro.2013</u> | <u>31.dezembro.2012</u> |
|---|-------------------------|-------------------------|
| Garantias prestadas: | | |
| por processos fiscais em curso | | |
| Garantias bancárias | 90.476.241 | 95.349.401 |
| Fianças prestadas pela empresa mãe | 215.016.937 | 172.973.984 |
| por processos autárquicos em curso | 28.938 | 28.938 |
| outras | 10.633.113 | 10.883.112 |
| Fianças prestadas a favor de subsidiárias (a) | 62.961.055 | 62.641.328 |

- a) Fianças prestadas à Administração Fiscal a favor de subsidiárias para efeito de suspensão de processos fiscais.

A rubrica garantias prestadas por processos fiscais em curso inclui garantias a favor da Administração Fiscal relativas a imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas de exercícios anteriores. Os valores mais relevantes destas garantias estão associados, a correções efetuadas pela Administração Fiscal ao resultado tributável do exercício de 2005, respeitantes a cobertura de prejuízos acumulados por sociedade participada, que tendo sido registados no custo da participação, aliás, como é entendimento já firmado pela própria Administração Fiscal, entendeu agora e no caso concreto, que não devia considerar esse montante no custo da participação, bem como à desconsideração da dedução de prejuízos fiscais gerados pela transação atrás mencionada, e correções efetuadas pela Administração Fiscal relacionadas com a não aceitação de perdas fiscais

geradas com a venda e posterior liquidação de uma subsidiária no exercício de 2002. A Empresa procedeu à impugnação judicial destas liquidações, sendo entendimento do Conselho de Administração, com base no parecer dos seus assessores, que as referidas impugnações judiciais serão procedentes.

Não foi criada qualquer provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os diferendos para os quais foram prestadas garantias, por ser entendimento do Conselho de Administração que da resolução dos referidos diferendos não resultarão quaisquer passivos para a Sociedade.

No âmbito dos regimes de regularização de dívidas fiscais ao abrigo dos DL 248-A/2002 e DL 151-A/2013 foram efetuados pagamentos de impostos no montante de cerca de 7.361.753 euros (4.778.747 euros em 31 de dezembro de 2012) tendo sido canceladas as respetivas garantias e mantendo-se em curso os processos de impugnação judiciais associados.

A Empresa garantiu o cumprimento das obrigações assumidas pela Sonae Capital Brasil, SA no âmbito da alienação de uma subsidiária no Brasil relacionadas com a resolução de processos de natureza fiscal envolvendo a subsidiária alienada, conforme descrito na Nota de ativos e passivos contingentes do anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

24 ENTIDADES RELACIONADAS

As transações e saldos e com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

| | <u>31.dezembro.2013</u> | <u>31.dezembro.2012</u> |
|--------------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Transações: | | |
| Empresas subsidiárias | - | 1.000.000 |
| Empresas associadas | <u>870.539</u> | <u>1.018.202</u> |
| Prestação de serviços | <u>870.539</u> | <u>2.018.202</u> |
| Empresa mãe | 2.289.592 | 1.162.677 |
| Empresas subsidiárias | 47 | 54 |
| Empresas controladas conjuntamente | 2.332 | - |
| Empresas associadas | 42.331 | 37.498 |
| Outras partes relacionadas | <u>4.010</u> | <u>870</u> |
| Compras e serviços recebidos | <u>2.338.312</u> | <u>1.201.099</u> |
| Empresa mãe | 149.604 | 186.336 |
| Empresas subsidiárias | 574.228 | 300.731 |
| Empresas associadas | <u>240</u> | <u>240</u> |
| Outros rendimentos operacionais | <u>724.072</u> | <u>487.307</u> |
| Empresas subsidiárias | 44.355.931 | 47.929.276 |
| Empresas controladas conjuntamente | 420.342 | 357.634 |
| Empresas associadas | <u>509.156</u> | <u>1.097.928</u> |
| Juros auferidos | <u>45.285.429</u> | <u>49.384.838</u> |
| Empresa mãe | 30.516.353 | 30.608.475 |
| Empresas subsidiárias | 15.316.713 | 12.416.437 |
| Outras partes relacionadas | <u>4.297.883</u> | <u>4.278.133</u> |
| Juros suportados | <u>50.130.949</u> | <u>47.303.045</u> |
| Empresas subsidiárias | <u>125.286.679</u> | <u>24.646.376</u> |
| Dividendos auferidos | <u>125.286.679</u> | <u>24.646.376</u> |
| Empresas associadas | <u>300.000</u> | <u>-</u> |
| Alienação investimentos financeiros | <u>300.000</u> | <u>-</u> |
| Empresas subsidiárias | <u>17.368.661</u> | <u>26.827.561</u> |
| Rendimentos unidades de participação | <u>17.368.661</u> | <u>26.827.561</u> |

| | 31.dezembro.2013 | 31.dezembro.2012 |
|------------------------------------|----------------------|----------------------|
| Saldos: | | |
| Empresa mãe | 137.119 | 72.094 |
| Empresas subsidiárias | 49.319.490 | 45.931.390 |
| Empresas controladas conjuntamente | 141.454 | 139.822 |
| Empresas associadas | 615.673 | 962.875 |
| Outras partes relacionadas | - | 9.155 |
| Contas a receber | 50.213.736 | 47.115.336 |
| Empresa mãe | 2.551.820 | 1.439.583 |
| Empresas subsidiárias | 20.687.545 | 19.805.085 |
| Empresas controladas conjuntamente | 2.332 | - |
| Empresas associadas | 4 | - |
| Outras partes relacionadas | 43.403 | 46.827 |
| Contas a pagar | 23.285.104 | 21.291.495 |
| Empresas subsidiárias | 1.279.050.450 | 1.195.591.641 |
| Empresas controladas conjuntamente | 8.450.000 | 7.800.000 |
| Empresas associadas | 8.665.429 | 18.976.002 |
| Empréstimos concedidos | 1.296.165.879 | 1.222.367.643 |
| Empresa mãe | 347.400.000 | 347.400.000 |
| Empresas subsidiárias | 290.898.588 | 402.548.615 |
| Outras partes relacionadas | 52.600.000 | 52.600.000 |
| Empréstimos obtidos | 690.898.588 | 802.548.615 |

Consideram-se partes relacionadas todas as subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas pertencentes ao Grupo Sonae, SGPS, SA e Efanor Investimentos, SGPS, SA conforme descrito no anexo consolidado.

Durante o exercício foram obtidas operações de tesouraria da Sonae SGPS, SA no montante de 859.966.172 euros (624.453.000 euros em 2012), tendo sido liquidados 859.966.172 euros (624.453.000 euros em 2012).

Em 2013 e 2012, não ocorreram transações com os Administradores da sociedade nem lhes foram concedidos empréstimos.

Não foi atribuída qualquer remuneração aos membros do Conselho de Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não existiam saldos com os administradores da sociedade.

25 PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Os montantes de 870.539 euros e 2.018.202 euros relativos a 31 de dezembro de 2013 e de 2012, respetivamente, respeitam a serviços técnicos de administração e gestão prestados a subsidiárias, no âmbito da lei das SGPS.

26 GANHOS OU PERDAS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o detalhe dos ganhos ou perdas relativos a investimentos era o seguinte:

| | <u>31.dezembro.2013</u> | <u>31.dezembro.2012</u> |
|---|-------------------------|-------------------------|
| Dividendos: | | |
| Azulino - Imobiliária, SA | 43.448 | - |
| Citorres - Sociedade Imobiliária, SA | 52.353 | - |
| Contimobe - Imobiliária do Castelo de Paiva, SA | 7.449.929 | 5.252.433 |
| Fozimo - Sociedade Imobiliária, SA | 25.321 | - |
| Iginha - Sociedade Imobiliária, SA | 520.619 | - |
| Imoconti - Sociedade Imobiliária, SA | 464.803 | - |
| Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA | 63.255 | - |
| Imosistema - Sociedade Imobiliária, SA | 109.281 | - |
| Modelo.Com - Vendas por Correspondência, SA | 975.036 | 963.357 |
| Modelo Hiper Imobiliária, SA | 664.658 | 788.104 |
| Predicomercial - Promoção Imobiliária, SA | 554.118 | - |
| Sesagest - Projectos e Gestão Imobiliária, SA | 2.247.787 | 14.735.408 |
| Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA | 313.017 | - |
| Sondis Imobiliária, SA | 824.807 | - |
| Soflorin, BV | 80.000.000 | - |
| Sonae Center Serviços II, SA | 5.612.678 | - |
| Sonaegest - Soc. Gest. de Fundos de Investimentos, SA | 190.744 | 157.074 |
| Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA | 25.174.825 | - |
| Sonvecap, BV | - | 2.750.000 |
| | <u>125.286.679</u> | <u>24.646.376</u> |
| Rendimentos de investimentos financeiros: | | |
| Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede | 6.352.140 | 8.073.496 |
| Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois | 11.016.521 | 18.754.065 |
| | <u>17.368.661</u> | <u>26.827.561</u> |
| Perdas de imparidade: | | |
| Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA | (1.300.000) | - |
| Fozmassimo - Sociedade Imobiliária, SA | (1.283.652) | - |
| Igimo - Sociedade Imobiliária, SA | (69.338) | - |
| Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA | (66.115) | - |
| Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, SA | (3.280.000) | - |
| Modelo Hiper Imobiliária, SA | (642.516) | - |
| Mundo Vip - Operadores Turísticos, SA | - | (1.101.337) |
| Raso, SGPS, SA | - | (5.500.000) |
| Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA | (6.898.157) | - |
| Sociloures - Sociedade Imobiliária, SA | (10.000.000) | - |
| Soflorin, BV | (68.580.000) | - |
| Sonae Capital Brasil, SA | (5.442.537) | (5.500.000) |
| | <u>(97.562.315)</u> | <u>(12.101.337)</u> |
| Perdas na alienação de investimentos: | | |
| Tlantic Portugal - Sistemas de Informação, SA | (1.168.315) | - |
| | <u>43.924.710</u> | <u>39.372.600</u> |

27 RENDIMENTOS E GANHOS / GASTOS E PERDAS FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o detalhe dos ganhos e das perdas financeiras era o seguinte:

| | <u>31.dezembro.2013</u> | <u>31.dezembro.2012</u> |
|---|-------------------------|-------------------------|
| Juros obtidos | | |
| relativos a depósitos bancários | 348.576 | 732.906 |
| relativos a empréstimos concedidos | 45.206.023 | 49.305.432 |
| outros | 384.942 | 179.073 |
| Outros ganhos financeiros | - | 35.446 |
| Rendimentos e ganhos financeiros | <u>45.939.541</u> | <u>50.252.857</u> |
| Juros suportados | | |
| relativos a empréstimos bancários | (5.750.245) | (8.146.413) |
| relativos a obrigações não convertíveis | (16.535.181) | (21.134.856) |
| relativos a empréstimos obtidos | (50.130.949) | (47.303.046) |
| outros | (59) | - |
| Outros gastos e perdas financeiras | | |
| Encargos com emissão de dívida | (6.473.402) | (5.983.853) |
| Outros gastos e perdas financeiras | (22.984) | (27.495) |
| Gastos e perdas financeiras | <u>(78.912.820)</u> | <u>(82.595.663)</u> |

28 OUTROS RENDIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 a repartição de outros rendimentos é a seguinte:

| | <u>31.dezembro.2013</u> | <u>31.dezembro.2012</u> |
|-------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Recuperação encargos (a) | 23.298 | 211.474 |
| Fianças | 706.552 | 282.565 |
| Outros proveitos operacionais | 32.314 | 3.595 |
| | <u>762.164</u> | <u>497.634</u> |

a) Rendimentos relativos a gastos assumidos por conta das participadas e posteriormente debitados.

29 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o detalhe de fornecimentos e serviços externos era o seguinte:

| | <u>31.dezembro.2013</u> | <u>31.dezembro.2012</u> |
|---------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Trabalhos especializados | 182.726 | 262.872 |
| Publicidade e proganda | 19.077 | 36.838 |
| Serviços bancários | 929.355 | 613.165 |
| Seguros | 584.065 | 659.440 |
| Contencioso e notariado | 173.951 | 23.212 |
| Fianças | 2.289.646 | 1.162.677 |
| Outros fornecimentos e serviços | 8.263 | 1.204 |
| | <u>4.187.083</u> | <u>2.759.408</u> |

30 OUTROS GASTOS

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 a repartição de outros gastos é a seguinte:

| | <u>31.dezembro.2013</u> | <u>31.dezembro.2012</u> |
|-------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Impostos indiretos | 327.706 | 440.797 |
| Outros proveitos operacionais | 12.333 | 613 |
| | <u>340.039</u> | <u>441.410</u> |

31 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos no exercício de 2013 e 2012 são detalhados como segue:

| | <u>31.dezembro.2013</u> | <u>31.dezembro.2012</u> |
|------------------|-------------------------|-------------------------|
| Imposto corrente | (593.415) | (110.377) |
| Imposto diferido | 4.565.712 | 1.533.481 |
| Total | <u>3.972.297</u> | <u>1.423.104</u> |

A reconciliação do resultado antes de impostos com o imposto do exercício em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é como segue:

| | <u>31.dezembro.2013</u> | <u>31.dezembro.2012</u> |
|---|-------------------------|-------------------------|
| Resultado antes de imposto | 7.934.642 | 4.270.090 |
| Taxa de imposto | 25,00% | 25,00% |
| | 1.983.661 | 1.067.523 |
| Perdas de imparidade não aceites fiscalmente | 24.662.676 | 3.498.865 |
| Reversão perdas de imparidade não aceites fiscalmente | (250.000) | - |
| Insuficiência / (excesso) de estimativa de imposto | 593.415 | 110.378 |
| Diferencial entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas | 292.079 | - |
| Efeito de dividendos não sujeitos a tributação | (31.321.670) | (6.161.594) |
| Efeito da constatação impostos diferidos | 21.347 | - |
| Outros | 46.196 | 61.724 |
| Imposto sobre o rendimento | <u>(3.972.297)</u> | <u>(1.423.104)</u> |

32 RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

| | 31.dezembro.2013 | 31.dezembro.2012 |
|---|------------------|------------------|
| Resultados | | |
| Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício) | 11.906.939 | 5.693.194 |
| Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por ação diluído | 11.906.939 | 5.693.194 |
| Número de ações | | |
| Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico | 900.000.000 | 900.000.000 |
| Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação diluído | 900.000.000 | 900.000.000 |
| Resultado por ação (básico e diluído) | <u>0,0132</u> | <u>0,0063</u> |

33 RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os recebimentos e pagamentos de investimentos financeiros ocorridos nos exercícios de 2013 e 2012 foram os seguintes:

| Empresas | 31.dezembro.2013 | | | |
|--|--------------------|--------------------|-------------------|-------------------|
| | Recebimentos | | Pagamentos | |
| | Total | Valor recebido | Total | Valor pago |
| Fozmassimo - Sociedade Imobiliária, SA | 1.220.000 | 1.220.000 | - | - |
| Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois | - | - | 5.033 | 5.033 |
| Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA | - | - | 330.000 | 330.000 |
| Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA | - | - | 8.500.000 | 8.500.000 |
| Sociloures - Sociedade Imobiliária, SA | - | - | 2.350.000 | 2.350.000 |
| Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA | 189.650.350 | 189.650.350 | 13.348.625 | 13.348.625 |
| Tlantic Portugal - Sistemas de Informação, SA | 575.000 | 575.000 | 675.000 | 675.000 |
| | <u>191.445.350</u> | <u>191.445.350</u> | <u>25.208.658</u> | <u>25.208.658</u> |
| | | | | |
| Empresas | 31.dezembro.2012 | | | |
| | Recebimentos | | Pagamentos | |
| | Total | Valor recebido | Total | Valor pago |
| Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, SA | - | - | 150.000 | 150.000 |
| Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA | - | - | 150.000 | 150.000 |
| Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA | - | - | 35.000 | 35.000 |
| Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA | - | - | 100.000 | 100.000 |
| Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, SA | - | - | 15.000.000 | 15.000.000 |
| Tlantic Portugal - Sistemas de Informação, SA | - | - | 175.000 | 175.000 |
| | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>15.610.000</u> | <u>15.610.000</u> |

34 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 17 de março de 2014. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

35 CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

Decreto-Lei nº 318/94 art.º 5º nº 4

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2013 foram celebrados contratos de suprimentos com as seguintes empresas:

Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA
Citorres - Sociedade Imobiliária, SA
Contimobe – Imobiliária do Castelo de Paiva, SA
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA
Iginha – Sociedade Imobiliária, SA
Imoconti – Sociedade Imobiliária, SA
Imoestrutura – Sociedade Imobiliária, SA
Imoresultado – Sociedade Imobiliária, SA
Imosistema – Sociedade Imobiliária, SA
MJLF – Empreendimentos Imobiliários, SA
Predicomercial – Promoção Imobiliária, SA
Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, SA
Socijofra – Sociedade Imobiliária, SA
Soflorin, BV
Sonae Capital Brasil, SA
Sonae MC – Modelo Continente, SGPS, SA
Valor N, SA

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2013 foram celebrados contratos de operações de tesouraria com as seguintes empresas:

Azulino Imobiliária, SA
BB Food Service, SA
Bertimóvel – Sociedade Imobiliária, SA
Bom Momento - Restauração, SA
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA
Citorres – Sociedade Imobiliária, SA

Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, SA

Contimobe – Imobiliária do Castelo de Paiva, SA

Continente Hipermercados, SA

Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA

Discovery Sports, SA

Efanor Investimentos, SGPS, SA

Farmácia Selecção, SA

Fashion Division, S.A.

Fozimo – Sociedade Imobiliária, SA

Fozmassimo - Sociedade Imobiliária, SA

Igimo – Sociedade Imobiliária, SA

Iginha – Sociedade Imobiliária, SA

Imoconti – Sociedade Imobiliária, SA

Imoestrutura – Sociedade Imobiliária, SA

Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA

Imoresultado – Sociedade Imobiliária, SA

Imosistema – Sociedade Imobiliária, SA

Modalfa - Comércio e Serviços, S.A.

Modelo.Com - Vendas por Correspondência, SA

Modelo Continente Hipermercados, SA

Modelo Hiper - Imobiliária, SA

Pharmaconcept Actividades em Saúde, SA

Pharmacontinente – Saúde e Higiene, SA

Predicomercial – Promoção Imobiliária, SA

Raso Viagens e Turismo, SA

Raso, SGPS, SA

Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, SA

Sesagest – Projectos e Gestão Imobiliária, SA

Socijofra – Sociedade Imobiliária, SA
 Sociloures – Sociedade Imobiliária, SA
 Sonae, SGPS, SA
 Sonae MC – Modelo Continente, SGPS, SA
 Sonaerp - Retail Properties, SA
 Sonae - Specialized Retail, SGPS, SA
 Sonae Center Serviços II, SA
 Sondis - Sociedade Imobiliária, SA
 Sonvecap, BV
 Têxtil do Marco, SA
 Tlantic Portugal - Sistemas de Informação, SA
 Valor N, SA
 Worten - Equipamentos para o Lar, S A.
 Zyevolution Investigação e Desenvolvimento, SA

As respetivas posições devedoras em 31 de dezembro de 2013 são as seguintes:

| Empresa | <u>31.dezembro.2013</u> |
|--|-------------------------|
| BB Food Service, SA | 1.641.257 |
| Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, SA | 771.257 |
| Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA | 244.257 |
| Fashion Division, SA | 3.791.257 |
| Modelo Continente Hipermercados, SA | 222.873.608 |
| Modelo Hiper Imobiliária, SA | 2.802.258 |
| Modelo.Com - Vendas por Correspondência, SA | 7.837.258 |
| Pharmaconcept - Actividades em Saúde, SA | 47.257 |
| Sesagest - Projectos e Gestão Imobiliária, SA | 6.274.258 |
| Sonae - Specialized Retail, SGPS, SA | 13.557.921 |
| Sonvecap, B.V. | 29.988.000 |
| Tlantic Portugal - Sistemas de Informação, SA | 1.070.000 |
| | <u>290.898.588</u> |

As respetivas posições credoras em 31 de dezembro de 2013 são as seguintes:

| Empresa | 31.dezembro.2013 |
|--|-------------------------|
| Azulino - Imobiliária, SA | 3.753.916 |
| Bom Momento - Comércio Retalhista, SA | 158.743 |
| Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, SA | 21.718.724 |
| Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA | 1.667.607 |
| Citorres - Sociedade Imobiliária, SA | 2.574.448 |
| Contimobe - Imobiliária do Castelo de Paiva, SA | 29.279.151 |
| Continente Hipermercados, SA | 9.074.743 |
| Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA | 1.695.731 |
| Farmácia Seleção, SA | 900.743 |
| Fozimo – Sociedade Imobiliária, SA | 1.542.700 |
| Igimo – Sociedade Imobiliária, SA | 7.206.743 |
| Iginha – Sociedade Imobiliária, SA | 17.138.331 |
| Imoconti – Sociedade Imobiliária, SA | 11.113.123 |
| Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA | 183.448 |
| Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA | 15.574.346 |
| Imoresultado – Sociedade Imobiliária, SA | 475.398 |
| Imosistema - Sociedade Imobiliária, SA | 3.713.385 |
| MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA | 2.683.585 |
| Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, SA | 4.544.964 |
| MDS SGPS, SA | 8.665.429 |
| Pharmacontinente - Saúde e Higiene, SA | 6.487.743 |
| Predicomercial - Promoção Imobiliária, SA | 5.048.709 |
| Raso, SGPS, SA | 8.450.000 |
| Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, SA | 2.634.374 |
| Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA | 37.161.466 |
| Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA | 5.508.851 |
| Sociloures - Sociedade Imobiliária, SA | 15.006.641 |
| Soflorin, BV | 201.883.415 |
| Sonae Capital Brasil, SA | 665.000 |
| Sonae Center Serviços II, SA | 2.242.163 |
| Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA | 671.738.743 |
| Sonaerp - Retail Properties, SA | 173.239.925 |
| Sondis Imobiliária, SA | 19.382.676 |
| Valor N, SA | 3.050.915 |
| | <u>1.296.165.879</u> |

Art.º 66 A do Código das Sociedades Comerciais

A informação relativa aos honorários do Revisor Oficial de Contas encontra-se incluída na informação divulgada no Relatório de Gestão.

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (Presidente)

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas e individuais anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 da Sonae Investimentos, SGPS, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem as Demonstrações da Posição Financeira Consolidada e Individual em 31 de Dezembro de 2013 (que evidenciam um activo total consolidado e individual de 3.604.031.699 Euros e 3.786.039.297 Euros, respectivamente e capitais próprios consolidados e individuais de 706.313.648 Euros e de 2.306.982.965 Euros, respectivamente, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da Empresa-Mãe negativo no montante de 84.265.323 Euros e um resultado líquido individual no montante de 11.906.939 Euros), as Demonstrações Consolidadas e Individuais dos Resultados, do Rendimento Integral, de Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas e individuais que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação e da Empresa, os resultados e o rendimento integral consolidado e individual das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e individuais e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade e a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira consolidada e individual, os seus resultados e o seu rendimento integral consolidado e individual.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada e individual constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas e individuais, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada e individual da Sonae Investimentos, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2013, os resultados e o rendimento integral consolidados e individuais das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e individuais e os seus fluxos consolidados e individuais de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

6. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas e individuais do exercício e o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis à Empresa nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Porto, 17 de Março de 2014

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por António Manuel Martins Amaral

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal da Sonae Investimentos, S.G.P.S., S.A.

Aos Senhores Acionistas

1 – Relatório

1.1 – Introdução

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e de acordo com os termos do mandato que nos foi conferido, o Conselho Fiscal emite o presente relatório sobre a ação fiscalizadora realizada e, bem assim, o parecer sobre os documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

1.2 – Fiscalização

No decurso do exercício, o Conselho Fiscal acompanhou nos termos da sua competência a gestão da sociedade e das suas participadas, analisou a evolução dos negócios, a regularidade dos registos contabilísticos, a qualidade do processo de preparação e divulgação da informação financeira e a observância dos normativos legais e estatutários, tendo efetuado reuniões com a periodicidade trimestral, nas quais, contou com a presença da administração, de responsáveis dos departamentos administrativo e financeiro, do planeamento e controlo de gestão, da tesouraria e finanças e dos assuntos fiscais. Reuniu, ainda, com o Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo no sentido de obter todas as informações e esclarecimentos em relação à natureza e conclusões dos relatórios sobre as auditorias realizadas.

No decurso do exercício, o Conselho Fiscal acompanhou com particular atenção o tratamento contabilístico das operações que, materialmente influenciaram a evolução da atividade expressa nas demonstrações financeiras e exerceu as suas competências quanto às qualificações e independência do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo e, nestes termos, analisou, em termos favoráveis, a prestação de serviços adicionais aos de auditoria e garantia de fiabilidade.

No âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou os Balanços individual e consolidado, as Demonstrações individual e consolidada dos resultados, dos fluxos de caixa, do rendimento integral, das alterações do capital próprio e os correspondentes anexos, em relação ao exercício económico em apreço

Adicionalmente, o Conselho Fiscal procedeu à análise do Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, preparados pelo Conselho de Administração, considerando que a informação divulgada satisfaz as normas legais em vigor e é apropriada para a compreensão da posição financeira e dos resultados da sociedade e do universo de consolidação e procedeu à apreciação da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, emitido pelo Revisor Oficial de Contas que mereceu o seu acordo.

2 - Parecer

Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral aprove:

- a) O relatório de gestão, as demonstrações individual e consolidada da posição financeira, dos resultados, do rendimento integral, das alterações do capital próprio e dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.
- b) A proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

3– Declaração de responsabilidade

Nos termos previstos na alínea c) do nº 1 do art. 245º do Código dos Valores Mobiliários declaramos que, tanto quanto é do nosso conhecimento, a informação constante nas demonstrações financeiras individual e consolidada foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sonae Investimentos, S.G.P.S., S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Sonae Investimentos, S.G.P.S., S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam. Mais se declara que o relatório sobre o governo da sociedade cumpre o disposto no art.º 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Matosinhos, 26 de março de 2014

O Conselho Fiscal,

UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA Representada por António Francisco Barbosa dos Santos

Arlindo Dias Duarte Silva

Óscar José Alçada da Quinta